

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

ELETOBRAS ELETRONUCLEAR S.A

Página na Internet

<http://www.eletronuclear.gov.br>

Sede

Rua da Candelária, 65 – Centro – RJ

CEP: 20091-906

Tel: (21) 2588-7000

Fax: (21) 2588-7200

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto

BR 101 Sul – Rodovia Mário Covas, Km 517 (Rio Santos) – Itaorna – 4º Distrito de Angra dos Reis – RJ

CEP: 23948-000

Tel: (24) 3362-9000

Fax: (24) 3362-9090

Escritório de Brasília

Ed. Via Capital, 15 Andar, salas 1505/08

CEP: 70041-906

Tel/Fax: (61) 3328-0556

Escritório no Recife

Rua Agenor Lopes, 25 – Sala 503

Empresarial Itamaraty – Boa Viagem

Recife – Pernambuco

CEP: 51021-110

Tel/Fax: (81)3326-5443

Conselho Fiscal

Efetivos:

Luiz Augusto Pereira de A. Figueira
Eduardo de Carolis
Bruno Westin Prado Soares Leal

Suplentes:

Artur Obino Neto
Paulo Roberto Miguez B. da Silva
Raquel da Ressureição C. Amorim

Conselho de Administração

Presidente:

Armando Casado de Araujo

Conselheiros:

Ildo Wilson Grüdtner
Marco Aurélio de Almeida Garcia
Othon Luiz Pinheiro da Silva
Walter Baére de Araujo Filho
Raquel Barbosa Viana

Diretoria Executiva

Presidência - Othon Luiz Pinheiro da Silva

Diretoria de Administração e Finanças – Edno Negrini

Diretoria de Operação e Comercialização – Pedro José D. Figueiredo

Diretoria Técnica – Luiz Antônio de Amorim Soares

Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – Pécio José Gomes Jordani

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório foi elaborado de forma a atender ao Art. 70 da Constituição Federal, as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013, bem como a Portaria CGU nº 2.546/2010.

A unidade responsável pela elaboração deste relatório de gestão foi a Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G sob a coordenação do gerente Marcelo Gomes da Silva.

Esta unidade é subordinada à Superintendência de Planejamento e vinculada à Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente.

A numeração dos capítulos, títulos, quadros, tabelas e anexos, que compõem a estrutura deste Relatório de Gestão seguiu sequência própria de acordo com a necessidade de expressar de forma adequada as informações pertinentes e afetas à natureza jurídica da Eletrobras Eletronuclear S.A.

Os itens da DN TCU nº 127/2013 que não constam desse Relatório não foram incluídos por não serem pertinentes à Eletronuclear.

Em atendimento ao item 11 da Parte A, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 do Conteúdo Geral, que trata das Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, Demonstração da Composição Acionária do Capital Social e Pareceres dos Auditores e do Conselho Fiscal encontram-se no **ANEXO 1** desse Relatório.

Em atendimento ao item 33, da Parte B, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 do Conteúdo Específico, que dispõe sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, encontra-se no **ANEXO 2**, as Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza e no **ANEXO 3** as Demonstrações Contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.

Em atendimento ao item 1.3 da Parte A, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, que dispõe sobre a demonstração do organograma funcional, encontra-se no **ANEXO 4**, a estrutura funcional formal da Eletrobras Eletronuclear ao final do exercício de referência desse Relatório.

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL	
DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	9
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	10
1.1 Eletrobras Eletronuclear S.A.	10
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletrobras Eletronuclear S.A.....	11
1.3 Organograma Funcional.....	11
1.4 Macroprocessos Finalístico.....	12
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	14
1.6 Principais Parceiros.....	15
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	16
2.1 Planejamento Estratégico da Eletrobras Eletronuclear S.A.....	16
2.1.1 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	16
2.1.2 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	21
2.1.3 Indicadores Operacionais.....	22
2.1.3 Indicadores de Desempenho da Operação.....	22
2.1.3.1 Indicadores de Desempenho Operacionais no Exercício de 2013.....	22
2.2 Informações sobre Programa do PPA de Responsabilidade da Eletronuclear.....	37
2.2.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletronuclear.....	37
2.2.1.1 Programa N020 – Energia Elétrica.....	38
2.2.1.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).....	38
2.2.1.1.2 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ).....	49
2.2.1.1.3 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ).....	50
2.2.1.1.4 Ação 6588 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica.....	59
2.2.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletronuclear.....	61
2.2.2.1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia – N 123.....	61
2.2.2.1.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.....	61
2.2.2.1.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.....	62
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	63
3.1 Estrutura de Governança.....	63
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	64
3.3 Remuneração Paga aos Administradores.....	66
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	66
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos.....	67
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	68
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	69
3.4 Sistema de Correição.....	69

3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 DA CGU.....	69
3.6	Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos.....	69
4	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	70
4.1	Transferência de Recursos.....	70
4.1.1	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	70
4.1.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	72
4.1.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e de Contratos de Repasse.....	73
4.1.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	74
4.2	Análise Crítica.....	75
4.3	Renúncias Tributárias.....	76
4.3.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear.....	76
4.3.2	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	76
5	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº127, DE 15/05/2013.....	77
5.1	Estrutura de Pessoal da Eletronuclear.....	77
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Eletronuclear.....	77
5.1.1.1	Lotação.....	77
5.1.1.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletronuclear.....	77
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	78
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	78
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletronuclear Segundo a Idade.....	78
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletronuclear Segundo a Escolaridade.....	79
5.1.3	Custos de Pessoal da Eletronuclear.....	80
5.1.4	Classificação do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	81
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	81
5.1.5	Cadastramento no SISAC.....	81
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	81
5.1.5.2	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	81
5.1.5.3	Regularidade do Cadastro dos Atos SISAC.....	82
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	82
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	83
5.1.8	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	83
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	84
5.2.1	Informações sobre Contratações de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Eletronuclear.....	84
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	85
5.2.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	86
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	87
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	87

6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	96
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	96
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	97
7.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	97
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN Nº 127, DE 15/05/2013.....	98
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	98
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	100
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/201.....	101
9.1	Tratamentos de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	101
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	101
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	104
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	110
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	110
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	111
9.3	Informações sobre a Atuação de Unidade de Auditoria Interna.....	111
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93.....	122
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	122
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	122
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	123
10	PARTE A, ITM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	124
10.1	Canais de Acesso do Cidadão com a Eletronuclear.....	124
10.1.1	Ouvidoria.....	124
10.1.2	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.....	125
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos Cidadãos-usuários ou clientes dos produtos.....	126
10.3	Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feita 2013.....	127
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	128
11.1	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas pela Lei nº 6.404/76.....	128
11.2	Composição Acionária das Empresa Estatais.....	128
11.2.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	128
11.3	Parecer da Auditoria Independente.....	128
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.....		129
12	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	130
12.1	Publicidade Legal.....	130
12.2	Publicidade e Patrocínio.....	130
12.3	Patrocínios Culturais e Esportivos.....	130
13	PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....	131
13.1	Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas..	131
14	ENCERRAMENTO.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Eletrobras Eletronuclear S.A – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletronuclear	64
Quadro A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	67
Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores	68
Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	69
Quadro A.4.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	70
Quadro A.4.1.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela Eletronuclear nos Três Últimos Exercícios	72
Quadro A.4.1.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletronuclear na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse	73
Quadro A.4.1.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	74
Quadro A.4.3.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear Estimadas e Quantificadas .	76
Quadro A.4.3.2 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	76
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da Eletronuclear – Situação Apurada em 31/12.....	77
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletronuclear - Situação em 31/12.....	77
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletronuclear – Situação em 31/12.....	78
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da Eletronuclear por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12.....	78
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da Eletronuclear por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12.....	79
Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores	80
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12.	81
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	81
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art.3º da IN TCU 55/2007)	81
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC.....	82
Quadro A.5.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	84
Quadro A.5.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	85
Quadro A.5.2.3 – Composição do Quadro de Estagiários.....	86
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.	96
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Eletronuclear.....	97
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	99
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	100
Quadro A.9.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	101
Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	104
Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	110
Quadro A.9.3 – Trabalhos Realizados no Exercício de 2013.....	111
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da Eletronuclear da Obrigação de Entregar a DBR	122
Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela A.1.6 – Principais Parceiros da Eletrobras Eletronuclear por Natureza.....	15
Tabela A.2.1.3.1.1 – Fator de Disponibilidade.....	24
Tabela A.2.1.3.1.2 – Fator de Disponibilidade não Planejada.....	26
Tabela A.2.1.3.1.3 – Desligamentos não Planejados por 7000H Críticas.....	27
Tabela A.2.1.3.1.4 – Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) Alta Pressão.....	28
Tabela A.2.1.3.1.5 – Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA)....	29
Tabela A.2.1.3.1.6 – Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo de Geradores Diesel(GDD).....	29
Tabela A.2.1.3.1.7 – Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND)..	30
Tabela A.2.1.3.1.8 – Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR)	31
Tabela A.2.1.3.1.9 – Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 20.000HH Trabalhadas.....	31
Tabela A.2.1.3.1.10 – Exposição Coletiva à Radiação(HSv).....	32
Tabela A.2.1.3.1.11 – Índice de Confiabilidade do Combustível (μ Ci/g).....	33
Tabela A.2.1.3.1.12 – Indicador Químico.....	34
Tabela A.2.1.3.1.13 – Energia Bruta Gerada (GWh).....	35
Tabela A.2.1.3.1.14 – Volume de Rejeito Sólido Gerado (m ³).....	35
Tabela A.2.2.1 – Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletronuclear.....	37
Tabela A.2.2.1.1.1.1 – Dados Gerais da Ação.....	38
Tabela A.2.2.1.1.1.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	38
Tabela A.2.2.1.1.1.3 – Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh de Angra 1 e Angra 2....	46
Tabela A.2.2.1.1.1.4 – Faturamento da Eletronuclear em 2013.....	48
Tabela A.2.2.1.1.2.1 – Dados Gerais da Ação.....	49
Tabela A.2.2.1.1.2.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	49
Tabela A.2.2.1.1.3.1 – Dados Gerais da Ação.....	50
Tabela A.2.2.1.1.3.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	50
Tabela A.2.2.1.1.3.3 – Valores das Parcelas Liberadas pelo BNDES.....	54
Tabela A.2.2.1.1.3.4 – Valores das Parcelas Liberadas dos Recursos da Reserva Global de Reversão.....	54
Tabela A.2.2.1.1.3.5 – Valores das Parcelas Liberadas do Empréstimo com a Caixa Econômica Federal.....	55
Tabela A.2.2.1.1.3.6 – Progresso Físico dos Prédios / Estruturas.....	58
Tabela A.2.2.1.1.4.1 – Dados Gerais da Ação.....	59
Tabela A.2.2.1.1.4.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	59
Tabela A.2.2.2.1.1.1 – Dados Gerais da Ação.....	61
Tabela A.2.2.2.1.1.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	61
Tabela A.2.2.2.1.2.1 – Dados Gerais da Ação.....	62
Tabela A.2.2.2.1.2.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	62
Tabela A.10.1.1 – Manifestações Atendidas pela Ouvidoria da Eletronuclear em 2013.....	125
Tabela A.10.1.2 – Manifestações Atendidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão	126
Tabela A.10.2 – Índice de Satisfação das Manifestações Atendidas no Exercício de 2013.....	126
Tabela B.12.3 – Patrocínios Culturais e Esportivos.....	130
Tabela B.13.1 – Valores das Contribuições de Previdência Complementar.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar
ADR – American Depositary Receipt
AGE – Assembleia Geral Extraordinária
AGO – Assembleia Geral Ordinária
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
AOP – Autorização de Operação Permanente
ATWS – Anticipated Transient Without Scram
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CA – Conselho de Administração
CAEFE – Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas
CAON – Comitê de Análise de Operação Nuclear
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEF – Caixa Econômica Federal
CEG – Cronograma Executivo Geral
CER – Contrato de Energia de Reserva
CGE – Circular Geral
CGU – Controladoria Geral da União
CLO – Condições Limite de Operação
CNAEA – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos
DA – Diretoria de Administração e Finanças
DG – Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
DGD – Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DO – Diretoria de Operações
DOU – Diário Oficial da União
DT – Diretoria Técnica
EBG – Energia Bruta Gerada
EC – Elementos Combustíveis
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONUCLEAR – Eletrobras Termonuclear S.A
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ERP – Sistema de Gestão Empresarial
ETG – Edifício do Turbo Gerador
ETN – Eletrobras Eletronuclear
FD – Fundação
FRG – Fundação Real Grandeza
FSAR – Relatório Final de Segurança da Usina
GAC.G – Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão
GDD – Sistemas de Segurança do Grupo de Gerador Diesel

GDU.O – Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações
GMU.O – Gerência de Manutenção de Angra 1. Diretoria de Operações
GOM.G – Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão
GRI – Global Reporting Initiative
GTD & C – Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização
GV's – Geradores de Vapor
HHT – Homem Hora Trabalhada
HSv – Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)
ICC – Índice de Confiabilidade do Combustível
II – Imposto de Importação
INB – Indústria Nucleares do Brasil
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator
JND – Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão
LAR – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência
LO – Licença de Operação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LT – Licença de Trabalho
MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MCRMA – Manuais de Controle Radiológico do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MWh – Megawatt hora
NA – Não Aplicável
NUCLEN – Nuclebras Engenharia S.A
ND – Não Disponível
NSCL – Novo Sistema de Contabilização e Liquidação
NÚCLEOS – Instituto de Seguridade
NUCLEP – Nuclebras Equipamentos Pesados S.A
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
OSART – Operational Safety Review Teams
PCU – Piscina de Combustível Usado
P & D + I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIANOS – Plataforma Ibero Americana Nuclear de Operadores na Área de Segurança
PLD – Preço de Liquidação de Diferenças
PMA – Plano de Meta e Ações
PMP – Pedido de Modificação de Projeto
PPA – Programa Plurianual do Governo Federal
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RDE – Resolução da Diretoria Executiva
REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra Estrutura
RENUCLEAR – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares
RET – Sistema de Refrigeração da Turbina
RGR – Reserva Global de Reversão

RPS – Reavaliação Periódica de Segurança
PWC – Price Water House Coopers
RH – Recursos Humanos
RJ – Rio de Janeiro
SALTO – Safety Assessment for Long Term Operation
SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos no Processamento de Dados
SOB – Station Blackout
SEE – Secretaria de Energia Elétrica
SG.T – Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento
SIN – Sistema Interligado Nacional
SIS – Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão
SMF – Sistema de Medição para Faturamento
SM.O – Superintendência de Manutenção. Diretoria de Operação e Comercialização
SOX – Lei Sarbanes – Oxley
SP.G – Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão
SRH.A – Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração
TI – Tecnologia da Informação
UO – Unidade Organizacional
Wano – World Association of Nuclear Operators

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

1.1 Eletrobras Eletronuclear S.A

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 – ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones/Fax de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: http://www.eletronuclear.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 14º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.		
O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.		
A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletrobras Eletronuclear

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Como tal, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR opera as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto no município de Angra dos Reis, com capacidade instalada total de 1990 MW, e conta com um efetivo de 2.555 empregados, engajados nos processos de operação e apoio das usinas de Angra 1 e 2, e no projeto e preparação da construção da usina de Angra 3.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR alcançou em 2013 o montante de 14.640.182 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

A matriz de geração de energia elétrica brasileira é um caso único no mundo, por ser eminentemente de fonte hidráulica (cerca de 92%), requerendo outras fontes para atender, com confiabilidade, às demandas da sua população. Neste contexto a geração da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR se evidencia como relevante fonte térmica dentro desta matriz, proporcionando parte da complementação necessária.

Em relação às fontes de Geração de Térmica, a Nuclear ocupou, em 2013 a 2ª colocação (13,75%), seguida pelo Carvão (13,34%), Óleo (11,91%), Biomassa (7,07%) e Diesel (2,10%). Em primeiro lugar ficou o Gás (51,83%).

No contexto mundial, continua a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica por sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.

1.3 Organograma Funcional

VIDE ANEXO 4 – As atribuições de cada área estão explicitadas na própria denominação no organograma.

Caso necessário a Empresa poderá disponibilizar aos Órgãos de Controle o seu “Manual de Organização”, onde estas estão descritas de forma abrangente.

1.4 Macroprocessos Finalístico

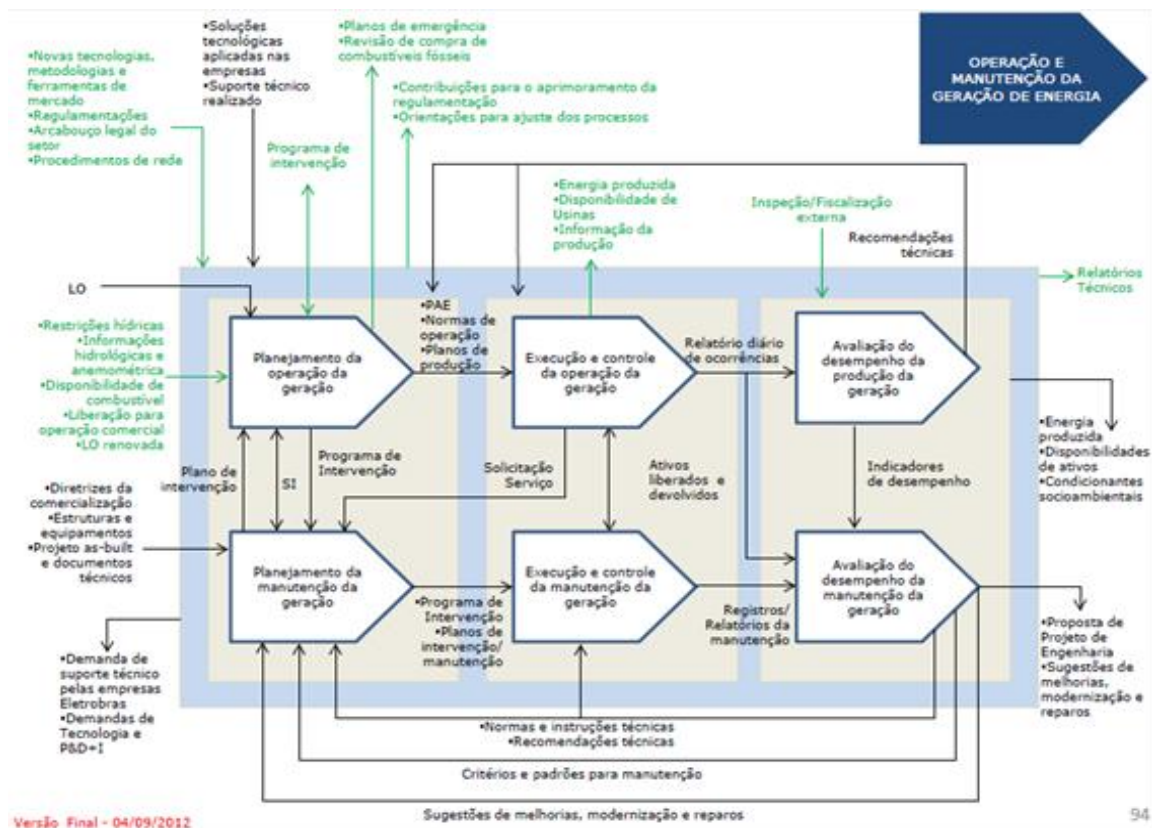
Os Macroprocessos da ELETRONUCLEAR foram integrados aos macroprocessos da controladora Eletrobras S/A, de forma a se ter uma arquitetura unificada dos processos nas Empresas Eletrobras. Assim, por se tratar de uma empresa exclusivamente de geração de energia, o macro processo aplicável à Eletronuclear é o Operação e Manutenção da Geração de Energia.

Macroprocesso: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA

Objetivo: Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.

Descrição: Do planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia, descrito nos dois fluxogramas abaixo:





O bom desempenho desse processo traduz-se nos resultados obtidos na medição do desempenho das usinas.

Em 2013 a produção histórica acumulada das Usinas Angra 1 e 2 atingiu o valor de 213,1 milhões MWh. A produção de energia no ano de 2013 foi de 14.640 GWh.

1.5 Macroprocessos de Apoio

De forma análoga aos macroprocessos finalísticos, os macroprocessos de apoio, ou de suporte, foram mapeados de forma unificada com as demais Empresas Eletrobras. Assim, temos os seguintes macroprocessos identificados:

Macroprocessos de Suporte

Objetivo: Processos que apoiam os processos finalísticos, de gestão e a si próprios.



Esses macroprocessos, definidos no âmbito do Sistema, ainda estão sendo internalizados na empresa. Estima-se que o trabalho de mapeamento e aprimoramento da gestão desses processos trará expressivos benefícios, sendo sua implantação um dos objetivos estratégicos da ELETRONUCLEAR.

1.6 Principais Parceiros

A tabela abaixo relaciona os principais parceiros da Eletronuclear, agrupado segundo a sua natureza. Nele estão listados os principais agentes e o tipo de interface mantido com os mesmos.

TABELA A.1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS DA ELETROBRA ELETRONUCLEAR POR NATUREZA

Parceiros			
Natureza	Principais Agentes	Interfaces	
1	Órgãos Públicos	Ministérios e Secretarias dos Governos Federal, Estadual e Municipal; Agências Reguladoras, TCU, CGU, Ministério Público, Defesa Civil, dentre outros.	Atendimento a regulações específicas, prestação de contas, relatório, auditorias, processos de licenciamento.
2	Comunidades Locais	Prefeituras dos Municípios no entorno da CNAAA, principalmente Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.	Parcerias diversas em programas nas áreas de cultura, educação, saúde, meio ambiente, infra estrutura, esporte e lazer.
3	Fornecedores	A Eletronuclear dispõe de milhares de fornecedores, dentre os quais destacamos o fornecimento do combustível nuclear pela Indústria Nucleares do Brasil – INB.	Contratos Específicos para cada usina, cada recarga e tipo de serviço.
4	Cliente	Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.	Contratos de compra e venda de energia.
5	Acionistas	O principal acionista da Eletronuclear é a Eletrobras, detentora de quase a totalidade do seu capital social.	A Holding/controladora participa dos conselhos de administração e fiscal, aprova relatórios de gestão e balanços patrimoniais.
6	Empregados, Estagiários e Parceiros.	Seu corpo funcional de empregados, estagiários e colaboradores.	Estrutura organizacional da Eletronuclear e programas de trabalho e de atividades.
7	Organizações da Sociedade	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica, Associações de Moradores de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, Universidades, Associações de Classe, Associações Internacionais do Setor Nuclear.	Convênios, Contratos, Associações, filiações, projetos de P&D.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

2.1 Planejamento Estratégico da Eletrobras Eletronuclear S.A

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

2.1.1 Estratégias de Atuação a Frente aos Objetivos Estratégicos

A) Objetivos Finalísticos e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão;
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição.

Objetivo 2 – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras.

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.

7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos.

Objetivo 3 – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.

9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas.
10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras.
11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária.
12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior.
13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional.

Objetivo 4 – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro.

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.

Objetivo 5 – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.

B) Objetivos de Gestão e Competências e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras.
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.
4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.

Objetivo 2 – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.

5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.
6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.
7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.

Objetivo 3 – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos.
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.

14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.

Objetivo 5 – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.

Objetivo 6 – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.

Objetivo 7 – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.
22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.
23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

Declaração de Posicionamento – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração núcleoelétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

Atributos do posicionamento:

Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeletrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

Expansão da Geração Nucleoeletrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

Investindo de forma independente ou em parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

Segurança

A Eletrobras Eletronuclear pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental** – O ano de 2013 marcou a permanência da ELETROBRAS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social. A Eletrobras Eletronuclear emite o seu Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI desde 2008 (ano base 2007) e em 2010 este relatório recebeu o prêmio de Sustentabilidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro e em 2011 a empresa foi vencedora do PRÊMIO BRASIL AMBIENTAL da Câmara de Comércio Americana.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

Certificação SOX – A adequação a Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a Eletrobras ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em 2009 a PWC foi contratada para realizar os testes dos controles internos para a Certificação SOX das Empresas do sistema Eletrobras. Em junho de 2010 a Eletrobras Eletronuclear criou a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que, dentre outras, tem como atribuição efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras.

O Pacto Global e os Valores da Empresa

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR integra o Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU (UN Global Compact), expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.

Em demonstração de seu apoio ao Pacto Global a Eletrobras Eletronuclear apresenta a cada ano, desde 2008, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental à ONU, que avalia e publica em seu site correspondente. O Relatório de Sustentabilidade Socioambiental da empresa relativo ao ano de 2010 foi classificado, após autoavaliação, como Global Compact Advanced Level, em 2011.

2.1.2 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, por intermédio de sua Diretoria de Operação, estabelece ao final de cada exercício as metas a serem atingidas pelas unidades de produção (usinas) no ano seguinte. Essas metas são estabelecidas e acompanhadas por um extenso número de indicadores, que aferem desde o montante total de produção de energia até itens de gestão e segurança de trabalho além de vários outros de caráter técnico.

A evolução desses indicadores é acompanhada mensalmente, e ações corretivas são tomadas ao longo do ano para assegurar o cumprimento das metas.

No item 2.1.3.1, a seguir, apresentamos os indicadores adotados, com suas metas e comentários sobre o resultado final.

2.1.3 Indicadores Operacionais

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)
- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;
- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);
- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;
- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;
- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação, as tabelas a seguir trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

2.1.3.1 Indicadores de Desempenho Operacionais no Exercício de 2013

Dos 18 indicadores sugeridos pela WANO / IAEA adotados por **Angra 1** para medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, desenvolvidos para avaliar a operação segura e confiável da Usina, observamos que 9 destes indicadores não atingiram resultados que atendessem as metas estabelecidas para Angra 1. Destes 9 indicadores, oito deles referem-se a perda de disponibilidade e/ou fatores que influenciaram esta perda. Entre estes fatores encontram-se desligamentos automáticos, desligamentos manuais e a parada intermediária não prevista (1P19A).

Dos 19 indicadores sugeridos pela WANO / IAEA e adotados por **Angra 2**, para avaliar a operação segura e confiável da Usina, além de medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, todos os Indicadores relativos à Segurança Nuclear obtiveram os resultados previstos para as metas desse ano de 2013. No entanto, para 5 outros Indicadores, relacionados à Produção e à Disponibilidade, obtivemos resultados que não atenderam as metas estabelecidas. Destes 5 indicadores 2 deles referem-se a acidentes industriais com afastamento, ocorridos com empregados da ETN (4 acidentes) e prestadores de serviço (2 acidentes).

O Indicador de Perda Forçada foi afetado pelos seguintes eventos:

- No dia 01 de janeiro a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1270 MWh, devido à alta temperatura na água de resfriamento do disjuntor do Gerador Elétrico BAC10;

- No dia 03 de janeiro às 02h31min a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC20AP001 em função da alta temperatura no mancal do motor;
- No dia 08 de janeiro às 01h23min a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC10AP001 em função da baixa pressão de óleo;
- No dia 02 de fevereiro a potência da usina foi reduzida para 1088 MWh (80%) para a realização dos testes periódicos da Turbina e trabalho de troca do motor da Bomba de Refrigeração Principal PAC40AP001, trabalho esse sem sucesso, pois o motor revisado pelo fabricante apresentou problemas funcionais, desta forma o motor anterior que já apresentava problemas de vibração foi remontado e a bomba disponibilizada para operação;
- No dia 12 de fevereiro a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1088 MWh devido ao desligamento da Bomba de Refrigeração Principal PAC40P001 por alta vibração no motor;
- No dia 23 de março a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1335 MWh devido ao desarme da Bomba de Condensado dos Pré-aquecedores de Baixa Pressão LCJ31AP001;
- No dia 03 de abril ocorreu redução automática de potência para 40% (aprox. 500 MWe) devido ao Desarme da Bomba de Refrigeração do Reator JEB30AP001, o desarme dessa Bomba ocorreu devido a comutação das redundâncias elétricas do 525 kV (BAT) para 138 kV (BCT) durante teste do disjuntor da Bomba PEC10AP001;
- No dia 12 de abril às 07h58min a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1265MW devido ao desarme da Bomba de Refrigeração Principal PAC30AP001 por alta temperatura no mancal do motor;
- No dia 12 de abril às 18h15min a potência da Usina foi reduzida automaticamente para 1080 MWe devido ao desarme da Bomba de Refrigeração Principal PAC60AP001 por alta vibração na bomba. Esta bomba ficou desligada até o último dia do mês de abril para reparos.
- No dia 01 de junho, durante o retorno da usina após Parada 2P10, a potência da unidade ficou restringida em 80%, devido à indisponibilidade da Bomba de Água de Alimentação Principal PAC60AP001 que se encontrava em manutenção.

O Indicador Fator de Perda de Disponibilidade Não Planejada foi afetado porque no retorno da Usina, após Parada Programada 2P10, a potência da usina ficou restrita devido ao término da manutenção na Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC60AP001.

Nas tabelas abaixo, apresentamos uma coletânea dos principais Indicadores de Desempenho de Angra 1 e Angra 2, mostrando os valores obtidos em 2013, as metas estabelecidas para o ano e os resultados obtidos nos anos anteriores. A análise dos indicadores relacionados à “Segurança” das duas unidades permite concluir que as mesmas operaram durante todo o ano de maneira segura e confiável, enquanto os dados referentes à Produção e à Disponibilidade não alcançaram os resultados esperados.

TABELA A.2.1.3.1.1 – FATOR DE DISPONIBILIDADE

1) Fator de Disponibilidade – Central												
A) Utilidade:		Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≥ 87,65 %										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas} \times 100}{\text{Energia de Referência}}$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	69,727	65,646	92,981	82,419	39,321	94,835	87,637	89,612	93,727	99,146	100,000	98,281
Acu.	91,202	88,559	93,295	91,325	86,163	85,774	84,740	83,922	83,585	84,103	84,120	83,979

Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Angra 1

Janeiro:

A Unidade iniciou o mês de janeiro no programa de extensão do ciclo de operação do Reator com redução gradual de carga. No dia 05/01 à 01h00min o Reator foi desligado, dando início à Parada 1P19.

Fevereiro:

A Unidade permaneceu durante todo o mês de fevereiro desligada para reabastecimento - Parada 1P19.

Março:

A Unidade iniciou o mês de março na Parada 1P19. Em 05/03 a Unidade foi sincronizada ao Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Em 09/03 foi iniciado um programa de carga para testes e comissionamento do novo Sistema de Água de Alimentação (OVATION). Em 10/03, iniciada elevação de carga que foi estabilizada em 100% (640 MWe), no dia 13/03. Em 25/03, ocorreu o desarme automático do Reator/Turbina. Às 23h48min do mesmo dia, a Unidade foi sincronizada ao SIN. Em 27/03 a carga foi estabilizada em 100% no Reator (640 MWe), permanecendo assim conforme programação do ONS.

Abril:

Em 15/04/13 às 10h02min ocorreu desarme automático do Reator devido à falha em um cartão eletrônico do Sistema de Controle de Barras do Reator. Em 16/04 à 01h30min, a Unidade foi sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 18/04/13 às 05h33min ocorreu desarme automático do Reator devido à mesma falha ocorrida em 15/04. Em 24/04 às 17h28min, a Unidade foi sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Iniciada a subida de carga, estabilizada em 100% (640 MWe), mantendo-se assim conforme programação do ONS.

Mai:

Unidade iniciou o mês suprindo com 645 MWe o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 06/05 às 07h37min, ocorreu o desarme automático devido atuação do relé de alívio de pressão do Transformador T1A1. Às 14h59min, a Unidade foi sincronizada ao SIN. Em 07/05 às 17h20min, a potência foi estabilizada em 100% (640 MWe), mantendo-se assim conforme programação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Junho:

Em 07/06 - Redução de carga para 520 MW para atender a intervenção AI 00.016.190-13. Em 10/06 - deflagrada Operação Arco-Íris devido a incêndio na Turbina de Alta Pressão. O Reator foi desarmado manualmente.

Em 11/06 - Reator criticalizado e Unidade sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 12/06 - Potência da Unidade em 100% no Reator, mantendo-se assim conforme programação do Operador Nacional do Sistema.

Julho:

Em 04/07 ocorreu o desarme automático do Reator durante a execução do Teste PI-O 53. Em 08/07 a Unidade foi sincronizada ao SIN com a potência estabilizada em 100% (645 MWe). Em 11/07 iniciada redução de carga que foi estabilizada em 75% (480 MWe). Em 13/07 iniciada nova redução de carga que foi estabilizada em 50%. Em 14/07 iniciada elevação de carga que foi estabilizada em 75% (480 MWe), permanecendo assim, conforme programação do ONS.

Agosto:

A Unidade iniciou o mês de agosto suprindo com 480 MWe o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 08/08 às 14h50min, foi iniciada redução de carga, devido ao desarme da Bomba de Água de Circulação - CW-1B. Às 20h02min, a carga foi

estabilizada em 71% (440 MWe). Em 30/08 às 23h00min, foi iniciada redução de carga. Em 31/08 às 06h50min foi desligado o Reator, dando início à Parada 1P19A.

Setembro:

Unidade iniciou o mês de setembro na Parada 1P19A. Em 06/09 às 06h39min, o Reator foi criticalizado. Às 11h47min a Unidade foi sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e iniciada elevação de carga. Em 07/09 às 20h15min a carga foi estabilizada em 100% (645 MWe), mantendo-se assim conforme programação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Outubro:

A Unidade iniciou o mês de outubro suprindo com 644 MWe o Sistema Interligado Nacional (SIN), permanecendo assim até o final do mês, conforme programação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Novembro:

A Unidade iniciou o mês de novembro suprindo com 647 MWe o Sistema Interligado Nacional (SIN). Dia 23 às 22h00min foi iniciada redução de carga programada para 450 MWe para a realização do Teste PI-O 033. O teste foi concluído com sucesso às 02h15min do dia 24. No mesmo dia foi iniciada elevação de carga que foi estabilizada em 100% (646 MWe) às 10h08min, permanecendo assim conforme programação do ONS.

Dezembro:

Em 05/12/13 ocorreu desarme automático do reator por atuação de Injeção de Segurança durante rejeição de carga, após abertura dos disjuntores 9134 e 9154 da SE de 500kV. Em 06/12/13 o Reator foi criticalizado e em 08/12/13 a Unidade foi sincronizada ao SIN. Em 23/12/13 o Reator foi desarmado manualmente devido à perda de alimentação externa de 138KV e transferência lenta das barras 1A3 e 1A4 para 500KV, ocasionando a perda das Bombas do Sistema de Resfriamento da Turbina (RET). Em 24/12/13 o Reator foi criticalizado e a Unidade sincronizada ao SIN.

Angra 2

Janeiro:

No dia 13/01 às 00h02 min a potência da Usina foi reduzida para 80% (1080 MW) para realização dos testes periódicos da turbina.

Fevereiro:

Dia 08/02 - a potência da Usina foi reduzida para realização dos testes periódicos da turbina. Dia 12/02 - a potência da Usina foi reduzida devido ao desligamento da Bomba de Refrigeração Principal PAC40AP001 em função de alta vibração no motor.

Março:

Dia 18/03/13 - desarme da turbina e reator devido à falha na comutação da bomba MAX16AP002 para a MAX16AP001. Dia 23/03/13 - desarme da bomba de condensado dos preaquecedores de baixa pressão LC31AP001 provocando by-pass do respectivo trem de preaquecedores.

Abril:

Dia 03/04 - desarme da JEB30AP001 devido à comutação dos trens 30 e 40 do BAT p/ BCT durante teste do disjuntor da PEC10AP001. Dia 11/04 - iniciado o alongamento do Ciclo 10. Dia 12/04 - desarme da PAC30AP001 por alta temperatura no mancal do motor. Dia 12/04 - desligamento da PAC60AP001 devido à alta vibração.

Maió:

Dia 04/05 - Iniciada a Parada planejada 2P10.

Junho:

Em 01/06 - potência restrita devido a manutenção na PAC60AP001.

Outubro:

Dia 21/10 - Desarme do Reator por atuação proteção Falha de Disjuntor ABA10 (9124) (SE525Kv). Dia 22/10 - Desarme do Reator e da Turbina por perda de todas as Bombas de Condensado

Novembro:

Dia 21/11 - Desarme do Reator por atuação da proteção das linhas de 500kV.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

TABELA A.2.1.3.1.2 – FATOR DE DISPONIBILIDADE NÃO PLANEJADA

2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada												
A) Utilidade:		Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		Angra 1 $\leq 2,19\%$ Angra 2 $\leq 0,54\%$										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Perda de Geração de Energia não Planejada no Período}}{\text{Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período}}$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	0,00	3,48	27,65	1,14	2,73	37,76	29,28	0,00	0,00	0,00	5,25
Acu.	0,68	0,68	0,97	3,24	3,34	3,61	6,82	9,14	8,64	8,64	8,64	9,08
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra1												
Março: Desarme automático do Reator/Turbina devido ter ocorrido baixa pressão na sucção das Bombas de Água de Alimentação e ocasionando desarme das mesmas e consequente atuação do sistema ATWS.												
Abril: Desarmes automáticos devido a uma falha em um cartão eletrônico do Sistema de Controle de Barras do Reator.												
Mai: Desarme automático devido atuação do relé de alívio de pressão do Transformador T1A1.												
Junho: Operação Arco-Íris na Turbina de Alta Pressão												
Julho: Desarme automático durante o PI-O 053. Desvio dos parâmetros químicos do Sistema Secundário.												
Agosto: Operação a carga reduzida devido a problemas no Condensador Principal.												
Dezembro: Perda de alimentação externa de 138KV e transferência lenta das barras 1A3 e 1A4 para 500KV. O Reator foi desarmado manualmente devido a perda das bombas de refrigeração do Sistema de Resfriamento da Turbina (RET).												
Angra2												
Junho: Ao retorno da Parada Programada 2P10 a potência da usina ficou restrita devido ao término da manutenção na Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC60AP001.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.3 – DESLIGAMENTOS NÃO PLANEJADOS POR 7000H CRÍTICAS

3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas												
A) Utilidade:	Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.											
B) Tipo:	Eficácia											
C) Meta ETN:	Central = 0 Angra 1 = 0 Angra 2 = 0											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$											
E) Método de Aferição:	Apuração mensal a partir de medições											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2013											
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas da Central												
Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses) Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,430	0,450	1,330	2,202	3,210	3,210	3,700	3,250	3,270	4,210	4,678	5,150
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,86	0,95	1,91	3,91	4,89	4,89	5,98	4,99	5,06	5,06	5,06	6,09
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos nos últimos 12 meses} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,00	0,00	0,80	0,80	1,74	1,73	1,74	1,74	1,74	3,48	4,35	4,35
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas Crítico no período}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Março:												
Em 25/03/13 às 09h40min - ocorrido baixa pressão na sucção das Bombas de Água de Alimentação e ocasionando desarme das mesmas e consequente atuação do sistema ATWS.												
Abril:												
Em 15/04/13 às 10h02min - devido a uma falha em um cartão eletrônico do Sistema de Controle de Barras do Reator.												
Em 18/04/13 às 05h33min - devido a uma falha em um cartão eletrônico do Sistema de Controle de Barras do Reator.												
Mai:												
Em 06/05/13 às 07h37min - Desarme automático devido atuação do relé de alívio de pressão do Transformador T1A1.												
Junho:												
Em 06/05/13 às 07h37min - devido atuação do relé 86-2G1 ocasionado por baixo isolamento no contato de desarme do circuito de gás do trafo T1A1.												
Julho:												
Ocorreu em 04/07/13 o desarme automático do Reator durante a execução do Teste de Operabilidade das Barras de Controle - PI-O 53. Contabilizadas 7.022,412 horas com o Reator crítico nos últimos 12 meses.												
Dezembro:												
Dez/13 - Perda de alimentação externa de 138KV e transferência lenta das barras 1A3 e 1A4 para 500KV. O Reator foi desarmado manualmente devido a perda das bombas de refrigeração do Sistema de Resfriamento da Turbina (RET).												

Angra 2
Março:

Dia 18/03 - Desarme da Turbina e Reator devido a falha na comutação da bomba MAX16AP002 para MAX16AP001.
 Total de horas com reator crítico nos últimos 12 meses foi de 8066,8 h.

Outubro:

Dia 21/10 - Desarme Reator por atuação proteção Falha de Disjuntor ABA10 (9124)(SE525Kv). Dia 22/10 - Desarme do Reator e da Turbina por perda de todas Bombas de Condensado. Total de horas com reator crítico nos últimos 12 meses foi de 8054,6 h.

Novembro:

Dia 21/11 - Desarme do Reator por atuação da proteção das linhas de 500kV. Contabilizadas 8.050,9 horas com o Reator crítico nos últimos 12 meses.

D) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

TABELA A.2.1.3.1.4 – PERFORMANCE DOS SISTEMAS DE INJEÇÃO DE SEGURANÇA (SIS) – ALTA PRESSÃO

4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do SIS										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.5 – PERFORMANCE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DE ÁGUA DE ALIMENTAÇÃO (AAA)

5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do AAA										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,004	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra1 Março: Isolamento do turbo bomba AF2 para reparo de vazamento de vapor na placa de orifício pela LT201302756. (Tempo de indisponibilidade 8,83 h).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.6 – PERFORMANCE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DO GRUPO GERADOR DIESEL (GDD)

6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		Angra 1 ≤ 0,0005 Angra 2 ≤ 0,0000										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000	0,000	0,000

Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra1 Agosto: Vazamento de óleo durante partida do GD-4 durante teste pelo PI-O 139A e PI-O 66B. (Tempo de indisponibilidade 1,00h).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamento reparado com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.7 – PERFORMANCE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DE INJEÇÃO DE ALTA PRESSÃO (JND)

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 0,000											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2013											
Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.8 – PERFORMANCE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DE ÁGUA DE ALIMENTAÇÃO DE EMERGÊNCIA (LAR)

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,000										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.9 – ACIDENTES INDUSTRIAIS COM PERDA DE TEMPO POR 200.000HH TRABALHADAS

9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		= 0 Acidentes										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: abaixo discriminado.										
E) Método de Aferição:		Medição mensal e cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,81	0,00	0,00	1,40	0,00	0,00	0,00	1,57	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,30	0,0	0,29	0,29	0,42	0,42	0,41	0,41	0,54	0,53	0,52	0,52
Indicador: <u>Nº acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses x 200.000HH trabalhadas</u> Nº HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 2 Janeiro: Em 21/01/13, Auxiliar técnico, ao tentar sanar um vazamento de óleo diesel na conexão do mangote junto ao caminhão tanque durante abastecimento do Gerador Diesel, pisou em falso no mangote e torceu tornozelo esquerdo.												

Em 31/01/13 Técnico sofreu prensamento de dedo durante movimentação de tubulação, inicialmente sem afastamento. Em 06/02/13 após nova avaliação médica foi afastado.

Maio:

Em 21/05/13 Operadora torceu joelho ao descer escada Tomada D'Água.

Setembro:

Em 11/09/2013 Química Analista quando efetuava lavagem do material de vidro, este quebrou e a empregada teve seu dedo cortado.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Todos os acidentes são investigados para determinar e corrigir as suas causas e evitar novas ocorrências.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

TABELA A.2.1.3.1.10 – EXPOSIÇÃO COLETIVA À RADIAÇÃO (HSv)

10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
A) Utilidade:	Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 1,06 pessoa. Sv (Acumulado)											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período											
E) Método de Aferição:	Medida direta											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2013											
Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,010	0,000	0,003	0,002	0,003	0,007	0,001	0,005	0,003	0,012	0,002	0,002
Acu.	0,677	0,946	0,954	0,977	0,957	0,963	0,964	0,967	0,939	0,948	0,948	0,966
Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2 Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Fevereiro:												
Dose coletiva acima do planejado nos trabalhos executados durante a Parada 1P19.												
Abril:												
A Dose Coletiva da Parada 1P19 foi 5% superior ao limite estabelecido de 0,75 pessoa.Sv o que já comprometeu o cumprimento da meta de Dose Coletiva Total (operação e parada) de Angra 1 para 2013, de 0,79 pessoa.Sv.												
Angra2												
Maio:												
Exposição coletiva no mês relativa à Parada 2P10.												
Dezembro:												
A meta estipulada é referente ao período de janeiro a dezembro de 2013. O valor calculado como acumulado é referente aos últimos 12 meses.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Não houve disfunções.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

TABELA A.2.1.3.1.11 – ÍNDICE DE CONFIABILIDADE DO COMBUSTÍVEL (μ Ci/g)

11) Índice de Confiabilidade do Combustível (μ Ci/g) - Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		$\leq 0,00005 \mu$ Ci/g										
D) Fórmula de Cálculo:		$\left[J1x\left(0,047619 + \frac{J3}{0,000021} \right) - 0,0318xJ2\left(0,916667 + \frac{J3}{0,00024} \right) \right] x \left[\left(\frac{Ln}{J5} \right) \left(\frac{100}{J4} \right) \right]$ <p> J1 = Iodo 131 (μ Curie/g) J2 = Iodo 134 (μ Curie/g) J3 = Constante de Taxa de Purificação J4 = Nível de Potência (%) J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot) Ln = 5.5 kW/foot </p>										
E) Método de Aferição:		Através de medições e cálculos mensais										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2013										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra2 Maio: No período de 04/05/2013 a 31/05/2013 Angra 2 esteve desligada em atendimento à Parada Programada 2P10, desta forma não houve estabilidade para o cálculo do ICC.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções.												

TABELA A.2.1.3.1.12 – ÍNDICADOR QUÍMICO

12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 = 1,00 Angra 2 = 1,00											
D) Fórmula de Cálculo:	Angra 1: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$ Angra 2: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$ VL _X = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica											
E) Método de Aferição:	Medições mensais e cálculos.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2013											
Indicador Químico – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	-	1,00	1,00	1,00	1,00	4,15	1,36	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	-	1,00	1,00	1,00	1,00	1,66	1,61	1,52	1,45	1,39	1,36
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Indicador Químico – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,08	1,00	1,00	0,00	1,02	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01	1,01	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Janeiro: O Índice de Confiabilidade do Combustível de Angra 1 para o mês de Janeiro de 2013 não foi calculado pois a usina encontra-se em condição de Desligada Fria (Parada Programada 1P19).												
Fevereiro: A Unidade iniciou o mês de fevereiro e permaneceu na Parada 1P19 durante todo o mês.												
Julho: Este valor foi obtido em função dos transientes químicos ocorridos no mês de Julho, relacionados ao problema de vazamento de água do mar através do Condensador Principal, com consequente contaminação do Sistema Secundário.												
Agosto: Este valor foi obtido em função dos transientes químicos ocorridos nos dias 01, 03, 04, 06, 07 e 08 de Agosto, relacionados ao problema de vazamento de água do mar através do Condensador Principal, com consequente contaminação do Sistema Secundário.												
Outubro: Em outubro/13 não houve contaminação no Sistema Secundário e consequentemente uma ligeira redução no indicador Anual.												
Angra2												
Mai: No mês de maio, a usina apresentou anormalidade no parâmetro químico oxigênio, devido a um furo encontrado no tubo coletor do MAG10. Apenas 3 dias foram considerados no cálculo do indicador químico do mês de maio, devido à parada 2P10.												

Junho: No mês de junho, a usina apresentou anormalidade no parâmetro químico oxigênio do sistema de condensado de selagem LCW.
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Disfunções reparadas. Responsável: Diretoria de Operação – DO

TABELA A.2.1.3.1.13 – ENERGIA BRUTA GERADA (GWh)

13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)	
A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 14.640 GWh de energia bruta
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.	
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Meta Atingida.	

TABELA A.2.1.3.1.14 – VOLUME DE REJEITO SÓLIDO GERADO (m³)

14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m ³)												
A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 133 m ³ ao ano											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado											
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2013											
Volume de Rejeito Sólido (m ³) – Central												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	38,610	15,950	27,300	4,160	12,480	5,530	1,200	7,860	2,400	1,600	0,000	4,900
Acu.	38,610	54,560	81,860	86,020	98,500	104,030	105,230	113,090	115,490	117,090	117,090	122,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra1 Abril: Gerados tambores de Resina do Secundário, no mês de abril/13. Mai: Geradas caixas metálicas com rejeitos produzidos na Parada 1P19. Junho:												

Geração de tambores de resina do sistema Secundário no mês de junho/13.

Angra2

Maio:

Os rejeitos produzidos durante a Parada 2P10 estão sendo tratados e contabilizados.

Agosto:

Volume de rejeito sólido radioativo relativo à compactação de rejeitos das paradas 2P9 e 2P10.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

Responsável: Diretoria de Operação – DO

2.2 Informações sobre Programa do PPA de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

2.2.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

As Ações Orçamentárias da Eletrobras Eletronuclear estão incluídas no Programa de Energia Elétrica – N020 de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

As ações estão associadas a objetivos deste Programa, conforme quadro abaixo:

TABELA A.2.2.1 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Códigos	Título Ação
Programa Energia Elétrica - N020	
Objetivo 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.	
Iniciativa: Implantação da Usina Termonuclear Angra III	
25.752.0296.6486.0033	Manutenção do parque de obras e equipamentos da usina de Angra III
25.752.0296.5E88.0033	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
Objetivo 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.	
Iniciativa: Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico	
25.752.N020.6508	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica
Objetivo 0437 - Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema	
Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia	
25.752.0296.4477.0033	Manutenção do Sistema de Geração de Termonuclear de Angra I e II
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia - N123	
12.122.N123.2000	Administração da Unidade

2.2.1.1 Programa N020 – Energia Elétrica

- a) **Objetivo 0437 – Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.**

Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia.

2.2.1.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

TABELA A.2.2.1.1.1.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4477	Denominação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).
<p>Finalidade da Ação: Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes.</p> <p>Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</p>	
<p>Objetivo Geral: As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.</p>	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Olívio da Conceição Napolitano
Unidades Executoras:	Diretoria de Operação - DO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria de Operação - DO
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria de Operação - DO

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

TABELA A.2.2.1.1.1.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	254.212.745	150.666.656	59,27%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O Orçamento Estrutural da DO em 2013, após os diversos ajustes ocorridos durante o exercício, foi de R\$ 316,9 milhões, excetuando as naturezas “pessoal” e “combustível”. Até o dia 08.01.2014 está contabilizada uma realização de R\$ 272,3 milhões, representando 85,9% do total orçado e acham-se comprometidos R\$ 14,4 milhões, representando 4,5%. Estima-se que, do montante ainda comprometido, podem ser realizados R\$ 4,8 milhões, totalizando-se R\$ 277,1 milhões, o que corresponde a uma realização de 87,4% da proposta orçamentária. Deste total estimado, R\$ 68,2 milhões (24,6%) referem-se aos gastos com a Parada 1P19 de Angra 1 e R\$ 58,6 milhões (21,2%) referem-se aos gastos com a Parada 2P10 de Angra 2. Assim, excluindo-se os custos da Parada, as atividades de rotina da Diretoria (materiais, serviços de terceiros e outros dispêndios) consumiram cerca de R\$ 150,3 milhões (54,2%).

Quanto ao Custo Direto do Orçamento de Investimentos, no Programa de Manutenção da Geração de Angra 1 e Angra 2, sob responsabilidade da DO, em 2013, está contabilizada até 08.01.2014 uma realização de R\$ 69,4 milhões. Esse valor representa 37,6%, da proposta orçamentária de Investimentos, no montante de R\$ 184,7 milhões. Estima-se que do montante ainda comprometido podem ser realizados serviços da ordem de R\$ 22,8 milhões, totalizando-se R\$ 92,2 milhões, correspondendo a uma realização de 49,9% da proposta orçamentária (Custo Direto).

Os restantes 50,1% não foram realizados, principalmente, em função da interrupção ou adiamentos na execução de serviços contratados e a serem contratados (Prédio da SM.O, Restaurante de Itaorna, Prédio de Informática, Almoxarifado 6 e Simulador de Angra 1).

Resultados:

O ano de 2013 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões, efetuadas por organismos internacionais, teve grande relevância para o processo de melhoria continua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas, no Brasil, as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 08.10 a 11.10 – As Usinas de Angra 1 e 2 receberam a pré-visita da equipe da WANO onde foram abordados os detalhes da preparação para a WANO Peer Review que ocorrerá em Janeiro de 2014;
- Em 07.10 – A Empresa recebeu, na sede, a equipe da WANO para a realização do “Kick-off Meeting” relativo ao Corporate Peer Review que será realizado em Outubro de 2014;
- De 04.11 a 13/11 – A Empresa recebeu, em Angra, uma equipe de 10 peritos da IAEA para a realização da missão Pré-SALTO (Safety Assessment for Long Term Operation) na usina de Angra 1. Ela tem por objetivo fazer uma avaliação dos preparativos em andamento e futuros feitos pela usina para estender o seu período de operação original.
- O programa “RLA 9/060 - Enhancing Operational Safety in nuclear installations” - de colaboração com a IAEA concentrou-se, durante o ano de 2013, na fase de elaboração, testes e lançamento no mês de julho, de uma plataforma na web denominada “Plataforma Ibero Americana Nuclear de Operadores na Área de Segurança”, tendo por sigla “PIANOS”. Esta plataforma permite a interação direta entre os profissionais das usinas nucleares do Brasil, Argentina e México e permite ao usuário identificar quem em cada usina exerce atividade semelhante a sua. De modo a incentivar a utilização desta ferramenta, foram realizados treinamentos na sede e em Angra de modo a familiarizar os empregados com a mesma.

Um número significativo de engenheiros da Empresa participou de missões internacionais, conduzidas pela AIEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da Bélgica, Suécia, Alemanha, Suíça, França, Eslováquia, Espanha, Argentina e Inglaterra.

No ano de 2013, consolidando os resultados obtidos nos anos anteriores, as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas.

Por outro lado, as usinas enfrentaram um número expressivo de desligamentos não programados ou a necessidade de operar com potência reduzida, comprometendo as metas relacionadas à Produção e à Disponibilidade, como veremos em mais detalhes no Item 5 deste relatório. Grande parte desses desligamentos teve uma causa comum, nas duas unidades – falhas no sistema de transmissão em 500 kV, operado por Furnas. No caso de Angra 1 aconteceram também desligamentos causados por falhas em componentes eletrônicos do Sistema Controle de Barras do Reator e, em Angra 2, desligamentos relacionados a falhas em equipamentos. Foram desenvolvidos Planos de Ação específicos para correção desses problemas que contribuíram para as falhas identificadas.

Devido às condições hidrológicas, de poucas chuvas, as duas unidades foram despachadas à plena potência, pelo ONS, durante todo o período.

Angra 1 operou durante 290 dias em 2013 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e realizou duas Paradas Programadas, sendo uma para reabastecimento de combustível e substituição da tampa do Vaso do Reator, com a duração de 60 dias e outra, com a duração de 6 dias, para revisão e reparos no Sistema das Barras de Controle do Reator. Além das 2 paradas programadas (totalizando 66 dias) e dos 8 desligamentos não programados (totalizando 09 dias), a unidade operou durante 53 dias com potência reduzida para pesquisa e correção de vazamento de tubos dos Condensadores. Ainda assim, à luz de todos esses aspectos, a unidade produziu 3.947.626,43 MWh de Energia Bruta que caracteriza-se a 7ª melhor geração em um ano, desde sua entrada em Operação Comercial, em 1985.

Em **Angra 2**, com exceção da redução de potência no período de “alongamento do ciclo de combustível - Strecht Out”, como preparação para execução da Parada Programada 2P10, a unidade, foi despachada a 100% de sua capacidade e produziu 10.692.555,33 MWh de Energia Bruta, que é o novo recorde de produção em ano com Parada de Reabastecimento. Os períodos de indisponibilidade ocorridos no início do ano foram devidos a falhas em Bombas do Sistema de Água de Refrigeração Principal (PAC), falhas que foram corrigidas durante o ciclo passado e durante Parada 2P10. Ocorreram 5 desligamentos automáticos não planejados do Reator, sendo que 2 deles foram devidos exclusivamente a eventos externos e 1 deles ocorreu quando da redução de potência para reparos das causas dos eventos externos.

Como resultado do quarto ano de implantação da Superintendência de Manutenção, as expectativas para esta organização integrada vêm sendo alcançadas dia a dia.

Os “backlogs” de manutenção corretiva de ambas as usinas permaneceram em números muito baixos e dentro das metas estabelecidas, assim como o número de retrabalhos decorrente de manutenções, o que demonstra a efetividade da Manutenção em manter a boa confiabilidade dos equipamentos e componentes das usinas. A otimização de recursos como mão de obra, ferramentas, equipamentos e sobressalentes continua crescente, bem como uma maior integração e livre trânsito entre equipes que atuam em Angra 1 e 2 e grupos integradores, principalmente durante paradas e pelos Grupos Especializados.

Seguindo a política da Empresa de conduzir revisões internas e externas, a estrutura e processos da Gerência de Manutenção de Angra 1 (GMU.O) e da Gerência de Planejamento Integrado passaram por processos de auto avaliação e planos de ações foram elaborados para solucionar as deficiências encontradas.

No contexto da resposta ao evento de Fukushima, coordenado pela Diretoria Técnica, prosseguiram as iniciativas estabelecidas no Plano de Ação da Eletronuclear, considerando os subsídios fornecidos pelo Relatório de Resistência (Stress Test) das Usinas de Angra 1 e Angra 2. Foram concluídas as avaliações das margens de projeto de proteção contra movimentos de mar, deslizamento de encostas, tornados, chuvas e inundação e realizada avaliação preliminar da margem sísmica disponível para as usinas. Foi constatada a adequação dos projetos de proteção existentes e identificadas as medidas adicionais a serem tomadas para aumentar essas margens para resistir a eventos extremos. Foram emitidos a maioria dos relatórios conceituais previstos no Plano, p.ex. conexão dos Geradores Diesel portáteis, reservatório sísmico adicional, temperatura nas Piscinas de Combustível Usado – PCU's, possibilidades adicionais para resfriamento das PCU, resfriamento em condições de perda total de energia - “Station Blackout” - SBO, conceito de projeto para equipamento a ser utilizado em condições que excedem as bases de projeto, entre outros. Os equipamentos móveis identificados no Relatório de Resistência que serão disponibilizados para fazer frente a essas situações, foram dimensionados e foi dado andamento ao seu processo de aquisição.

I) Principais Manutenções Realizadas:

- Foi concluída a instalação do SMF – Sistema de Medição para Faturamento, atendendo assim as novas exigências da ANEEL e CCEE para a comercialização da energia produzida e do consumo dos auxiliares de Angra 1 e 2;
- Concluídas e enviadas para a CNEN as revisões dos Manuais de Controle Radiológico do Meio Ambiente – MCRMA das duas usinas. Os documentos contemplam a adequação à solicitação do CAON, exigências da CNEN, atualização das referências, nova Especificação Técnica, adequação ao NEI-99.01, e a consequente atualização da metodologia de classificação de emergência, além de adequar a metodologia à experiência operacional das usinas;

Em **Angra 1** relacionamos os seguintes destaques em 2013:

- Em 26/04 às 03h00min, foi atingida a geração elétrica de 80.000.000 MWh;
- Em outubro de 2013, a geração elétrica bruta de 478.871,31 MWh foi a melhor geração mensal na história de Angra 1, superando a marca de 475.144,09 MWh obtida em outubro de 2012;
- No segundo semestre de 2013 foi iniciada a 2ª Reavaliação Periódica de Segurança - RPS dessa Usina, em atendimento a condicionante da nova Autorização de Operação Permanente - AOP da Usina, emitida pela CNEN em setembro de 2010, pelo prazo de 14 anos. Essa RPS deverá cobrir a operação de Angra 1 no período de 2005 a 2014.
- As principais melhorias e modificações realizadas em Angra 1 foram:
 - Substituição da Tampa do Vaso do Reator;
 - Modernização do Sistema de Proteção do Reator, com a substituição de todos os cartões por novos, com tecnologia digital;
 - Revisão e troca parcial/teste dos cartões do Sistema de Controle de Barras;
 - Implementação do Sistema Ovation no Controle de Nível dos Geradores de Vapor;

- Substituição do Transformador Auxiliar de 138 kV - TIA2.

Em relação a **Angra 2** registramos os seguintes destaques:

- Em Angra 2 foram produzidos 10.692.555,33 MWh de Energia Bruta o que, apesar das indisponibilidades acarretadas pelos desligamentos não programados, se caracteriza como novo recorde de produção em ano com parada de reabastecimento;
- Foi obtido o Laudo de Aprovação das Instalações da Usina de Angra 2, emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro encerrando, desta forma, compromissos pendentes da licença de operação da usina junto a ANEEL;
- Em março de 2013 recebemos da empresa NWT Corporation os resultados da última rodada do Programa de Intercomparação Química que participamos e obtivemos 100% de acerto em todos os exercícios propostos para o ano de 2012, com matriz do Primário, do Secundário e de água pura para diversas espécies químicas. Estes resultados validam os processos de análises químicas dos Laboratórios da DQAD.O;
- Participação na reunião de conselheiros da parte nuclear de potência do EPRI (Electric Power Research Institute), realizado em Boston, EUA;
- As principais melhorias e modificações realizadas em Angra 2 foram:
 - Implementação, treinamento e testes do novo Sistema de Controle do Reator (JS) implementado com TELEPERM XS;
 - Foi concluída a construção e instalação das grades de proteção contra a captura incidental de tartarugas na tomada d'água de Angra 2.
 - Implementação parcial do sistema de “Bleed”, aumentando a segurança da Usina em caso de um evento além da base de projeto;
 - Implementação da sistemática de avaliação de Conduta de Manutenção – Cartão Azul – através do procedimento 2PA MG 10;
 - Substituição de 30% dos Registradores da Sala de Controle;

II) Paradas Programadas

Em **Angra 1**, foram efetuadas duas Paradas Programadas em 2013.

1P19 - Entre os dias 05 de janeiro (às 00h14min) e 06 de março (às 22h26min) foi realizada a Parada 1P19 para Reabastecimento de Combustível e Troca da Tampa do Vaso do Reator. Foram executadas 3.357 tarefas num prazo total de 60 dias contra uma meta proposta de 56 dias. A principal contribuição para o não cumprimento da meta de tempo, prevista para esta parada, está relacionada à dificuldade na obtenção de vistos para trabalhadores estrangeiros.

A Dose Coletiva de Radiação para a Parada, estimada em 750,000 pessoa.mSv, atingiu 787,488 pessoa.mSv, representando um acréscimo de cerca de 5%. A principal causa para o não cumprimento dessa meta foi um acréscimo de cerca de 10% no Hh previsto para as atividades da Troca da Tampa do Vaso do Reator, que resultaram em aumento do tempo de exposição em área de alta radiação, aumentando consequentemente a dose individual e coletiva da atividade.

Além dos itens relacionados ao Reabastecimento de Combustível e a Troca da Tampa do Reator, destacamos a realização das seguintes atividades relevantes:

- Implementação do Sistema Automático de Controle e de Desvio de Água de Alimentação dos Geradores de Vapor utilizando a plataforma de software “Ovation”;
- Manutenção das bombas de refrigeração do reator (BRR) com troca dos selos e instalação das chavetas nos discos de inércia dos motores, visando a redução de vibração das mesmas;
- Revisão do Turbogenerador com a troca do rotor da turbina de baixa pressão LP2;
- Limpeza de lama - “sludge lancing” - dos Geradores de Vapor;
- Instalação da plataforma na Polar Crane;
- Teste de ECT em 100% dos tubos dos Geradores de Vapor;
- Manutenção dos Transformadores T1-A/B/C e T1A1;
- Manutenção do Transformador Auxiliar T1A2 e Cabo 1 (SE 138kV – Furnas);
- Revisão de Inversores (INV-01 / 02 / 03 / 04 e 05; BOP-01 e 02);
- Revisão Geral de 10 anos da Chave de Abertura em Carga – (Load Break Switch - LBS);
- Revisão Geral do Regulador de Tensão;
- Teste e Inspeção de 41 válvulas motorizadas – MOVs;
- Inspeção, manutenção e testes de válvulas operadas a ar - AOVs;
- Inspeção/Reparo Termopares e seus conectores do Núcleo do Reator;
- Manutenção do Sistema de Proteção do Reator (SPR):

1P19A - Os cartões eletrônicos do Sistema de Controle de Barras do Reator (SCB) vinham sendo responsáveis por alguns desligamentos forçados de Angra 1. Foi então programada a Parada 1P19A, que teve como principal objetivo o reparo dos referidos cartões eletrônicos por especialistas, através de contrato com a empresa Westinghouse. Em paralelo foram realizados testes com fluoresceína para identificação e posterior reparo em tubos do condensador, que também vinham sendo responsáveis por redução no fator de Disponibilidade da Unidade. Para fazer frente a estes trabalhos a Usina Angra 1 foi retirada do sistema às 05h48 do dia 31 de agosto de 2013. Após a execução, com sucesso, dos trabalhos planejados, o reator foi criticalizado às 06h39 do dia 06 de setembro e a sincronização ao Sistema Interligado Nacional ocorreu às 11h47 do dia 06 de setembro de 2013, totalizando 6 dias de unidade parada, dentro de uma meta prevista de 9 dias.

Em **Angra 2**, foi realizada a 10ª parada para Reabastecimento de Combustível – **2P10**. Participaram empresas contratadas nacionais e estrangeiras, envolvendo cerca de 900 técnicos brasileiros e 150 estrangeiros. Iniciada no dia 04/05/2013 às 00h45min, com duração prevista de 30 dias, a parada foi concluída no dia 01/06/2013 às 21h59min, após 28,9 dias, com o sincronismo da unidade ao sistema elétrico. Foram executadas, na pré-parada e parada, as tarefas programadas em 3.486 Licenças de Trabalho (LT). Devido a não disponibilidade de material, as atividades previstas em 83 LT's foram canceladas.

Cabe ressaltar que a Dose Coletiva de Radiação foi 45,92% inferior à meta estabelecida. Contribuíram para este resultado:

- Realização de reuniões Pré-Trabalho para as atividades com planejamento ALARA, inclusive com estrangeiros em sua totalidade e para as atividades sem planejamento ALARA, mas cobertos por LTR especiais;
- Não houve aumento significativo das taxas de dose na cavidade em função da não realização da oxidação forçada. Ao mesmo tempo em que as taxas de dose nos componentes do KBA se mantiveram estáveis após o desligamento da Usina;

- Controle rígido para assegurar a permanência em áreas de menor taxa de exposição e conscientização dos IOE envolvidos, o que refletiu na redução da Dose Coletiva e Homem.Hora sem impactos na execução da atividade;
- Utilização de câmeras nos ambientes de trabalho, permitindo avaliação do andamento, fornecendo informações da situação do trabalho, monitoração e correção de eventuais práticas e comportamentos inadequados além de registrar a evolução da atividade no ambiente monitorado;
- Taxas de dose reduzidas em locais de maior circulação com utilização de blindagens.

Além das atividades rotineiras de reabastecimento de combustível, testes e inspeções, manutenções preventivas e corretivas e implantação de modificações de projeto merecem destaque as seguintes atividades:

- Revisão geral da bomba de refrigeração principal PAC10AP001 e reparo da bomba PAC60AP001;
- Inspeção das válvulas principais do LBA 20 na estação de válvulas de vapor principal e substituição das válvulas piloto da LBA40;
- Inspeção de válvulas do sistema de remoção de calor residual (JN) e de refrigeração da piscina de combustível usado (FAK 40);
- Substituição do banco de baterias do trem 40;
- Inspeção e reparo dos trocadores de calor LAD51/52/61/62BC001;
- Revisão geral e inspeção por ultrassom da Turbina de Baixa Pressão LP2;
- Substituição dos flaps de isolamento do Sistema de Refrigeração de Componentes de Segurança - KAA;
- Modernização do sistema de controle do reator com a substituição do sistema de instrumentação e controle do reator – JS pelo sistema TELEPERM XS;
- Instalação da válvula JEF10AA565 para a válvula de alívio JEF10AA102 e das válvulas JEF10AA545/546 para a válvula de segurança JEF10AA190. Com esta instalação, a área de “Bleed” do circuito primário aumentando dos atuais 20 cm² para 60 cm²;
- Expansão dos tubos do Trocador de Calor de Alta Pressão – KBA12BC002, pelo processo de mandrilhamento nos espelhos inferior e superior. Após este trabalho, foram comprovados seus excelentes resultados por meio de uma inspeção em 100% dos tubos, pelo método por Correntes Parasitas (ECT).

III) Desligamentos Não Programados

Nesse ano de 2013 ocorreram 8 Desligamentos não Programados em **Angra 1**, conforme abaixo:

- No dia 25/03/2013, ocorreu o desarme automático do Reator/Turbina devido atuação de baixa pressão na sucção das Bombas de Água de Alimentação, ocasionando desarme das mesmas e consequentes atuações do Sistema de Atenuação de ATWS (Antecipatad Transient Without Scram);
- No dia 15/04/2013, ocorreu o desarme automático do Reator por Taxa de Partida Alta na Faixa de Potência durante a execução do teste PI-I 01.03 (Teste do canal da faixa de potência NI-43);
- No dia 18/04/2013, ocorreu o desarme automático do Reator por Taxa de Partida Alta na Faixa de Potência durante a execução do teste PI-O 051 (Teste de continuidade dos circuitos de segurança dos dispositivos de segurança – Trem B – teste dos relés K601, 620 e 621);
- No dia 06/05/2013, ocorreu o desarme automático do Reator pelo desarme da Turbina, devido a atuação do relé 86-2/G1;

- No dia 10/06/2013, ocorreu o desarme manual do Reator devido a um princípio de incêndio na região do mancal 1 da Turbina de Alta Pressão. A Usina foi criticalizada às 06h42 e sincronizada ao Sistema Interligado Nacional às 07h31 do dia 11/06/2013;
- No dia 04/07/2013, ocorreu o desarme do Reator durante a execução do PI-O 53 (Operabilidade das Barras de Controle). Não foi constatada qualquer anormalidade na resposta dos sistemas após o desligamento do Reator. As condições da Unidade foram estabilizadas e o ENU foi encerrado às 13h15;
- No dia 05/12/2013, ocorreu o desarme Automático do Reator por Atuação de IS, após Abertura dos Disjuntores 9134 e 9154. Às 23h30min de 05/12/2013, com as condições da Unidade estáveis e todas as fontes externas restabelecidas, foi encerrado o ENU;
- No dia 23/12/13, às 21:04, ocorreu desarme manual do Reator em função de distúrbio no Sistema Interligado Nacional que ocasionou a perda da alimentação externa de 138KV e a perda das bombas do Sistema de Refrigeração da Turbina (RET).

Em **Angra 2** ocorreram 5 Desligamentos não Programados, conforme a seguir:

- No dia 18 de março ocorreu desarme automático da Turbina e em seguida o desarme do Reator, devido a falha na comutação da Bomba do Sistema do Fluido de Controle da Turbina MAX16AP002 para MAX16AP001 em atendimento ao Programa de Rotatividade de Equipamentos, previsto pelo Procedimento 2PA-OP 07;
- No dia 31 de maio ocorreu desarme automático do Reator devido à perda da Bomba de Condensado Principal LCB10AP001, com as bombas 20 e 30 isoladas;
- No dia 21 de outubro às 15:05h ocorreu desarme automático do Reator por atuação da proteção do Disjuntor 9124 da SE 500kV – Furnas que provocou a abertura do Disjuntor do Gerador Principal BAC. A perda de suprimento pela SE 500kV provocou transferência para SE 138kV que desliga 2 Bombas de Refrigeração do Reator e, como consequência, seu desarme., transferência suprimento 138kV;
- No dia 22 de outubro às 16:46h, durante redução de potência da Usina para consumo próprio em atendimento a solicitação do ONS para posterior abertura e normalização do sistema de 500kV - Furnas, ocorreu a perda das Bombas de Condensado Principal com a conseqüente queda de nível do Tanque de Água de Alimentação, o que leva ao Desarme Automático do Reator por perda da fonte de partida;
- No dia 21 de novembro houve desarme Automático do Reator / Turbina por proteção “break failure” do disjuntor 9124 provocando abertura por proteção do disjuntor do gerador e do disjuntor 9144. A perda de suprimento pela SE 500kV - Furnas provocou transferência para SE 138kV que desliga 2 Bombas de Refrigeração do Reator e, como consequência, seu desarme.

IV) Geração de Energia

A produção histórica acumulada das duas unidades alcançou o valor de 213,1 milhões de MWh. Na tabela abaixo apresentamos a geração bruta acumulada até o final de 2013 e o número de dias em operação, ano a ano, desde a criação da Eletronuclear.

TABELA A.2.2.1.1.1.3 – HISTÓRICO DE GERAÇÃO DE ENERGIA BRUTA EM MWh – ANGRA 1 E ANGRA 2

Ano	ANGRA 1		ANGRA 2		CENTRAL
	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Geração Bruta (MWh)
1997	261	3.161.440,0	-	-	3.161.440,0
1998	296	3.265.251,5	-	-	3.265.251,5
1999	359	3.976.943,2	-	-	3.976.943,2
2000	272	3.423.307,6	134	2.622.652,0	6.045.959,6
2001	304	3.853.499,2	349	10.498.432,7	14.351.931,9
2002	316	3.995.104,0	337	9.841.746,1	13.836.850,1
2003	273	3.326.101,3	336	10.009.936,2	13.336.037,5
2004	333	4.124.759,2	281	7.427.332,2	11.552.091,4
2005	304	3.731.189,7	235	6.121.765,3	9.852.955,0
2006	288	3.399.426,4	335	10.369.983,9	13.769.410,3
2007	232	2.708.723,5	319	9.656.675,3	12.365.398,8
2008	294	3.515.485,9	325	10.488.288,9	14.003.774,8
2009	225	2.821.494,7	338	10.153.593,5	12.975.088,2
2010	305	4.263.040,8	326	10.280.766,5	14.543.807,3
2011	334	4.654.487,0	363	10.989.764,4	15.644.251,4
2012	365	5.395.561,3	337	10.645.229,2	16.040.790,5
2013	290	3.947.626,4	336	10.692.555,3	14.640.181,7
Totais	5.051	63.563.441,7	4.351	129.798.721,5	193.362.163,2

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

V) Comercialização de Energia

A partir de 1º de janeiro de 2013, conforme determinou a Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 passou a ser comercializada diretamente com as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme regulamentação. Dessa forma, o montante de energia contratada da Eletronuclear para Angra 1 e Angra 2, em 2013, foi de 1.584 MW médios (13.876.900 MWh). A tarifa de venda de energia elétrica, aplicada em 2013, foi de 135,69 R\$/MWh - valor associado à Receita Fixa de R\$ 1.882.640.327,56 (um bilhão, oitocentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos) determinada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 1.405, de 21 de dezembro de 2012.

De acordo com a Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu a metodologia para o cálculo das cotas-parte das usinas Angra 1 e Angra 2 pertencentes à Eletronuclear e as condições para a comercialização da energia proveniente dessas usinas, a diferença anual entre a energia entregue no centro de gravidade e a garantida física das Usinas Angra 1 e Angra 2, descontados os respectivos consumos internos e as perdas referidas, se positiva, 50% da diferença deverá ser valorada pelo PLD médio anual (Preço de Liquidação de Diferenças calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE); se negativa, a diferença total deverá ser valorada pelo maior valor entre a Receita Fixa (em R\$/MWh) e o PLD médio anual. Esta diferença deverá ser faturada ou ressarcida, conforme o caso, pela Eletronuclear às distribuidoras cotistas, no ano seguinte, em duodécimos.

O faturamento bruto correspondente à Receita Fixa de R\$ 1.882.640.327,56 foi pago a empresa, em 12 parcelas mensais, descontados os devidos tributos e a taxa de implantação da operacionalização da comercialização de Angra 1 e Angra 2 na CCEE.

No ano de 2013 a Eletronuclear entregou um montante de energia inferior em 48 MW médios (ou 420.670 MWh) ao compromisso regulatório de 1.584 MW médios. Desta forma, em 2014, a Empresa deverá ressarcir às distribuidoras cotistas o valor de R\$ 110.671.803,00, em duodécimos, originado pelo cálculo do montante negativo, ao valor do PLD médio de 2013, calculado preliminarmente em 263,08 R\$/MWh.

Ressaltamos que o total a ser ressarcido às distribuidoras cotistas está sendo objeto de negociações da Eletronuclear junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, por considerarmos que os desligamentos ocorridos em Angra 1 e Angra 2, ocasionados por problemas na Rede de Transmissão, estão fora do controle da Eletronuclear e, portanto, estamos apresentando sólidos argumentos que poderão resultar em redução do montante devido.

Adicionalmente, aguardamos, no âmbito da CCEE, o fechamento da contabilização referente à Angra 1 e Angra 2, com todos os aspectos a ela associados, quer sejam aqueles ligados ao cálculo do PLD médio de 2013, ao cálculo dos fatores de perdas reais na Rede Básica do mês de dezembro (ainda não disponíveis), às liquidações mensais das distribuidoras cotistas no Mercado de Curto Prazo e a determinação das parcelas isentas de ressarcimento, conforme estabelecido no caderno de Regras de Comercialização “Regime de Cotas de Garantia Física e Energia Nuclear”, parte integrante do processo de Audiência Pública AP 124/2013 que visa obter subsídios para o aprimoramento das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2014, aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação – NSCL da CCEE. Esta Audiência Pública, por intercâmbio documental, foi encerrada em 27/12/2013.

TABELA A.2.2.1.1.1.4 – FATURAMENTO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – 2013

Período	SUPRIMENTO DE ENERGIA			PLD Médio Anual	RECEITA DE VENDA DA ELETRONUCLEAR			
	Garantia Física no Centro de Gravidade	Suprimento Líquido no Centro de Gravidade	Desvios		Receita Fixa	Parcela Variável/ Ressarcimento do ano atual	Parcela Variável/ Ressarcimento do ano anterior	TOTAL
	(MWmed)	(MWmed)	(MWmed)		(R\$/MWh)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
jan a nov	1.584	1.516	-68	-	1.725.753.634	-	0	1.725.753.634
dez	1.584	1.749	165	-	156.886.694	-	0	156.886.694
jan a dez	1.584	1.536	-48	263,08	1.882.640.328	-110.671.803	0	1.882.640.328

Parâmetros de Comercialização	
Garantia Física no Centro de Gravidade	13.876.900,000 MWh (1.584 MWmédios)
Receita Fixa	R\$ 1.882.640.327,56 (135,67 R\$/MWh)
Desvio Negativo	Ressarcimento: 100% do desvio anual, valorado pelo maior valor entre o PLD médio anual e a Receita Fixa em R\$/MWh e será descontado, no ano seguinte, em duodécimos

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

b) Objetivo 0023 – Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Iniciativa: Implantação da usina Termonuclear Angra III

2.2.1.1.2 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

TABELA A.2.2.1.1.2.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6486	Denominação: Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra III requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Luiz Manuel Amaral Messias
Unidades Executoras:	Diretoria Técnica – DT.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Técnica – DT.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Técnica – DT.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

TABELA A.2.2.1.1.2.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	537.000	000	0,0%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.2.1.1.3 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

TABELA A.2.2.1.1.3.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 5E88	Denominação: Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Luiz Manuel Amaral Messias
Unidades Executoras:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

TABELA A.2.2.1.1.3.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	1.507.323.261	1.482.413.293	98,35%
Física			N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O avanço físico realizado no período, considerando o progresso individual das disciplinas envolvidas no empreendimento, foi de 46,8%. A curva do progresso físico planejado está sendo adequada de acordo com a versão revisada do Cronograma Executivo Geral do Empreendimento. A usina, que entraria em operação em 2016, agora está prevista para iniciar sua operação em maio de 2018. O planejamento original do empreendimento – feito com base em parâmetros internacionais – previa que a unidade seria implantada em 66 meses a partir do marco zero da obra. Fazendo-se uma análise das principais causas para revisão do Cronograma Executivo Geral, podemos citar:

- o processo de autorizações gradativas para concretagem no âmbito da CNEN;
- evolução do esquema financeiro para cobertura de bens e serviços no exterior:
 - o Original – Bancos Estrangeiros (não contratado)
 - o Proposto – BNDES (não contratado)
 - o Contratado – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (assinado, mas ainda não efetivo)
- gestões junto à AREVA visando buscar a redução dos prazos de fornecimento, principalmente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital, atrasando assim a assinatura dos aditamentos dos contratos;
- o prosseguimento do processo de contratação da montagem eletromecânica, pendente de apreciação pelo TCU desde abril de 2012, e liberado em novembro de 2012, o que paralisou, por um longo período, o processo de licitação;
as dificuldades nos processos de renegociação de contratos com fornecedores nacionais de materiais e equipamentos;
- as dificuldades nos processos de licitações dos suprimentos nacionais;
- o baixo desempenho de alguns fabricantes, principalmente a CONFAB e a NUCLEP, na execução dos contratos;
- e, ainda, a produtividade da empreiteira de obras civis aquém dos índices planejados, causada pelos (as):
 - o impactos do processo de licenciamento nuclear no desenvolvimento das obras civis;
 - o exigências da CNEN para utilização de novas bases normativas e a adoção de critérios adicionais para cálculos estruturais, com reflexos na disponibilização inicial de projetos;
 - o atrasos iniciais em licitações para serviços nacionais com impactos na disponibilização de projetos.

Resultados:

Com relação à **Angra 3**, no que diz respeito à Diretoria de Operação e Comercialização, foram implementadas ações do Planejamento da Implantação da Operação de Angra 3 consistentes com a evolução do empreendimento. Como exemplo, está sendo comissionada a ponte rolante de carga do edifício do turbo gerador com efetiva participação da equipe da Diretoria de Operação.

Como resultado do quarto ano de implantação da Superintendência de Manutenção, as expectativas para esta organização integrada vêm sendo alcançadas dia a dia.

Durante o período foi mantido o efetivo de 265 empregados contratados para a Superintendência de Angra 3. Esses empregados estão lotados na própria Superintendência de Angra 3 e também nas Superintendências de Coordenação da Operação e de Manutenção de forma a cumprir o Programa de Treinamento e Qualificação, com destaque para o Curso de Formação de Pessoal Licenciado. Ainda não foi autorizado o prosseguimento da contratação dos demais 244 empregados necessários à complementação do efetivo de referência da Superintendência.

Dentre os principais riscos identificados para a Implantação da Operação, destaca-se a contratação do Simulador de Angra 3 que se encontra ainda pendente. Estão em andamento discussões técnicas e comerciais com a Diretoria Técnica e com a AREVA. A indisponibilidade do simulador no momento adequado poderá impactar a formação do pessoal a ser licenciado pela CNEN e, conseqüentemente, afetar a linha crítica da partida da unidade.

Ao final de dezembro de 2013, considerando o progresso físico individual das disciplinas consideradas: licenciamento, engenharia, suprimentos nacionais e importados, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento e outros, o empreendimento Angra 3 apresentou um progresso físico global realizado de 42,6%, sendo que no Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (CEG-Rev.1) o percentual planejado para a mesma data corresponde a 65,2%.

Em relação à realização econômica em 2013, algumas rubricas apresentam frustração significativa em relação ao total estimado para o período. Apesar disso, após a última revisão do orçamento algumas delas se aproximaram do valor orçado. Outras, entretanto, permanecem muito aquém do estimado, mesmo após a revisão. Após o pagamento dos *downpayments* (10% do valor dos contratos de suprimentos e serviços com a AREVA) as rubricas referentes aos serviços e suprimentos importados aumentaram significativamente sua realização. Assim, duas rubricas permanecem merecendo destaque negativo: Construção Civil e Montagem Eletromecânica. Essas apresentam velocidade de realização bastante abaixo do esperado, gerando um grande impacto no orçamento de investimentos da empresa para o projeto de Angra 3.

Vale destacar que a velocidade com que os eventos contratuais relativos aos contratos de suprimentos nacionais vêm sendo cumpridos está muito aquém do estimado para o ano. Todos os pacotes, sem exceção, apresentam algum grau de descompasso entre o valor estimado e o realizado para o ano, especialmente para aqueles cuja estimativa inicial de entrega estava prevista para ocorrer ainda em 2013. A situação que se desenha, portanto, é a necessidade de aditamento de uma série de contratos para o ano de 2014, agravando ainda mais a situação do orçamento de investimentos do próximo ano.

Já na construção civil, não há previsão de melhora ou de aumento da velocidade de realização para os próximos meses, dados os volumes de concreto e as estimativas de realização encaminhadas nas últimas ordens de execução, exceto por uma estimativa de aditamento de valor ainda em fase de aprovação.

Por fim, não há previsão de realização considerável nos contratos que compõem a rubrica de Montagem Eletromecânica para os primeiros meses de 2014, seja na montagem da esfera da contenção, serviços associados ou serviços de montagem eletromecânica, cujos contratos ainda não foram assinados.

D) Contrato para Suprimentos de Bens e Serviços Importados – AREVA

Após o período de renegociação com a AREVA, foram assinados, em 16 de outubro de 2013, o Contrato de Garantias (Aditamento 9502 – C) e o Contrato de Serviços (Aditamento 9504 – C). O Contrato de Suprimentos (Aditamento 9501 – C) foi assinado em 06 de novembro de 2013. A data base considerada nos contratos é janeiro de 2013.

O Contrato de Garantias estabelece as obrigações assumidas pela AREVA em relação ao cumprimento dos contratos, além das disposições relacionadas a garantias de desempenho operacional da usina. Esse contrato não possui valor, visto que os valores referentes aos serviços e suprimentos a serem fornecidos pela AREVA estão alocados nos outros dois contratos.

O Contrato de Suprimentos inclui os componentes fabricados diretamente pela AREVA e aqueles fabricados por suas subcontratadas. Observe-se que os principais equipamentos de Angra 3 já foram entregues, como parte integrante do escopo do contrato para Suprimentos para Angra 2 e 3. O valor total deste contrato é EUR 896.468.837,00. O pagamento da 1ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 19 de novembro, no valor de EUR 86.971.123,00.

O Contrato de Serviços tem como escopo a execução dos serviços importados necessários à construção, supervisão de montagem e comissionamento de Angra 3. O valor total desse contrato é EUR 389.194.145,00. O referido contrato foi averbado pelo INPI em 25 de novembro e o pagamento da 1ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 09 de dezembro, no valor de EUR 38.919.415,00.

Em 07 de novembro a ELETRONUCLEAR iniciou o processo de habilitação junto à Receita Federal para se beneficiar da isenção de II e IPI, pelo Renuclear, para os suprimentos importados desse contrato em valores aproximados de R\$ 700 milhões.

Os Contratos de Serviços, Garantias e Suprimentos se tornaram efetivos em 10 de dezembro de 2013.

II) Financiamento do Empreendimento

a) Recursos BNDES - Financiamento de R\$ 6,1 bilhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta as liberações deste financiamento até dezembro de 2013.

TABELA A.2.2.1.1.3.3 – VALORES DAS PARCELAS LIBERADAS PELO BNDES

Parcelas	Data	Valor (MR\$)	% Liberado
1ª Parcela	24-jun-11	200,0	3,3%
2ª Parcela	27-out-11	308,0	5,0%
3ª Parcela	22-nov-11	34,0	0,6%
4ª Parcela	17-fev-12	150,0	2,5%
5ª Parcela	17-ago-12	285,0	4,7%
6ª Parcela	26-nov-12	300,0	4,9%
7ª Parcela	25-abr-13	102,0	1,7%
8ª Parcela	24-jul-13	147,0	2,4%
9ª Parcela	24-out-13	150,0	2,5%
10ª Parcela	29-out-13	90,0	1,5%
Total		1.766,0	29,0%

b) Recursos RGR - Financiamento de R\$ 890,0 milhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta as datas e os valores das parcelas liberadas por este financiamento até dezembro de 2013.

TABELA A.2.2.1.1.3.4 – VALORES DAS PARCELAS LIBERADAS DOS RECURSOS DA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Parcelas	Data	Valor (MR\$)	% Correspondente
1ª Parcela	24-jan-11	209,1	23,5%
2ª Parcela	17-ago-11	157,1	17,7%
3ª Parcela	28-dez-11	228,0	25,6%
Total		594,2	66,8%

c) Recursos Caixa Econômica Federal

Fonte de Recursos

Conforme solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional, houve alterações nas condições contratuais. A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é a tomadora e a ELETROBRAS é a Contra garantidora. O contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF) para suportar os dispêndios no mercado externo, foi assinado em 30 de setembro de 2013 e estabelece as seguintes condições:

- Valor: R\$ 3,8 bilhões.
- Tomadora: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.
- Garantia: UNIÃO, através da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Contragarantia: ELETROBRAS
- Recursos: Liberação de recursos do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal (CEF).
- Carência: 5 anos.
- Prazo de Amortização: 20 anos.
- Juros Nominais: 6,5% a.a.
- Abrangência do financiamento:
 - AREVA: Serviços e Suprimentos importados.
 - Outros contratos externos.

Como o contrato ainda não se encontra efetivo, foi solicitada à CEF, uma antecipação através do Empréstimo Ponte no valor de R\$1 bilhão, com vistas a garantir os pagamentos após os Eventos Iniciais do Contrato com a AREVA. Esta solicitação se deve à exigência temporal por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na análise ao Contrato de Contra Garantia a ser oferecida pela Garantia da União ao Contrato de Financiamento com a CEF e a ELETRONUCLEAR.

O Contrato do Empréstimo Ponte foi assinado com a CEF em 30 de setembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta a liberação da parcela deste empréstimo até dezembro de 2013.

TABELA A.2.2.1.1.3.5 – VALORES DAS PARCELAS LIBERADAS DO EMPRÉSTIMO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Parcelas	Data	Valor (MR\$)	%Correspondente
1ª Parcela	28-nov-13	200,0	5,3%
Total		200,0	5,3%

III) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR

Cumpridos os trâmites do processo, foi assinado, pela Presidência da República em 29 de outubro de 2012, o Decreto nº 7.832/2012 que regulamenta o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, de que tratam os artigos 14 a 17 da Lei nº 12.431/2011.

O RENUCLEAR suspende o pagamento do “Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR; e do IPI, na importação, e do Imposto de Importação - II incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinados ao ativo imobilizado, quando importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR”.

No caso do Imposto de Importação, a isenção aplica-se somente a materiais de construção ou a outros bens sem similar nacional.

Ao MME compete aprovar, por meio de portarias, os projetos que se enquadrem nas disposições do decreto.

A isenção dos impostos poderá ser usufruída nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2015.

Em 26 de dezembro de 2012 foi aprovado, através da Portaria MME Nº 625, o enquadramento de ANGRA 3 no RENUCLEAR.

Em preparação, pela ELETRONUCLEAR, a documentação necessária para usufruir dos benefícios do RENUCLEAR.

IV) Considerações Gerais

a) Modelo de Comercialização de Energia

A ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assinaram, no dia 26 de agosto de 2011, o Contrato de Venda de Energia de Reserva (CER) para a comercialização de 1.184 megawatts MW médios provenientes da Usina Nuclear Angra 3.

O prazo de suprimento contratual será de 35 anos - com início em 1º de janeiro de 2016 - e o ponto de entrega será no submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizado o empreendimento.

O preço de venda da energia contratada, na modalidade por quantidade de energia, será de R\$ 148,65/MWh (base setembro de 2009), conforme fixado anteriormente pela portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 980, de 21 de dezembro de 2010.

b) Contratação de Combustível

Em 10 de agosto, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR aprovou e encaminhou para o Conselho de Administração a proposta de contratação do fornecimento do combustível nuclear às Indústrias Nucleares do Brasil (INB) na modalidade “por inexigibilidade”. O Conselho aprovou a proposta em 01 de setembro de 2010. Em 24 de setembro de 2010 o contrato foi assinado com a INB.

V) Obras Civis

a) Avanço Físico Global da Construção Civil

O avanço físico global da Construção Civil, considerando todas as atividades de adequação de canteiro, armação, colocação de formas, posicionamento de embutidos, concretagem e outros, apresentou para dezembro de 2013 o percentual realizado de 53,4%.

Fazendo-se uma análise das principais causas que determinaram desvios nas Obras Civis, podemos citar:

- impactos do processo de licenciamento nuclear no desenvolvimento das obras civis;
- exigências da CNEN para utilização de novas bases normativas e a adoção de critérios adicionais para cálculos estruturais, com reflexos na disponibilização inicial de projetos;
- atrasos iniciais em licitações para serviços nacionais com impactos na disponibilização de projetos;
- produtividade da empreiteira de obras civis aquém dos índices planejados.

b) Avanço Físico dos Prédios / Estruturas

A tabela a seguir apresenta o avanço Físico para os principais prédios / estruturas da usina, considerando as etapas de: Superestrutura (armação e concreto), Estrutura Metálica e Acabamento.

TABELA A.2.2.1.1.3.6 – PROGRESSO FÍSICO DOS PRÉDIOS / ESTRUTURAS

Área / Prédio		Progresso %
UJB	Edifício do Reator Annulus	63,7%
UJA	Edifício do Reator	8,5%
UJF	Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico	24,1%
UJE	Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação	22,4%
UKA	Edifício Auxiliar do Reator	50,1%
UKH	Chaminé de Descarga de Gases	27,8%
UBA	Edifício de Controle	53,2%
UBP	Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada	0,0%
ULB	Edifício de Alimentação de Emergência	63,6%
UMA	Edifício da Turbo-Gerador	100,0%
UPC	Estrutura de Tomada D'Água Principal	45,5%
ULD	Edifício de Purificação do Condensado	30,1%
UYA	Edifício da Administração	17,4%
-	Área Externa - UZT e Demais Estruturas	32,6%
-	Atividades Preparatórias da Civil	100,0%
-	Adequação do Canteiro	88,9%
-	Urbanização e Proteção Física	0,0%
Total – Obras Cíveis		53,4%

- c) **Objetivo 0034 – Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.**

Iniciativa: Realização de Estudos e projetos do Setor Elétrico

2.2.1.1.4 Ação – 6508 Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

TABELA A.2.2.1.1.4.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6508	Denominação: Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica
Finalidade da Ação: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.	
Objetivo Geral: Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Presidência – P.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Presidência – P.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Presidência – P.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

TABELA A.2.2.1.1.4.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	12.039.140	5.528.393	45,92%
Física	Não se aplica	Não se aplica	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

As atividades da Eletrobras Eletronuclear relativas aos novos empreendimentos nucleares pós Angra III resultaram até o presente momento na identificação de micro-regiões favoráveis ao assentamento de usinas nucleares em todos os estados das regiões brasileiras. Tais conclusões se basearam na aplicação através de sistema geográfico de informação de cerca de 20 critérios de exclusão e de evitação. O resultado obtido (pequenas áreas propícias) foram oferecidas ao MME, que, a partir de seu planejamento energético de longo prazo, se manifestará sobre os sítios potenciais nas regiões previstas para novos empreendimentos de geração. Estas micro-regiões ou sítios potenciais estão submetidos às fases finais do estudo de identificação de sitio nuclear, fases estas, a saber: adequação e escolha do sitio preferido. Nestas duas etapas finais estudos mais avançados e específicos dos sites potenciais contemplarão cerca de 50 critérios, a partir dos quais, o sitio preferido será identificado.

As atividades da Eletrobras Eletronuclear estão atualmente focadas no desenvolvimento de um sistema digital para mapeamento geográfico com emprego de imagens obtidas por satélites, deposição de informações específicas de sítios (informações nas áreas de saúde e segurança, ambiental, sócio-econômica e custos de engenharia) sobre estas imagens, resultando numa ferramenta digital, amigável e passível de acompanhamento ao longo do tempo, de todos os dados tipicamente utilizados em estudos de impacto ambiental e nos relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). Este sistema deverá ser certificado com informações do sítio de Itaorna e áreas adjacentes circulares com raio de 50 Km e ser replicado com ganho de tempo e qualidade nos futuros EIA/RIMA dos novos empreendimentos.

Resultados:

A Eletrobras Eletronuclear realizou a identificação em todo território nacional das áreas adequadas a sítios para a instalação de centrais nucleares para a geração de energia elétrica e iniciou o levantamento dos dados necessários a elaboração de seu Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

2.2.2 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

2.2.2.1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia – N123

2.2.2.1.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

TABELA A.2.2.2.1.1.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4102	Denominação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

TABELA A.2.2.2.1.1.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	2.650.000	301.481	11,38%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.2.2.1.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

TABELA A.2.2.2.1.2.1 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4103	Denominação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

TABELA A.2.2.2.1.2.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	19.000.000	12.561.573	66,11%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da ELETRONUCLEAR inclui as seguintes instâncias:

- ***O Conselho de Administração***, constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano e possibilidade de reeleição, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro representante dos empregados eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente, a presidência do Conselho, ao qual se reporta a Auditoria Interna. O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

- ***O Conselho Fiscal***, constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

- ***A Diretoria Executiva***, constituída do Diretor Presidente e de até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, a saber:
 - Presidência;
 - Diretoria de Administração e Finanças;
 - Diretoria de Operação e Comercialização;
 - Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente; e
 - Diretoria Técnica.

A essas diretorias estão subordinadas superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da empresa.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica:</p> <p>O ambiente de controle na Eletronuclear é testado anualmente em dois momentos: nos testes da Administração conduzidos pela Auditoria Interna e nos testes de controle realizados pelo auditor externo, na Certificação SOX. A definição da materialidade feita anualmente antecede os testes e norteia a definição do escopo dos processos/controles a serem testados. Estes controles apresentam-se como de maior impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Para os controles considerados ineficazes, são elaborados planos de ação mitigatórios.</p> <p>Os riscos a que a Eletronuclear está exposta foram identificados e detalhados na matriz de riscos em 2010 e são revisados anualmente.</p> <p>Neste ano de 2013 foram priorizados 11 riscos da matriz como sendo os mais importantes a serem trabalhados em profundidade.</p>					

3.3 Remuneração Paga aos Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A Remuneração da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada anualmente em Assembleia Geral Ordinária – AGO, onde é fixado o valor da remuneração nominal mensal dos membros da Diretoria Executiva.

Este valor é definido por negociação entre a controladora – ELETROBRAS e o Ministério do Planejamento e Orçamento, não havendo vinculação dessa remuneração a indicadores de desempenho cabendo, contudo, o direito à Participação em Lucros e/ou Resultados da empresa, nos mesmos moldes de cálculo adotados para os empregados da ELTRONUCLEAR.

A remuneração global definida para os membros da Diretoria Executiva inclui todas as verbas que compõe a remuneração, tais como honorários mensais, 13º salário, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo e seguro funeral, auxílio-refeição, cobertura de despesas médicas, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência bem como a citada participação nos lucros e/ou resultados e a contribuição a entidade previdenciária privada da qual a empresa é mantenedora. Esses benefícios são similares não sendo, contudo repassados aos respectivos honorários os benefícios que eventualmente sejam concedidos aos empregados da empresa por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho.

A remuneração dos Conselhos é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei no. 9.292 de 12.07.1996, não sendo computados para ambos os colegiados os demais benefícios.

Para o período de 1 abril de 2013 a 31 de março de 2014 esses valores foram estabelecidos na 37ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2013.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

QUADRO A.3.3.2 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Othon Luiz Pinheiro da Silva	05/10/05	-	3.147	3.147	3.147	3.147	3.562	3.562	3.562	3.562	3.562	3.562	3.562	6.489	42.776
Marco Aurélio de Almeida Garcia	16/06/11	-	2.996	2.996	2.996	2.996	3.338	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	5.670	40.030
Ildo Wilson Grütner	16/06/11	-	2.996	2.996	2.996	2.996	3.338	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	5.670	40.030
Raquel Barbosa Viana	17/05/12	-	3.147	3.147	3.147	3.147	3.562	3.355	3.355	3.355	3.355	3.355	3.355	6.548	42.836
Walter Baere de Araujo Filho	27/08/13	-	-	-	-	-	-	-	-	447	3.172	3.172	3.172	4.048	14.014
Armando Casado de Araujo	06/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.949	2.949
Renato Soares Sacramento	22/10/13	05/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.006	3.172	717	4.897
Cristina Kiomi Mori	18/09/12	26/08/13	2.996	2.996	2.996	2.996	3.338	3.172	3.172	4.520	-	-	-	-	26.189
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Luiz Augusto P de A Figueira (T)	21/11/05	-	2.996	2.996	2.996	2.996	3.338	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	5.670	40.030
Bruno Westin Prado S. Leal (T)	01/05/13	-	-	-	-	-	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	3.172	4.859	27.068
Eduardo de Carolis (T)	17/05/12	-	3.047	3.047	3.046	3.046	3.400	3.224	3.224	3.224	3.224	3.224	3.224	5.767	40.703
Miguel Colassuono (T)	09/04/08	05/10/13	3.022	3.022	3.022	3.022	3.374	3.198	3.198	3.198	3.198	2.865	-	-	31.123
Maria Betânia G. Xavier (T)	16/06/11	31/03/12	2.996	2.996	2.996	2.996	1.325	-	-	-	-	-	-	-	13.311

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$1,00

Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2013	2012	2011
Número de membros:	05	05	05
I - Remuneração Fixa	1.933.375	2.070.026	1.933.354
II - Remuneração Variável	680.387	463.265	386.359
III - Total da Remuneração (I + II)	2.673.762	2.533.291	2.319.893
IV - Benefícios pós - emprego	-	-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI - Remuneração baseada em ações	-	-	-

Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2013	2012	2011
Número de membros:	08	08	08
Honorários	256.497	232.548	215.656

Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2013	2012	2011
Número de membros:	03	03	03
Honorários	152.235	106.333	101.436

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

QUADRO A.3.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$1,00

Órgão: Diretoria Estatutária			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2013	2012	2011
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	254.987	238.870	198.554
III - Total da Remuneração (I + II)	254.987	238.870	198.554

Órgão: Conselho de Administração			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2013	2012	2011
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Órgão: Conselho Fiscal			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2013	2012	2011
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

3.4 Sistema de Correição

O Sistema de Correição da Eletrobras Eletronuclear está em fase de implantação, conforme item 3.5 a seguir.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria N° 1.043/2007 da CGU

A Eletrobras Eletronuclear está elaborando uma Instrução Normativa com o tema: Processo Disciplinar para Apuração de Irregularidades.

3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

A Eletronuclear não implantou ainda indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

4.1 Transferência de Recursos

4.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31/12/2013

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR									
CNPJ: 42.540.211/0001-67					UG/GESTÃO: CR.P				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	ARS.P-002/09	29.933.850/0001-60	2.309.968	-	298.705	1.668.771	11/02/10	10/02/14	1
1	ARS.O-003/09	33.370.115/0001-27	(*1)	-	-	-	25/11/09	24/11/14	1
1	ARS.P-005/09	42.498.659/0001-60 02.395.530/0001-01 (*2)	16.180.987	-	5.229.781	16.178.993	18/11/09	17/01/14	1
1	ARS.P-CV-005/10	29.05.121/60001.68	206.610	-	39.425 (*)	198.343	01/07/10	28/02/13	4
1	ARS.P-CV-006/10	07.367.088/0001-23	3.355.002	270.200	1.091.231	2.317.660	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-007/10	40.254.401/0001-92	2.250.000	-	450.000	1.574.254	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-008/10	29.172.467/0001-09 28.503.308/0001-79 (*4)	3.200.000	-	(677.438)	(59.676)	01/12/10	28/02/13	4
1	ARS.P-CV-001/11	72.060.999/0001-75	150.000	-	29.964	89.964	21/03/12	20/03/14	1
1	ARS.P-CV-002/11	29.172.475/0001-47 29.830.015/0001-69 (*5)	2.963.026	-	(7.197)	2.995.828	01/06/11	30/04/13	4
1	ARS.P-CV-003/11	03.638.124/0001-95	4.605.515	383.199	784.864	1.676.382	15/07/11	14/07/16	1

1	ARS.P-CV-003/12	04.128.664/0001-91	1.320.000	-	134.641	421.716	14/05/12	13/05/16	1
1	ARS.P-CV-004/12	29.172.475/0001-47	680.696	101.380	-	193.888	06/07/12	05/07/13	4
1	ARS.P-CV-006/12	29.172.475/0001-47	611.774	82.977	-	279.833	04/07/12	30/06/14	1
1	CR.P-CV-012/12	33.621.319/0001-93	1.463.377	-	415.821	415.821	18/02/13	17/12/14	1
4	TC-ARS.P-002/08	51.824.241/0001-96	2.500.000	-	-	(*6)	22/10/08	21/10/13	4
4	ARS.P-PI-002/09	13.031.547/0001-04	SEM VALOR	-	-	(*6)	05/03/10	04/03/15	1
4	ARS.P-PI-003/09	74.050.536/0001-34	1.000.000	-	-	(*6)	19/04/10	18/04/15	1
4	S/N	29.172.467/0001-09	150.444.000	-	-	(*6)	05/10/09	(*7)	1
4	S/N	29.172.475/0001-47	46.401.320	-	-	(*6)	19/02/10	(*7)	1
4	S/N	29.051.216/0001-68	14.397.935	-	-	(*6)	18/02/10	(*7)	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Coordenação de responsabilidade socioambiental e Comunicação – CR.P

(*1) Convênio sem repasse de valores

(*2) Convênio firmado com o CNPJ 42498659000160, tendo como o executor o CNPJ 2395530000101. Os valores são transferidos para o executor

(*3) Foi realizado um crédito, no valor de R\$ 8.261,36 em favor da Eletrobras Eletronuclear referente à devolução dos rendimentos financeiros quando do término de vigência do convênio.

(*4) Convênio firmado com o CNPJ 29172467000109, tendo como executor o CNPJ 28503308000179. Os valores são transferidos para o executor. Os valores negativos referem-se à devolução integral da verba repassada incluindo os rendimentos financeiros

(*5) Convênio firmado com o CNPJ 29172475000147, tendo como executor o CNPJ 29830015000169. Os valores são transferidos para o executor. O valor negativo refere-se à devolução dos rendimentos financeiros quando do término de vigência do convênio.

(*6) Os Termos de Cooperação e os Termos de Compromisso não terão valores repassados aos beneficiários, tendo em vista que serão firmados convênios específicos para cada uma das atividades acordadas nos mesmos.

(*7) O fim da vigência será a data de concessão da licença de operação da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, por parte do IBAMA

4.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.1.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR						
CNPJ: 42.540.211/0001-67				UG/GESTÃO: CR.P		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em cada exercício, Independente do ano de Celebração do Instrumento. (Valores em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	7	5	7.789.800	19.543.936	15.302.325
Contrato de Repasse	-	-	-		-	-
Termo de Parceria	-	-	-		-	-
Termo de Cooperação	-	-	-		-	-
Termo de Compromisso	-	-	-		-	-
Totais	1	7	5	7.789.800	19.543.936	15.302.325

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

4.1.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.1.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001- 67			UG/GESTÃO: CR.P		
Exercício da prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas prestadas	Quantidade	11	-	-
		Montante Repassado (R\$)	7.789.800	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-
2012	Contas prestadas	Quantidade	6	-	-
		Montante Repassado (R\$)	2.107.565	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado (R\$)	20.289.179	-	-
2011	Contas prestadas	Quantidade	4	-	-
		Montante Repassado (R\$)	1.142.258	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação – ARS.P

4.1.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.1.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOAS DE CONTRATOS DE REPASSE. – Posição 31/12

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001-67			UG/GESTÃO: CR.P		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de contas prestadas			11	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade de	Contas analisadas	11	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		7.789.800	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)			-		
2012	Quantidade de contas prestadas			6	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		6	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			4	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		4	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2011	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação –CR.P

4.2 Análise Crítica

- Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o conveniente solicitando a regularização dos valores devidos e enquanto não é apresentada a prestação de contas, as parcelas ainda não pagas não são liberadas.
- Da análise do quadro A.4.4 depreende-se que os dispêndios são compatíveis com as atividades da empresa, notadamente no que se refere ao biênio 2012/2013 cujas despesas correspondem basicamente às obrigações decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental das obras da usina de Angra 3.
- Grande parte dos convênios prestam contas dentro dos prazos devido à necessidade de novas liberações das parcelas posteriores.
- Não existem registros de atraso na análise da prestação de contas por parte da Eletrobras Eletronuclear.
- Periodicamente, nos períodos previstos nos Planos de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificação da execução das etapas previstas no Cronograma de Execução. O fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando que foi observado durante as fiscalizações.
- A celebração de Convênios pela Eletrobras Eletronuclear visa simultaneamente atender às ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento, e a implantação de melhores condições sociais e educacionais nos municípios situados no entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, como parte de sua estratégia de integração regional.

4.3 Renúncias Tributárias

4.3.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada.

QUADRO A.4.3.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – RENUNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
PASEP/COFINS	Lei 11.488/2007	Suspensão de Exigência	Implantação de Obras de Infraestrutura	Não há	13/07/2014	Não há

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

4.3.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

QUADRO A.4.3.2 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
MG	1	33.909.284,63	-	-	-	-
RJ	15	12.241.528,06	19	14.964.554,60	9	4.108.297,49
SC	1	4.999,58	1	895,16	-	-
SP	9	25.308.937,39	3	264.554,50	3	1.109.412,75
Total	26	71.464.749,66	23	15.230.004,26	12	5.217.710,24
Não Aplicável	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
Finlândia	1	413.620,19	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

Nota: Os dados acima estão baseados nas informações prestadas ao TCU em fins de 2013 e considera a renúncia fiscal até 08/11/2013.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

5.1 Estrutura de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Eletrobras Eletronuclear

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – SITUAÇÃO PURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>Empregados</i>		2.458	24	35
Art. 37 da CF/1988		40	5	1
Cedidos		50	0	0
Licença sem vencimentos		2	0	0
Licença Reclusão		0	0	0
Empregados Anistiados		32	2	0
Empregados Próprios		2.582	31	36
<i>Requisitados</i>		17	1	1
<i>Aposentados por Invalidez</i>		43	0	0
<i>Diretores</i>		5	0	0
Total	2.659	2.647	32	37

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal -GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (empregados do quadro próprio que trabalham em outras empresas)	50
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+6)	53

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – (SITUAÇÃO EM 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados que recebem Remuneração Global (RG)	114	114	10	10
2. Empregados que recebem Gratificação de Função (GF)	128	123	13	3
3. Total de servidores com RG e GF (1+2)	242	237	2	13

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Nota: Consideramos no Quadro A.5.1.2.1:

- 1) Os empregados que recebem Remuneração Global (Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão, Assessores de Diretores, Consultor Jurídico)
- 2) Os empregados que recebem Gratificação de Função (Supervisores)
- 3) 3 empregados que constam nesse número são empregados requisitados que recebem Remuneração Global

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados	219	656	479	768	336
<i>Art 37 da CF/1988</i>	7	5	4	12	12
<i>Cedidos</i>	0	7	6	29	8
Licença sem Vencimento	0	0	0	2	0
Licença Reclusão	0	0	0	0	0
Anistiados	0	0	1	12	19
Próprios	226	668	490	823	375
<i>Requisitados</i>	0	3	9	5	0
<i>Aposentados por invalidez</i>	1	0	5	20	17
<i>Diretores</i>	0	0	0	2	3
Total	227	671	504	850	395

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Empregados	0	0	58	90	1.130	727	214	89	10
2. Empregados em Cargo em Comissão e Função Gratificada	0	0	0	1	29	127	81	21	5
3. Empregados Próprios - Totais (1+2)	0	0	58	91	1.159	854	295	110	15

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Nota: Neste quadro, não entraram os empregados requisitados que recebem Remuneração Global, pois não são considerados empregados próprios.

5.1.3 Custos de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear

QUADRO A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$1,00

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2011	-	-	-	-	-	-		
2012	-	-	-	-	-	-		
2013	-	-	-	-	-	-		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus) (*)				(**)	(**)	(**)		
2011	2.576	288.523.282	-	8.044.111	64.672.599	2.587.207		
2012	2.589	308.425.018	-	9.907.388	73.737.913	2.939.429		
2013	2.582	369.750.227	-	12.000.021	81.919.547	1.417.725		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) – Diretores recebem honorários (**)								
2011	5	2.244.731	-	-	-	-		
2012	5	2.618.419	-	-	-	-		
2013	5	2.719.415	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2011	16	865.537	-	-	-	-		
2012	17	1.154.106	-	-	-	-		
2013	11	827.012	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2011	-	-	-	-	-	-		
2012	-	-	-	-	-	-		
2013	-	-	-	-	-	-		
QUADRO PRÓPRIO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividade de Área Fim		Estágios – Bolsa Educacional (**)	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2011	-	-	-	-	-	-	139	1.084.461
2012	-	-	-	-	-	-	163	1.223.571
2013	-	-	-	-	-	-	159	1.141.150

2.576	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.
2.589	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.
2.582	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.

Notas:

- (*) Nos Vencimentos e Vantagens estão inseridos: Salários e Diferenças Salariais; Salário Maternidade; Abono Salarial - ACT; 13º Salário, Abono Pecuniário/Férias e Gratificação de Férias; Adicional Noturno; Horas Extras; Repouso Semanal remunerado; Sobreaviso; Reembolso de benefícios (Auxílio Instrução e Curso de Idioma); PLR.
- (**) Para composição dos Custos de Pessoal (Quadro Próprio) deverão ser considerados os valores do campo “Vencimentos e Vantagens Fixas”, mais os valores que estão lançados nos campos específicos de “Gratificações”, “Adicionais”, “Indenizações”, “Cargos de Provimentos em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)” e “requisitados com Ônus”.
- (**) Nos Vencimentos e Vantagens não estão inseridos: as Gratificações, os Adicionais Fixos e Variáveis, as Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho e Salariais, Honorários de Conselheiros e Diretores, Complemento por Cessão (Requisitados) Bolsa Educacional, informados nos campos específicos.
- (***) Não são considerados na composição dos Custos de Pessoal, os seguintes benefícios: Auxílio Creche; Auxílio Mudança (Ajuda de Custo) Complemento de Auxílio Doença; Reembolso Tratamento Excepcional; Benefícios INSS; Reembolso Medicamentos; Reembolso Auxílio Óculos; Reembolso aparelho Auditivo/Similares; 13º Benefício INSS; Diárias/Ajuda de Custos de Viagens País/Exterior; Bolsa Educacional; Salário Menor.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletrobras Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Aposentados por Invalidez	43	2

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	26	70	26	70
Totais	26	70	26	70

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Obs: Todos os atos sujeitos ao registro do TCU são informados através do SISAC, que são os atos de admissão e desligamento de empregados que prestaram concurso público.

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	35	54	35	54
Totais	35	54	35	54

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Obs: Todos os atos sujeitos ao registro do TCU, são informados através do SISAC, que são os atos de admissão e desligamento de empregados que prestaram concurso público.

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos SISAC

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	26	0	0	0
Total	26	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	35	0	0	0
Total	35	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Obs: Os atos praticados pela empresa são enviados ao SISAC, por regra, em até 30 dias a contar da data da prática dos mesmos.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

O controle da acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art.37, XVI e XVII da CRFB/88, é feito no ato da admissão do empregado, onde o mesmo preenche uma declaração de não acumulação, além da verificação da baixa na sua CTPS do seu último emprego, ou no caso de servidor público estatutário, a publicação de sua exoneração no D.O.

- b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;

Além dos controles elencados no Item a), mensalmente enviamos informações de admissão de empregados ao SISAC, que ao detectar a duplicidade no CPF do empregado, nos retorna a informação em forma de crítica, através do relatório de Gestor de Pessoal do próprio SISAC.

- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

Os controles tem se mostrado eficientes, uma vez que são feitos de forma preventiva, no ato da admissão do empregado e posteriormente no envio das informações ao SISAC.

- d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Não existe em nosso quadro de empregados, nenhum funcionário que acumule cargo, função ou emprego público de forma indevida.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
Não possuímos empregados em situação irregular.
- b) O resultado das notificações realizadas;
Não possuímos empregados em situação irregular.
- c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.
Não possuímos empregados em situação irregular.

5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo: 0,0110
- Acidente de Trabalho: Ocorreram 28 acidentes de trabalho na Sede (RJ) e 13 em Angra no ano de 2013.
- Doenças Ocupacionais; Não houve nenhum caso no ano de 2012.
- Rotatividade (*turnover*); 0,0243
- Educação Continuada; Não se aplica
- Disciplina; Não se aplica.
- Aposentadoria *versus* reposição do quadro. Não se aplica

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Eletrobras Eletronuclear

QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR S.A.													
UG/Gestão: SA.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O/GIR.A	GCC.A-CT 415/10	11275539000170	28/04/11	27/04/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2011	L	O/DASG.A	GCC.A-CT 489/10	36541241000195	16/02/11	15/02/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2011	L	O/DASG.A	GCC.A-CT 490/10	36541241000195	16/04/11	15/04/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2010	V	O/DISE.O	GCC.A-CT 060/10	03372304000178	29/06/10	28/06/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2013	L	O/GIR.A	GCC.A-CT 4500164465	12313874000188	21/06/13	21/06/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A

Observações: (*) – Não disponível
 Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: ELETOBRÁS ELETRONUCLEAR S.A.														
UG/Gestão:SA.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	9	O/ GIR.A	GSA.A-CT 429/10	30440119000146	28/04/11	27/04/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2010	2	O / DASG.A	GCCA-CT 593/09	28500981000155	01/01/10	31/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2011	9	O / GIA.A	GCS.A-CT 087/11	32225757000170	09/06/11	08/12/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2012	8	O / DASG.A	GCS.A-CT 604/11	34043125000110	01/06/12	31/05/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2009	9	O / GIA.A	GCC.A-CT 457/08	00277106000137	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2009	6	O / GIR.A	GCC.A-CT 464/08	05630085000105	24/03/09	23/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2009	2	O / DASG.A	GCC.A-CT 507/08	40217234000100	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2011	2	O / GIR.A	GCS.A/CT-4500146915	76669670000167	27/12/11	31/04/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	p
2010	12	O / DASG.A	GCC.A-CT 878/09	56599749000151	01/05/10	30/04/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2010	3	O / GAL.G	GCC.A-CT 667/09	0717125531	29/03/10	28/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2008	6	O / GAL.G	GCC.A-CT 336/08	05630085000105	19/09/08	15/09/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2013	2	O / DASG.A	GCS.A/CT-4500161932	28500981000155	01/10/13	30/09/16	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2013	12	O / GIR.A	GCS.A/CT-4500166242	86636297000100	01/10/13	30/09/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
20132	2	O / DASG.A	GCS.A/CT-4500160205	03222025000128	01/10/13	30/09/16	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A

Observações: (*) – Não disponível

Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.

Consideramos os contratos de prestação de serviços, hoje existentes, cujos contratados prestam serviços nas instalações da ELETRONUCLEAR.

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;	
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual

5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.3- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	31	29	32	34	204.239
1.2 Área Meio	86	88	79	86	727344
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	17	21	21	25	73702
2.2 Área Meio	30	35	35	39	138625
3. Total (1+2)	164	173	167	184	1.143.912

Fonte: Gerência de Desenvolvimento e Capacitação – GDC.A

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

I) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Eletrobras Eletronuclear

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Veículos pesados - Caminhões

Utilizados para o transporte de materiais e atendimentos ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

Veículos pesados - Bombeiros

Para combate a incêndios e acidentes nas Usinas de Angra 1, 2 e 3.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo em geral:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Veículos	Total	Funcionalidade
Caminhão baú	1	Transporte de materiais
Caminhão carroceria	5	Transporte de materiais
Caminhão bombeiro	3	Brigada de incêndio
Caminhão munck	2	Transporte de materiais e rejeitos nucleares
Ônibus urbanos	20	Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

Total da frota: 31 veículos

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos	Total	Funcionalidade
Veículos leves	4	Atendimento as Diretorias e Empregados à serviço.

Total da frota: 4 veículos

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: média de 14.773,25 km/ano

Ônibus: média de 38.562,08 km/ano

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: média de 21.600,00 km/ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: 4,55 anos

Ônibus: 5,35 anos

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: 5,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Custo anual total de combustível (Diesel) da frota de veículos da ETN:

> Abastecimentos internos (Posto Itaorna): R\$308.282,44

> Abastecimentos externos (Estrada): R\$26.829,95

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$417.543,41

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$69.515,41.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$804.270,59.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 05

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Custo anual total de combustível da frota de veículos da ETN: R\$6.458,40.

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$9.840,00.

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$3.992,85.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$133.420,91.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 1

g) Plano de substituição da frota:
05 anos

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Devido a necessidade da disponibilização de veículos para atendimento ao PEL-Plano de Emergência Local, faz necessário que a Empresa tenha veículos próprios e alugados para atendimento em caso de uma paralização e/ou greve da categoria (Motorista).

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de Transporte.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Total de 05 colaboradores

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Total de 01 colaborador

II) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Resposta:

> Disponibilidade dos veículos por tempo integral. A empresa locadora deverá providenciar a substituição imediata do veículo em caso de panes, durante as manutenções, em situações de acidentes e etc.

> Possibilidade de substituição dos veículos a cada 02 (dois) ou 03 (três) anos.

> Inexistência da necessidade de contratação de seguros e envolvimento da Empresa nos casos de acidentes e multas.

> Desgaste natural dos veículos, devida a alta quilometragem mensal rodada e a constante troca de motoristas.

> Inexistência da necessidade de controle (mão de obra) para as atividades de manutenção dos veículos.

> Inexistência da necessidade de aquisição de peças de reposição e controle de estoque para reposição de: pneus, lâmpadas, fusíveis, óleos lubrificantes etc. (prazos de aquisição, estoque).

> Inexistência da necessidade de contrato de manutenção, levando em consideração a dificuldade de mão de obra especializada e disponibilidade de peças de reposição na Região.

> Inexistência da necessidade de contrato para serviços de borracharia, lavagem e lubrificação.

> Inexistência da necessidade de mão de obra para pequenos reparos, normalmente realizados no próprio Setor.

> Facilidade para a mobilização de veículos adicionais para atividades específicas e temporárias como exemplo: Paradas das Usinas, Transporte de Combustível Nuclear, visitas e etc.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

BASE ANGRA DOS REIS

Empresa: Sibelly Transportes Ltda.

CNPJ. 40.217.234/0001-00

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

CNPJ. 28.500.981/0001-55

Empresa: J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

CNPJ: 03.222.025/0001-28

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Empresa - Transvepar - Transportes e Veiculos Paraná Ltda.

CNPJ - 76.669.670/0001-67

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

BASE ANGRA DOS REIS

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008 - Sibelly Transportes Ltda.

Objeto: Locação de veículos com e/ou sem motoristas para atendimentos pertinentes à CNAAA.

Vigência: Início - 01/02/2009 / Término - 31/01/2014

Valor contratado: R\$12.548.939,11

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2013: R\$2.682.209,84.

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009 - EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início - 01/01/2010 / Término - 31/03/2013

Valor contratado: R\$29.461.692,35

Valor pago até 31/03/2013: R\$9.465.673,95.

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500161932 – EVAL – Empresa de Viação Angrense Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início – 01/10/2013 / Término – 30/09/2016

Valor contratado: R\$28.499.936,00

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2013: R\$2.299.269,54

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato nº GCS.A/CT-4500160205 – J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início – 01/10/2013 / Término – 30/09/2016

Valor Contratado: R\$23.900.000,00

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2013: R\$1.690.049,37

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato nº GCS.A/CT 4500146915 -TRANSVEPAR - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos Leves e Utilitários, com e/ou sem motoristas, para atendimentos pertinentes à Sede da Eletrobras Eletronuclear no Rio de Janeiro, Brasília e Recife.

Vigência: Início - 13/12/2011 / Término 13/01/2014

Valor do Contrato: R\$3.427.418,65

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2012: R\$1.924.148,75

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Resposta:

Veículos leves

Utilizados para atendimento aos empregados em viagens a serviço da Empresa e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos utilitários

Utilizados para o transporte de materiais, compras de materiais, serviços de manutenção, transporte de equipamentos e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local e transporte de pessoal vinculado à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

f) Quantidades de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

Veículos	Total
-----------------	--------------

Veículos leves	23
----------------	----

Veículos utilitários	25
----------------------	----

Total geral de veículos: 48

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009 (Até 30/09/2013)

Veículos	Total
-----------------	--------------

Ônibus urbano	23
---------------	----

Ônibus rodoviário c/a	2
-----------------------	---

Ônibus rodoviário s/ar	12
------------------------	----

Total geral de veículos: 37

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500161932

Veículos	Total
-----------------	--------------

Ônibus rodoviário c/ar e banheiro	14
-----------------------------------	----

Ônibus rodoviário s/ar sem banheiro	6
-------------------------------------	---

Total geral de veículos: 20

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Contrato n.º GCS.A/GT-4500160205

Veículos	Total
-----------------	--------------

Ônibus urbano	17
---------------	----

Total geral de veículos: 20

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915

Veículos	Total
-----------------	--------------

Veículos leves	22
----------------	----

Veículos utilitários	2
----------------------	---

Total geral de veículos: 24

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

Veículos	Km total	Média km/ano
Veículos leves	1.003.001	83.583
Veículos utilitários	925.790	77.149

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009 (Janeiro-2013 à Setembro-2013)

Veículos	Km total/2013	Média km/ano
Ônibus urbano e rodoviários	1.517.236	168.582

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500161932 (Outubro-2013 à Dezembro-2013)

Veículos	Km total/2013	Média km/ano
Ônibus rodoviários	265.950	88.650

J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500160205 (Outubro-2013 à Dezembro-2013)

Veículos	Km total 2013	Média Km/ano
Ônibus urbanos	152.506	50.835

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 – n.º GCS.A/CT-4500146915

Veículos	Km total	Média Km/ano
Veículos leves	776.391	64.699
Veículos utilitários	76.721	6.393

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1,76 anos
Veículos utilitários	2,09 anos

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus rodoviário c/ar e banheiro	5,4 anos
Ônibus rodoviário c/ar sem banheiro	0,92 anos

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus urbano	3,37 anos

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Veículos	Idade Média
Veículos leves	3 anos

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

Custo anual de combustíveis gastos com a frota de veículos da Sibelly Transportes Ltda.

Abastecimentos internos (Posto Itaorna):

- > Gasolina: R\$267.099,54
- > Diesel: R\$79.074,87
- > Álcool: Posto interno não trabalha com álcool

Gasto total interno: R\$346.174,41

Abastecimentos externos (Estrada):

- > Gasolina: R\$370,38
- > Diesel: R\$9.783,19
- > Álcool: R\$94.617,84

Gasto total externo (Estrada) R\$104.771,41

Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.: responsabilidade da Contratada.

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915

Custo anual total de combustíveis da frota de veículos da Transvepar: R\$220.347,67

Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.: responsabilidade da Contratada.

J) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Empresa: Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda.

Estrutura de controle:

28 motoristas

01 supervisor

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Estrutura de controle:

50 motoristas

01 preposto

01 substituto

Empresa: J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Estrutura de controle:

28 motoristas

01 preposto

01 substituto

Empresa: Sibelly Transportes Ltda.

Estrutura de controle:

29 motoristas

01 supervisor

01 preposto

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Estrutura de controle:

17 motoristas

02 prepostos

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2013	Exercício 2012
Rio de Janeiro	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2013	Exercício 2012
Custo de locação ¹	13.455.035	12.637.601
Custo de Manutenção ²	2.657.532	2.549.464
CONTRATOS/LOCADOR	ANDARES	
Contrato Previ	2°,3°,9°,10°,11°,12°,13° e 14°	
Contrato Valia	4° ao 8°	

Notas:

- 1) O custo de locação são referentes aos dois contratos de locação no Edifício Candelária Corporate, onde funciona a Sede da Eletrobras Eletronuclear;
- 2) Nos custos de manutenção estão inseridos: IPTU, Taxa de Incêndio e Condomínio.

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2013	Exercício 2012
Brasília	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2013	Exercício 2012
Custo de locação	139.130	110.246
Custo de Manutenção	923	682

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2013	Exercício 2012
Recife	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2013	Exercício 2012
Custo de locação	29.526	28.136
Custo de Manutenção	6.114	6.690

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.
7.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.

<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(1) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013, DE 15/05/2013.
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
	Papel reciclado em alguns itens de divulgação.				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 		X			
Ações em implantação.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais					X

que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
<p>Considerações Gerais: Os contratos padrão da Eletrobras Eletronuclear, no SCIJ estabelecem a seguinte condição na cláusula Obrigações da Contratada:</p> <p>i) respeitar e fazer com que todo o seu pessoal alocado a este CONTRATO respeite e cumpra as leis, normas e regulamentos de Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Higiene e Medicina do Trabalho, vigentes no país, bem como as normas, regulamentos e procedimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR relacionados a estes assuntos e à Política de Segurança da informação, disponíveis no endereço eletrônico da Empresa: www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governança/PoliacuteticasEmpresariais.aspx;</p> <p>ii) responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e consequências cíveis e penais decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos mencionados no subitem 7.1.21 acima, não sendo aceitas alegações de desconhecimento das normas e regulamentos de Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Higiene e Medicina do Trabalho e da Política de Segurança da informação da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, ainda que as mesmas não estejam anexas a este CONTRATO. “Em 2013 a holding publicou o “Guia para boas práticas de sustentabilidade para a cadeia de suprimentos das empresas Eletrobras” Em função desse documento a Eletronuclear está trabalhando nos critérios adicionais de sustentabilidade a serem incluídos em seus editais.”</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Panel	N/D	N/D				
Água	768.318	816.817	991.824	N/A (1)		
Energia Elétrica	912.805	916.325	924.558	N/A (2)		
			Total			

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Eletronuclear

Notas:

- 1 – O consumo de água inclui captação superficial própria, não havendo sem precificação.
- 2 – O consumo de energia inclui parcela de geração própria (usinas), sem precificação.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.

9.1 Tratamentos de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.285/2011-6	Acórdão 220/2013 – Plenário de 20/02/2013	9.3.	Determinação	Ofício 0051/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria (Fiscobras 2011) realizada nas obras de manutenção do sistema de geração de energia termonuclear de Angra 1 e 2 (programa de trabalho 25.752.0296.4477.0033), executadas pela Eletrobras Termonuclear S.A.</p> <p>ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:</p> <p>9.1. acatar as justificativas do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, diretor-presidente da Eletrobras Termonuclear S.A. e da empresa Mitsubishi Heavy Industries Ltd.;</p> <p>9.2. dar ciência à Eletrobras Termonuclear S.A. das seguintes impropriedades:</p> <p>9.2.1. antecipação de pagamentos sem que haja garantias contratuais suficientes para sua respectiva cobertura, conforme identificado no contrato GAC.T/CT-001/10, ainda que prevista no edital ou em documentos formais de adjudicação e condicionada à existência de interesse público devidamente demonstrado, afronta o art. 62 da Lei 4.320/1964 e o art. 38 do Decreto 93.872/1986;</p> <p>9.2.2. em licitações internacionais, a ausência de comprovação de divulgação do instrumento convocatório na imprensa internacional ou em agências de divulgação de negócios no exterior, conforme verificado nos processos licitatórios GAC.T/CO.I-002/07 e GAC.T/CO.I-004/08, afronta entendimento firmado por este Tribunal nas decisões 289/1999 e 488/2001, ambas do Plenário;</p> <p>9.3. determinar à Eletrobras Termonuclear S.A., com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:</p> <p>9.3.1 adote providências, se ainda não houver feito, para ajustar prazo e cronograma de execução do contrato GAC.T/CT-001/10, de forma a contemplar a nova previsão para execução do serviço de substituição da tampa e de recebimento dos CRDM (Control Rod Drive Mechanisms), e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos probatórios das medidas adotadas;</p> <p>9.3.2. encaminhe a este Tribunal o cronograma atualizado de acompanhamento contratual, com todas as etapas e eventos previstos para o contrato GAC.T/CT-001/10;</p> <p>9.4. determinar à SecobEnergia que acompanhe a execução do fornecimento dos CRDM (Control Rod Drive Mechanisms) conforme estabelecido no cronograma de acompanhamento atualizado do contrato GAC.T/CT-001/10, para o qual, autoriza-se desde já, a realização de inspeções e diligências necessárias;</p> <p>9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Eletrobras Termonuclear S.A. e à empresa Mitsubishi Heavy Industries Ltd.;</p> <p>9.6. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011) nos contratos GAC.T/CT-001/10 e n. GAC.T/CT-004/ Eletrobras Termonuclear S.A., relativos às obras de manutenção do sistema de geração de energia termonuclear de Angra 1 e 2, programa de trabalho 25.752.0296.4477.0033;</p> <p>9.7. arquivar os autos.</p>					

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria Técnica - DT	Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada	
Através da carta P-163/13, de 12 de abril de 2013, a Eletrobras Eletronuclear apresentou ao TCU, o cronograma que demonstra o pleno atendimento dos serviços contratados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O contrato foi cumprido e a Usina de Angra 1 entrou em plena operação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Aproveitamento de parada programada para substituição da tampa do vaso do reator, evitando-se perda de geração com parada extraordinária.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	033.703/2012-4	Acórdão 949/2013 – 2ª Câmara de 12/03/2013	1.7	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.</p> <p>1. Processo TC-033.703/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)</p> <p>1.1. Interessados: Alexandre Silva Pinheiro (032.829.657- 02); Amine Silva Barreto (099.609.937-95); Andre Marcio das Neves (052.202.607-90); Carla Alves Indio do Brasil (002.583.477-08); Claudio Augusto de Almeida (006.895.817-00); Grazielle Frazão Muzitano (106.915.087-80); Janine de Moraes Mariano (111.278.177- 36); Jorge Luiz Blay Damasceno (069.968.657-19); Laercio Silva de Abreu (004.708.667-05); Leandro Martins Paes (070.753.367-89); Luciana Lopes Cecilio (079.133.607-71); Luciano de Carvalho Vidal (088.472.547-28); Luciano de Freitas Frinhani (053.667.547-39); Marcelo Alves de Oliveira (809.077.417-20); Marcelo Dornellas Machado (030.578.067-08); Marcelo Seixas Heredia (044.361.527-66); Marco Aurelio Morgado Vieira (918.163.517-68); Nelson Leal Oliveira Junior (376.387.347-34); Nilo Tadeu Rodrigues Mattos (384.345.206-72); Renato Yoichi Ribeiro Kuramoto (005.983.379- 38); Renato da Silva Liz (032.961.787-75); Rodrigo Gonçalves Gerck (088.862.517-00); Rosilene de Araujo Figueiredo (008.977.677-13); Thiago Mendes Barros de Freitas (086.298.587-02); Vagner Caçador Rubim (091.385.707-69); Veronica Gonçalves Bogio (052.483.247-18)</p> <p>1.2. Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.a. - Grupo Eletrobras - MME</p> <p>1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinar à ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. que, nos certames futuros, planeje o calendário de convocações dos candidatos aprovado, considerando a fase biopsicossocial (exames medico, avaliação psicológica e investigação sócio-funcional), de forma que a nomeação (admissão aos quadros da empresa) ocorra dentro do prazo de validade do certame, observando-se a consequente publicação no DOU.</p>					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA					Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada					

A Eletrobras Eletronuclear acatou a determinação.
Síntese dos Resultados Obtidos
Aprimorou o processo de admissão de pessoal da Eletrobras Eletronuclear.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	011.765/2012-7	Acórdão 3238/2012 – Plenário de 28/11/2012	9.4 e 9.5	Recomendação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>Vistos, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelas empresas Construcap – CCPS – Engenharia e Comércio S.A. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., noticiando supostas irregularidades na Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, conduzida pela Eletrobrás Termonuclear S.A., voltada à licitação de serviços de montagem eletromecânica com fornecimento de materiais e equipamentos da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA (Angra 3), em que se aprecia, preliminarmente, nesta deliberação, recurso de agravo interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A. contra medida cautelar que suspendeu o curso do procedimento, bem como o mérito da representação.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 não conhecer do recurso de agravo interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A., por ser intempestivo;</p> <p>9.2 nos termos do art. 113 da Lei 8.666/93, conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;</p> <p>9.3 revogar a medida cautelar incidente neste processo, que suspendeu o curso da Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, tendo em vista o julgamento de mérito deste processo;</p> <p>9.4 com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, recomendar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que, em respeito ao princípio da economicidade e ao objetivo basilar das licitações, de obtenção da “melhor proposta”, consoante o caput do art. 3º da Lei 8.666/93, ao fixar as regras para a licitação decorrente da Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, condicione a adjudicação do objeto à aceitação, pela adjudicatária, do menor preço oferecido entre todos os lances, à semelhança do procedimento preconizado no art. 4º, inciso XVII, da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão);</p> <p>9.5 determinar à Secob-3, nos termos dos arts. 243 e 250, inciso II, in fine, do Regimento Interno do Tribunal, que monitore o cumprimento da recomendação descrita no subitem 9.4, sem prejuízo do acompanhamento concomitante dos demais procedimentos inerentes à respectiva licitação, na forma dos arts. 241 e 242 do RI/TCU, especialmente no que tange à elaboração/finalização do projeto básico e do respectivo orçamento, submetendo os resultados, oportunamente, ao relator deste processo;</p> <p>9.6 determinar, desde logo, a inclusão do empreendimento em questão (obras e montagem eletromecânica da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA – Usina Termonuclear de Angra 3) no Fiscobras 2013;</p> <p>9.7 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:</p> <p>9.7.1 ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ciência do juízo competente, por tratar-se de matéria conexa com o objeto dos mandados de segurança MS 2012.02.01.058112 e MS 2012.02.01.067034, impetrados pelas autoras desta representação em virtude da sua inabilitação na multicitada Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11;</p> <p>9.7.2 à Presidência da Eletrobras Termonuclear S/A, para ciência e cumprimento da determinação ora expedida;</p> <p>9.7.3 aos interessados indicados no subitem 3.1, por intermédio dos respectivos advogados, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;</p> <p>9.8 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis;</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria Técnica - DT	Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada	
A Eletrobras Eletronuclear acatou a recomendação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Aprimorou o processo de contratação da montagem eletromecânica de Angra 3.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A oportunidade e conveniência da recomendação foram os fatores positivos que facilitaram a sua adoção.	

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	005.215/2011-0	Acórdão nº 2.707/2011 - TCU – Plenário de 05/10/2011	9.2 e 9.5	Determinação Recomendação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrobras Termonuclear S/A					-
Descrição da Deliberação					
<p>Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Levantamento de Auditoria, realizado na Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, com o objetivo de investigar a gestão do Fundo de Descomissionamento das usinas nucleares Angra I e II.</p> <p>Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que, nos termos de suas competências institucionais insculpidas no artigo 2º, incisos II, IX, "a" e "e" da Lei 6.189/1974:</p> <p>9.1.1. ultime, no prazo de trinta dias, as ações para editar e publicar as normas regulamentadoras sobre a gestão da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares brasileiras, necessárias a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);</p> <p>9.1.2. regulamente, no prazo de 120 dias, os requisitos básicos de segurança nuclear a serem atendidos durante o planejamento e a implementação do descomissionamento de usinas nucleoeletricas no país, de forma a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e definindo, especialmente, regramentos referentes a: (i)responsabilidades dos atores envolvidos na atividade; (ii)estratégia de descomissionamento a ser adotada pela</p>					

operadora; (iii)critérios para a elaboração dos planos de descomissionamento; (iv)diretrizes para a elaboração das estimativas dos custos a serem incorridos; (v)identificação da fonte dos recursos a serem aportados ao fundo; (vi)modelo do fundo a ser constituído; (vii)critérios para revisões periódicas das estimativas de custos; (viii)condução das atividades de descomissionamento; (ix)licenciamento para o descomissionamento; e (x)salvaguardas para o caso de descomissionamento precoce;

9.2. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/ TCU determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que, no prazo de 120 dias após a publicação pela Cnen das normas a serem editadas em face da determinação contida no item 9.1.2 acima,elabore:

9.2.1. estudo destinado a demonstrar, detalhadamente, as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2;

9.2.2. estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements N. WS-R-5 - Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA;

9.3. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, no prazo de 120 dias, promovam levantamento destinado a verificar a existência, nas tarifas de energia anteriores à Portaria MME 320/2004, de previsão de parcela de custo específica referente à composição do fundo de descomissionamento das usinas nucleares e, com base em estudos técnicos, contábeis e financeiros sobre sua evolução, manifestem-se, conclusiva e fundamentadamente, sobre a obrigatoriedade, a oportunidade, a conveniência e a viabilidade de se descontar da previsão de montantes a arrecadar para o fundo de descomissionamento constante da Portaria 320/2004 o valor das quotas que porventura tenham sido arrecadadas pela Eletronuclear até dezembro de 2004 e incluídas na composição do saldo da conta de passivo para descomissionamento;

9.4. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que:

9.4.1. na condição de órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica do setor nuclear do país, conforme inciso I do artigo 1º da Lei 6.189/1974, tão logo sejam aprovadas/homologadas as estimativas de custos de descomissionamento encaminhadas pela Eletronuclear, comunique ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os diversos parâmetros que devem balizar, por ocasião das revisões tarifárias anuais, o cálculo da parcela de custo referente à composição do fundo de descomissionamento, incluindo informações sobre o saldo atual da reserva financeira, o valor total previsto, o fluxo de caixa projetado e o tempo de vida útil remanescente para cada usina nuclear;

9.4.2. avalie a oportunidade e a conveniência de incluir na regulamentação a ser editada em face da determinação constante no item 9.1.2 acima, previsão de que o operador apresente estudo, planejamento e/ou estimativa de custos para o tratamento e/ou mitigação dos eventuais impactos econômicos e sociais nas comunidades circunvizinhas às centrais nucleares que advirão do futuro descomissionamento de suas usinas, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que:

9.5.1. promova, no prazo de 120 dias após editadas e publicadas pela Cnen as normas regulamentadoras nos termos da determinação proposta no item 9.1.2 acima, a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade, sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5.2 submeta as estimativas de custos de descomissionamento, revistas em face da providência recomendada no item 9.5.1 acima, à aprovação/homologação por parte da Cnen;

9.5.3. promova, após a conclusão da reavaliação das estimativas de custos conforme proposta do item 9.5.1 acima, se for o caso, o ajuste contábil na conta de passivo para descomissionamento, observando as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como fundamentando e descrevendo detalhadamente as técnicas e os procedimentos adotados, em especial os parâmetros utilizados para o cálculo do ajuste a valor presente (valor futuro, períodos e taxa de juros.

9.5.4. faça incidir no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007 a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral n.17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de, com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME n. 320/2004 e revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

9.6. recomendar, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) que, considerando os regramentos a serem estabelecidos pela Cnen em virtude da determinação contida no item 9.1.1. acima, institua, mediante a edição de normas, mecanismos de controle e acompanhamento sobre a movimentação da conta bancária destinada a abrigar os recursos do fundo de descomissionamento das usinas nucleares, de forma que seja proibida a realização de saques para finalidades diversas às atividades para as quais foi instituído;

9.7. encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam e do relatório da equipe técnica, a Eletrobras Termonuclear (Eletronuclear), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério de Ciência

e Tecnologia (MCT) e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), assim como ao Ministério Público

Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis, tendo em vista a existência da Ação Civil Pública 2008.51.11.000962- 6;

9.8. determinar à 9ª Secex que, nos termos do artigo 243 do Regimento Interno do TCU, promova o monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações exaradas;

9.9. retirar o sigilo do presente processo, com fulcro no parágrafo único do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;

9.10. classificar como sigilosa a peça 12 do presente processo, com fundamento no inciso VII do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;

9.11. arquivar os autos, com fundamento no artigo 40, inciso V, da Resolução-TCU191/2006.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA	-

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Em 19/12/2013, a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronuclear, através da RDE Nº 1160.006/13, aprovou o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pelas Circulares Gerais nºs. 053/12 e 001/13, bem como determinou o registro, nas Demonstrações Contábeis de dezembro de 2013, dos ajustes contábeis referentes às novas estimativas para os custos do Descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 fixadas pela Eletrobras Eletronuclear e aprovadas pela CNEN através do Ofício nº 217/13 CGRG/CNEN, de 04/12/2013.

Através da RDE Nº 1160.006/13, também ficou determinado a continuidade do processo de contratação da consultoria especializada para a elaboração do Plano Preliminar de Descomissionamento, em atendimento a Resolução CNEN nº 133 de 08/11/2012, assim como, estabeleceu que seja incluído no escopo da referida consultoria a ser contratada, todas as demandas oriundas das determinações e recomendações existentes, da CNEN e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Eletrobras Eletronuclear precisará contratar consultoria especializada para atender a integralidade das determinações da CNEN e do TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	026.099/2011-0	Acórdão nº 843/2012 - TCU – Plenário de 20/04/2012	9.1	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrobras Termonuclear S/A					-
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de acompanhamento da ação de cobrança pelo rito ordinário, ajuizada pela Eletronuclear em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe) na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, Processo 0384270-27.2010.8.19.0001, em trâmite na 30ª Vara Cível da Comarca da Capital.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. que promova o acompanhamento do Processo 0384270-27.2010.8.19.0001, em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe), o qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro (30ª Vara Cível da Comarca da Capital), fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informação a este Tribunal sobre todas as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram até decisão definitiva, encaminhando imediata comunicação a esta Corte na oportunidade do desfecho da ação de cobrança;</p> <p>9.2. arquivar os presentes autos.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Procuradoria Jurídica – P.J.P					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em 21/05/2012 houve sentença favorável a Eletrobras Eletronuclear e o acórdão (decisão de segunda instância) reformou a sentença em 08/10/2012. A Eletrobras Eletronuclear interpôs Recurso especial ao STJ e Recurso extraordinário ao STF, ambos em 13/11/2012. Esses recursos não foram admitidos pelo Tribunal de Justiça e a Eletrobras Eletronuclear apresentou agravo de instrumento contra a decisão de sua inadmissão ao STJ e ao STF em 14/02/2013. No momento aguarda-se o encaminhamento dos agravos de instrumento àqueles Tribunais Superiores.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Recurso Especial interposto pela Eletrobras Eletronuclear não admitidos pelo Tribunal de Justiça.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	009.439/2013-7	Acórdão 2603/2013 – Plenário de 25/09/2013	9.2	Determinação	Ofício 0763/2013-TUC/SecobEnerg
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrobras Termonuclear S/A					-
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria (Fiscobras 2013) realizada nas obras de construção da Usina Termonuclear de Angra 3,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. reclassificar a irregularidade tratada no achado 3.1.1 do Relatório de Fiscalização de IG-P para IG-C, nos termos do § 1º, IV c/c VI, e § 9º, do art. 93 da Lei 12.708/2012 (LDO/2013);</p> <p>9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento, determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. que:</p> <p>9.2.1. em relação à Concorrência GAC. T/CN-003/13:</p> <p>9.2.1.2. exclua do orçamento original (R\$ 2.983.901.257,50) o montante de R\$ 10.105.631,90 (referente a encargos sociais, cesta básica, alimentação, transporte e outros itens de custos indiretos) e inclua, nas minutas contratuais do edital, cláusulas que prevejam que os valores de R\$ 20.325.442,47 (referente a folgas de campo) e R\$ 24.340.228,15 (referente à extensão de plano médico e odontológico aos dependentes dos funcionários), somente sejam pagos às contratadas, proporcionalmente, depois de exigidos por meio de Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho;</p> <p>9.2.1.3. altere o conteúdo do item 10.10 da minuta do contrato, constante do edital, no sentido de informar: i) que o valor do contrato não considera a redução resultante do impacto positivo da suspensão do IPI e II, tendo em vista a aprovação pelos órgãos competentes do empreendimento ANGRA 3 no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - Renuclear, conforme dispõe a Lei 12.431/11; e ii) a obrigatoriedade de a contratada aderir ao benefício, com consequente expurgo, nos preços contratados, dos valores atribuídos aos tributos afetados pela adesão ao Renuclear;</p> <p>9.2.1.4. inclua cláusula na minuta do contrato, constante do edital, no sentido de informar: i) que o valor do contrato não considera a redução resultante do impacto positivo da "Desoneração da Folha de Pagamentos", instituída pela Lei 12.546/2011; e ii) a necessidade de adequação dos preços contratados em razão de ajustamento dessa nova legislação;</p> <p>9.2.2. em relação ao Contrato CT.NCO 223/83, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A. (item 3.2 do relatório 209/2013):</p> <p>9.2.2.1. apure a adequação dos valores já pagos, considerando a correta aplicação do Reidi nos faturamentos, levando-se em conta o expurgo dos valores de PIS/Cofins e a consequente redução de ISS;</p> <p>9.2.2.2. caso se confirme a ocorrência de pagamentos indevidos, nos termos do subitem anterior, adote as medidas cabíveis para restituição dos valores correspondentes e proceda, nas futuras medições, as devidas glosas;</p> <p>9.2.2.3. informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas em relação aos subitens anteriores;</p> <p>9.2.3. encaminhar a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a relação dos contratos atinentes ao empreendimento Angra 3, com pagamentos efetuados após a adesão ao Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) - acompanhados do detalhamento desses pagamentos e seus respectivos descontos;</p> <p>9.3. determinar à SecobEnergia que:</p> <p>9.3.1. recebida a documentação referida no item 9.2.3 acima, analise, quanto aos demais contratos do empreendimento, se houve adequado desconto decorrente do benefício fiscal concedido pelo Reidi, incluindo seus reflexos quanto a reduções adicionais em outros tributos;</p> <p>9.3.2. mantenha, na próxima auditoria a ser realizada no empreendimento, verificação da efetividade das medidas saneadoras promovidas pela Eletrobras Termonuclear S.A. para mitigação dos custos desnecessários relacionados ao descompasso entre a execução física e o cronograma de desembolso previsto para o Contrato NCO-</p>					

223/83;

9.3.3. mantenha, na próxima auditoria a ser realizada no empreendimento, a verificação da efetividade da medida pactuada entre a Eletrobras Termonuclear S.A. e a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, de contratação de consultoria independente para auxílio no processo de licenciamento nuclear;

9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que as irregularidades observadas no presente processo não se enquadram no art. 93, § 1º, inciso IV, da Lei 12.708/2012 (LDO/2013).

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Diretoria Técnica – DT

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A Eletrobras Eletronuclear atendeu todas as determinações Acórdão nº 2.603/2013 – Plenário, porém a Construtora Andrade Gutierrez S/A opôs Embargos de Declaração, o qual foi acolhido parcialmente pelo TCU, com efeitos infringentes, a fim de tornar insubsistentes os itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 do referido acórdão, determinando a realização da oitiva da Construtora Andrade Gutierrez S/A. A Eletrobras Eletronuclear aguarda conclusão da matéria pelo TCU, após a oitiva.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Embargos de Declaração opostos pela Construtora Andrade Gutierrez em face do Acórdão nº 2.603/2013 – Plenário.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203820	2.1.2.2. Constatação Recomendação 002	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear			
Descrição da Recomendação			
Estabelecer, nas minutas contratuais para contratação de serviços, Cláusula específica para a definição de Acordo de Nível de Serviços, bem como a sua correlação ao pagamento a ser efetivado, com parâmetros objetivos que permitam o desconto das faturas no caso de não cumprimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente - DG			
Síntese da Providência Adotada			
“Foi solicitado à Superintendência de Aquisição e Controle Contratual – SA.A a inclusão nas minutas contratuais de cláusula específica com este objetivo. (anexo IV) Os parâmetros, métricas e indicadores, específicos para cada serviço, serão elaborados com base no catálogo de serviços a ser criado no âmbito da Iniciativa Estratégica nº 4 do PDSTI, e incluídos nas especificações técnicas, de acordo com o estabelecido no Procedimento Interno para Aquisições de TI (Anexo III)” (P-297/2012, de 19/11/12)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação Atendida, conforme Nota Técnica nº 2.171/2013/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 30 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Plano Diretor de Sistemas e Tecnologia da Informação – PDSTI recentemente elaborado pela Eletrobras Eletronuclear tratou do Acordo de Nível de Serviços, o que facilitou a adoção da medida.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

“A Eletrobras Eletronuclear não possui recomendação pendente com a CGU no exercício de 2013.”

9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da Empresa

A estrutura da Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear é composta de 13 colaboradores, sendo 01 Auditor Chefe, 02 Supervisores, 07 Auditores e 03 Administrativos.

O posicionamento da Auditoria Interna no organograma da Eletrobras Eletronuclear está vinculado ao Conselho de Administração – CA.

b) Trabalhos realizados no exercício e principais constatações

Apresentamos na tabela a seguir os trabalhos realizados no exercício de 2013, bem como as principais constatações:

TABELA A.9.3 – TRABALHOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório	Auditoria em:	Inconformidades Observadas	Planos de Ação propostos pela Unidade Organizacional
01/2013 de 15/05/2013	Acompanhamento de Execução dos Contratos de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais	A subcontratação da empresa VENTURE INFORMÁTICA LTDA. pela empresa ARCADIS LOGOS S.A. para execução parcial do objeto do contrato firmado com a Eletrobras Eletronuclear, está em desacordo com cláusula 19, do Contrato GAC.T/CT-023/10, a qual veda as subcontratações.	a) Glosar o pagamento dos valores cobrados em nome de empresa que vier relacionada no demonstrativo de homens hora/tarifa de preço, anexo à fatura da Contratada (item 3 “a” da ata).
			b) Orientar formalmente a Contratada para faturar somente os homens hora trabalhados por empregados ou consultores da Arcadis Logos S.A (item 3 “b” da ata).
01/2013 de 15/05/2013	Acompanhamento de Execução dos Contratos de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais	Não foi apresentado à comprovação do Perfil dos Profissionais: Caroline da Silva Ramos e Ismael Felipe da Costa Arouche Ferreira, alocados ao Contrato 4500125531 – CENTRAL IT TECNOLOGIA, conforme determina a cláusula 5.1.21 do contrato.	Formalizar um pedido à CENTRAL IT TECNOLOGIA, solicitando a comprovação do Perfil dos Profissionais Caroline da Silva Ramos e Ismael Felipe da Costa Arouche Ferreira, alocados ao Contrato de Prestação de Atendimento e Suporte a Usuários de Microinformática da Eletronuclear (Help-Desk) (item 6 da ata).
01/2013 de 15/05/2013	Acompanhamento de Execução dos Contratos de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais	A validade vencida dos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO’s, dos empregados alocados ao contrato, além de contrariar a cláusula 5.1.8, do Contrato 4500125531 – CENTRAL IT TECNOLOGIA, oferecem risco a Eletrobras Eletronuclear em ser penalizada pelo Ministério do Trabalho.	Formalizar um pedido à CENTRAL IT TECNOLOGIA, solicitando os Atestados de Saúde Ocupacional – ASO’s dentro do prazo de validade, com relação aos empregados alocados ao contrato (item 7 da ata).

02/2013 de 21/05/2013	Patrocínios	O não encaminhamento do planejamento anual de patrocínio ao DEPAT, com respectivas políticas, diretrizes e principais ações deflagradas, segmentadas por área, contraria o Artigo 15 da IN SECOM-PR Nº 01/09. (item 1 da ata)	A Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação informou que existe em andamento na SECOM, a modernização da Instrução Normativa de Patrocínio, que regularizará esta não conformidade.
03/2013 de 23/05/2013	Convênios	Não localização dos bens patrimoniais comprados com recursos repassados pela Eletrobras Eletronuclear por meio do Convênio ARS.P-CV-001/10, referente ao aparelhamento do Hospital de Japuíba, firmado junto à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (item 1.1 da ata).	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar esclarecimentos e providências à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis quanto a equipamentos não localizados no Hospital de Japuíba, equipamentos transferidos para outras instalações da Prefeitura e armazenamento inadequado de equipamentos. • Revisar o modelo de instrumento de convênio e encaminhar posteriormente para análise da Procuradoria Jurídica – P.J.P, visando respaldar a empresa nos próximos convênios quanto a responsabilidade da salvaguarda dos bens obtidos por meio de convênio.
03/2013 de 23/05/2013	Convênios	Empréstimo de equipamentos a diversas outras instalações da Prefeitura de Angra dos Reis, contrariando o parágrafo único, do Item II, da cláusula 4ª do Convênio ARS.P-CV-001/10, bem como a Licença Prévia nº 279/2008 e a Licença de Instalação nº 591/2009 do IBAMA, que determina que a execução de obras e aparelhagem é para o Hospital de Japuíba (item 1.2 da ata).	
03/2013 de 23/05/2013	Convênios	Condições precárias de armazenamento dos equipamentos novos adquiridos contrariando a letra “b”, item II, da cláusula 4ª e cláusula 7ª do Convênio ARS.P-CV-001/10, com relação ao acompanhamento e fiscalização na execução do convênio, uma vez que alguns aparelhos novos foram retirados da embalagem em razão de estarem molhadas (item 1.3 da ata).	
03/2013 de 23/05/2013	Convênios	Ausência de Instrução Normativa para regulamentar os procedimentos pertinentes a transferências de recursos através de Convênio com a Eletrobras Eletronuclear (item 2 da ata).	Elaborar uma Instrução Normativa de Convênios. A mesma está sendo providenciada pela Gerência de Organização e Métodos - GOM.G e pela Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação - CR.P.

03/2013 de 23/05/2013	Convênios	Ausência de cobrança das certidões pela Eletrobras Eletronuclear para celebração de convênio, contrariando o art. 38 da Portaria Interministerial nº 507/2011 (item 4 da ata).	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um "check-list" com toda a documentação necessária para a celebração de convênios. • Revisar o modelo de instrumento de convênio e encaminhar posteriormente para análise da Procuradoria Jurídica – P.J.P, visando respaldar a empresa nos próximos convênios quanto a obrigatoriedade de se obter extrato de certidões no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias), quando se tratar de convênios firmados com órgãos públicos.
04/2013 de 10/09/2013	Contas a Receber	Existência de valores a receber, por mais de 12 meses, de empresas que têm créditos junto à Eletrobras Eletronuclear.	Implantar um sistema de envio mensal para a Gerência de Operações Financeiras - GOF.A, contendo os clientes que podem ser compensados, visando eliminar as partidas em aberto, devendo enviar as evidências do sistema em funcionamento
04/2013 de 10/09/2013	Contas a Receber	Não utilização do encontro de contas na liquidação das dívidas de devedores, que também são fornecedores da empresa, nos termos do item 3.6.2 da IN 31.01 de 06.09.2006.	Solicitar à Gerência de Sistema de TI - GSI.G, a elaboração de um relatório gerencial extraído do SAP, que viabilize a existência de débitos com empresas credoras da Eletrobras Eletronuclear, a fim de possibilitar a realização de Encontro de Contas
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Inadimplência da carteira de empréstimos a participantes.	Continuar envidando esforços voltados para reduzir a inadimplência da carteira de empréstimos (item 2.1.2 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Metodologia inadequada para o cálculo da contribuição das patrocinadoras.	Revisar o Regulamento do Plano Básico de Benefícios do NUCLEOS, estabelecendo nova metodologia para o cálculo da contribuição das patrocinadoras de forma a esclarecer os entendimentos quanto à contribuição das patrocinadoras referente aos assistidos e evitar as diferenças apuradas nos encontros de contas (item 3 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Procedimento para concessão de benefícios de suplementação pendente de aprovação pela Diretoria Executiva.	Providenciar a aprovação final do procedimento “Concessão de benefícios de suplementação – v2.0 (GSS-PR-03)” (item 4.1 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Período de estágio considerado equivocadamente na contagem do tempo de contribuição ao INSS.	Não considerar o período de estágio na contagem do tempo de vínculo ao INSS, tendo em vista o definido no art. 4º da Lei 6.494/1977. (item 4.2 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de estimativa de horas técnicas a serem processadas durante a vigência de contrato de prestação de serviço.	Estabelecer nos contratos, quando couber, um limite de horas técnicas, a fim de definir o seu valor global (item 5.1 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Cláusula de remuneração sem estabelecer os valores dos honorários a serem pagos pela contratada.	Estabelecer claramente, nos contratos, os valores a serem pagos pelos serviços prestados (item 5.2 da Ata).

10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Parecer emitido pelo contratado sem constar o número do registro dos responsáveis por sua emissão na OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.	Observar se nos pareceres jurídicos consta o número de registro na OAB de quem os assinou, verificando a veracidade do registro no site da OAB (item 5.3 a Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de segunda testemunha em contrato de prestação de serviço.	Colher sempre assinatura de duas testemunhas na formalização do instrumento contratual (item 5.4 a Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de estimativa de benefícios a serem auditados durante a vigência em contrato de prestação de serviço.	Estabelecer um limite de benefícios a serem auditados, a fim de estimar um valor global ao contrato (item 5.5 a Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Inexistência de cláusula que estabeleça a periodicidade e índice de reajuste em contrato de prestação de serviço.	Definir nos contratos, cláusula que estabeleça a periodicidade de reajuste, bem como, o índice econômico de correção a ser aplicado (item 5.6 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Aprovação de pagamento em desacordo com o limite de competência.	Observar o anexo II, quadro – poderes e competências da IN 003/2009, quando da aprovação de despesas (item 5.7 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de cláusula de adesão ao código de conduta e ética do NUCLEOS em contratos de prestação de serviço.	Incluir nos instrumentos contratuais emitidos pelo NUCLEOS o que determina o Capítulo X, Disposições Finais, art. 20 do Código de Conduta e Ética (item 5.8 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de prazo determinado para a vigência em contratos de prestação de serviço.	Fixar nos contratos prazo de vigência, conforme preceitua as boas práticas de contratação (item 5.9 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de cláusulas padrão no instrumento contratual.	Observar o que estabelece o item 4.5 §§ 1º e 2º do Manual Operacional do NUCLEOS nº PC-GAP-05, quanto à celebração de contrato para todos os serviços (item 5.10 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de identificação do signatário representante da contratada.	Identificar, doravante, os nomes dos responsáveis pelas assinaturas nos contratos (item 5.11 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Pagamento antecipado de parecer jurídico.	Definir nos contratos prazo para entrega de seu objeto, condicionando o seu pagamento, somente após o recebimento satisfatório dos serviços (item 5.12 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de prazo para entrega do objeto contratual.	Definir nos contratos um prazo para entrega de seu objeto, condicionando o seu pagamento, somente após o recebimento satisfatório dos serviços (item 5.13 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Relatório de Inventário Físico de bens patrimoniais não segregado por centro de custo e/ou localização.	Parametrizar o Sistema Corporativo Mestra, Módulo Ativo Fixo, com o objetivo de possibilitar a segregação por centro de custo e/ou localização dos bens patrimoniais relacionados em seus Relatórios de Inventário Físico (item 6.1 da Ata).

10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Relatório de Inventário Físico de bens patrimoniais com informações incoerentes.	Corrigir no sistema Corporativo Mestra, Módulo Ativo Fixo, as incoerências entre informações de campos referentes ao mesmo bem patrimonial relacionado no Relatório de Inventário Físico (item 6.2 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Identificação inadequada dos bens patrimoniais.	Fixar as etiquetas de identificação dos bens patrimoniais em local de fácil visualização, utilizando material adequado para a colagem (item 6.3 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Bens patrimoniais não inventariados.	Inventariar todos os bens patrimoniais do NUCLEOS, inclusive aqueles que estejam acoplados ou fixados (item 6.4 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Procedimento desatualizado referente à prestação de contas dos adiantamentos das despesas previstas na instrução normativa 005-09.	Atualizar o procedimento, conforme ao que de fato vem sendo adotado na prática, referente à prestação de contas dos adiantamentos das despesas previstas na Instrução Normativa 005-09 (item 7.1 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Estatuto Social omissivo quanto a definição de prazo para a convocação de novas eleições na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Benefícios.	Incluir no Estatuto Social do NUCLEOS dispositivo que defina o prazo máximo para a convocação de novas eleições na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Benefícios (item 8.1 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Falhas no controle do pagamento da gratificação precária ao presidente do NUCLEOS.	a) Implantar o controle no Calendário de Obrigações referente à obtenção de informação sobre o paradigma para cálculo dos valores a serem pagos a título de gratificação precária (item 8.2 da Ata). b) Orientar as gerências de gestão de pessoal para que o NUCLEOS seja permanente e mensalmente informado dos valores de remuneração do paradigma, independentemente de qualquer alteração, de forma que o NUCLEOS esteja sempre atualizado dessa informação (item 8.2 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ausência de regras quanto à manutenção da remuneração mensal do diretor de benefícios durante seu afastamento compulsório para concorrer a reeleição.	a) Analisar os casos de afastamento para concorrer a cargos eletivos do NUCLEOS, definindo no estatuto, as regras quanto à remuneração ou não durante o período de afastamento (item 8.3 da Ata). b) Utilizar-se, sempre que possível, em prol da economicidade, da Assessoria Jurídica do NUCLEOS, evitando contratar serviços advocatícios (item 8.3 da Ata).
10/2013 de 23/08/2013	NUCLEOS	Ação Judicial Trabalhista.	a) Corrigir as falhas, objeto da reclamação da ex-empregada, com a finalidade de evitar ações judiciais (item 9.3 da Ata).
05/2013 de 10/10/2013	Processo de Aquisição de Materiais	Não correção do preço do produto entre a data da requisição de compras e a data da publicação do Edital, causando distorções nos valores previstos para o certame e as propostas emitidas pelos licitantes, inviabilizando a aquisição, em desacordo com o	Quando um Pregão de item de estoque estiver preparado para ser publicado, o pregoeiro deverá consultar antes a DIMT.O, através de dois colaboradores designados internamente para tal atribuição, solicitando que atualize o valor orçado da Requisição, bem como a quantidade solicitada, tendo em vista que estas estimativas podem ter alterado entre a data da emissão da Requisição e a data da publicação do Edital. Caso haja alteração a DIMT.O deverá revisar

		art. 9º, §2º do Decreto nº 5.450/2005. (item 2.1 da ata)	a Requisição com os dados atualizados.
			O Pregoeiro juntamente com a área requisitante da DIMT.O deverão analisar quando existir diferença, entre o valor orçado e o valor proposto, se o valor proposto representa o preço usual de mercado. Caso seja verdade, o Pregoeiro deverá solicitar a DIMT.O uma suplementação da Requisição justificando a alteração em função do valor de mercado. Desta forma evitaria a revogação do Pregão, uma vez que a prática atual é revogar o Pregão e iniciar outro Pregão, adotando o valor proposto pelo fornecedor na licitação anteriormente revogada, demandando novo período de processamento do novo certame.
05/2013 de 10/10/2013	Processo de Aquisição de Materiais	Necessidade de revisão / atualização da IN 41.07 em função da liberação da obrigatoriedade em 2011 de fornecimento de informação sobre consumo de CFC no sistema de serviço on line. (item 4 da ata)	Por tratar-se de assunto extremamente técnico e vinculado à Segurança, a GOM. G entrará em contato com os representantes da DIMT. O, GCM.A e GQC.G, que fizeram parte do Grupo de Trabalho formado extraordinariamente para revisão 2 desta IN em 08/02/2009, para verificação e atualização das substâncias e misturas controladas pelo IBAMA, bem como efetuar a completa atualização do texto da IN 41.07 Revisão 02.
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Falta de Instrução Normativa que formalize os procedimentos relativos aos processos de gestão de riscos, conformidade de controles, gestão de processos (escritório de processos) e gestão do conhecimento (item 2 da ata).	Elaborar os procedimentos internos detalhando as atividades de Controles Internos, contemplando as atividades de Gestão de Processos.
			Elaborar os procedimentos internos detalhando as atividades de Gestão de Riscos, contemplando as atividades de Gestão de Processos.
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Ausência de plano de ação para as recomendações e para as sugestões de melhoria propostas nos relatórios de mapeamento de riscos (item 8 da ata).	<ul style="list-style-type: none"> A GRC.G encaminhará documentação atualizada da estrutura necessária, para a DG, considerando que não foram disponibilizados recursos necessários para a execução das atribuições da área. A GRC.G levará solicitação ao CORISCO (Comitê de Riscos das Empresas Eletronuclear) no sentido de promover uma contratação de consultoria para elaborar, em conjunto com as áreas, os planos de ação decorrentes das recomendações, uma vez que a maioria das empresas encontra-se em situação semelhante. Esta contratação seguiria o mesmo formato do atual contrato com a Deloitte para a remediação das deficiências da certificação SOX.

06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Ausência de monitoramento para os 6 (seis) riscos priorizados e mapeados pela Eletrobras Eletronuclear (item 9 da ata).	<ul style="list-style-type: none"> A GRC.G encaminhará documentação atualizada da estrutura necessária, para a DG, considerando que não foram disponibilizados recursos necessários para a execução das atribuições da área. A GRC.G levará solicitação ao CORISCO (Comitê de Riscos das Empresas Eletrobras) no sentido de promover uma contratação de consultoria para realizar o monitoramento dos seis riscos priorizados, uma vez que a maioria das empresas encontra-se em situação semelhante. Esta contratação seguiria o mesmo formato do atual contrato com a Deloitte para a remediação das deficiências da certificação SOX.
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Falta de definição dos riscos a serem priorizados pela Eletrobras Eletronuclear, para a realização do respectivo mapeamento (item 10 da ata).	A SG.G irá descrever detalhadamente as atividades de controle, para os controles representados pelas siglas "C.4" e "C.14", respectivamente, nas Matrizes de Objetivos de Controle e atentar para a descrição detalhada de todos os controles descritos nas Matrizes de Objetivos de Controle sob a responsabilidade desta unidade organizacional.
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Ausência de descrição detalhada das atividades de controle listadas nas Matrizes de Objetivos de Controle (MOC's) de Tecnologia da Informação - TI (item 12 da ata).	A SG.G irá formalizar os Planos de Ação na Planilha utilizada no Programa Remediação SOX Eletronuclear, a qual é encaminhada ao Chefe de Divisão de Gestão do Ambiente de Controles Internos da Eletrobras Holding.
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Ausência de planos de ação formalizados, para as "Não Conformidades" apontadas nos relatórios de "Reporte de Deficiências – Processo e TI – Sistema Eletrobras" elaborados pela empresa certificadora - PwC (item 13 da ata).	
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Reincidência de "Não Conformidades" de Tecnologia de Informação (TI), apontadas nos relatórios de "Reporte de Deficiências – Processo e TI – Sistema Eletrobras", elaborados pela empresa certificadora (PwC). (item 14 da ata).'	
06/2013 de 15/10/2013	Gestão de Riscos e Conformidade de Controles	Ausência de controles mapeados pela empresa certificadora (PwC), nas Matrizes de Objetivos de Controle (MOC's), elaboradas pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles - GRC.G (item 11 da ata).	A SG.G se comprometeu em apresentar um plano de ação até 31/12/2013, para os 26 (vinte e seis) controles de Tecnologia da Informação (TI), identificados com a sigla "N/A".
07/2013 de 02/12/2013	Segurança Lógica do Sistema SAP ECC	Conceder o acesso a modificações e administração de queries no ambiente de produção à analista de sistemas, em desacordo com o documento da SAP "Security, Audit and Control Features, item 2.5.1" e com o "SAP Security Optimization Self-Service, item 8.1.5". (item 1.2 da ata).	Retirar as transações SQ01, SQ02 e SQ03 do login FILIPE e passar a utilizar o procedimento de "Concessão temporária de acesso de desenvolvedor ao ambiente de produção do sistema SAP" (COI SG.G 139/12), que orienta a utilização do módulo <i>FireFighter</i> .

07/2013 de 02/12/2013	Segurança Lógica do Sistema SAP ECC	Conceder o acesso a transação SE37 com o Objeto de Autorização “S_DEVELOP”, Tipo de objeto “FUGR”, Nomes de Objeto “SU_USER” ou “PRGN”, Valor da atividade “03” permite aos <i>logins</i> “administrar usuários e gerenciar autorizações, funções e perfis no ambiente de produção”, em desacordo com as recomendações do Manual da SAP e representando um risco por ser atividade inerente à equipe de <i>Basis</i> . (item 1.3 da ata)	Foi aberto um pedido de serviço ao <i>Basis</i> , nº 49553, solicitando retirar do perfil, os objetos de autorização que permitem manutenção de usuários, uma vez que a transação SE37 é utilizada em produção pelos analistas funcionais SAP da GSI.G, somente com a finalidade de consulta.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Baixa contábil e patrimonial de motor de bomba d'água pendente na conta de Desativações em Curso. (item 1.1 da ata).	De forma a mitigar a não conformidade apresentada, a GOC.A passará a solicitar a GCM.A a indicação dos códigos patrimoniais para os bens do tipo “Instalações Fixas”, assim como são mencionados os códigos patrimoniais dos bens do tipo “Equipamento Geral”, nas listagens dos lotes destinados a alienação quando do encaminhamento à GOC.A para abertura da Ordem de Desativação - ODD.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Ausência de envio de documentação dos seguintes bens patrimoniais: válvula de retenção – LBQ61AA001 e válvula de retenção – LBQ62AA002, provocando morosidade no processo de baixa contábil e patrimonial de bens patrimoniais sem expectativa de uso futuro. (item 1.1 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Ausência de envio de documentação necessária para baixa contábil e patrimonial de rotor da bomba principal removido para área de resíduo nuclear. (item 1.1 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Ausência de envio de documentação à Gerência de Orçamento e Controle – GOC.A necessária para baixa contábil e patrimonial dos equipamentos custodiados na NUCLEP, onerando a conta Desativações em Curso. (item 1.2 da ata).	<ul style="list-style-type: none"> • Retirar os equipamentos que atualmente encontram-se sob a custódia da NUCLEP. Para tanto, estamos solicitando o documento fiscal de entrada junto à NUCLEP, para que possa ser emitida nota fiscal de simples remessa. Paralelamente, esta UO emitiu consulta à Gerência de Contabilidade quanto ao documento fiscal para acompanhar a transferência do equipamento para as dependências da Eletrobras Eletronuclear. • Enviar os equipamentos para o Depósito de Mambucaba – Centro de Custo 4178; • Disponibilizar os equipamentos para alienação por parte da GCM.A.

08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferências de Bens Patrimoniais do Centro de Custo da DIMT.O - 4450 pendentes de aprovação no sistema SAP. (item 2.2 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferências de Bens Patrimoniais do Centro de Custo da GDU.O - 4550 pendentes de aprovação no sistema. (item 2.4 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferências de Bens Patrimoniais dos Centros de Custo da GAL.G – 2341 e 6250 pendentes de aprovação no sistema SAP. (item 2.6 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Equipamento de informática com registro patrimonial 058644 com localização desconhecida. (item 3 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Equipamentos de informática com mais de um número de NSI, em divergência com o controle patrimonial. (item 4 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferências de Bens Patrimoniais do Centro de Custo da DOAss – 4005 pendentes de aprovação no sistema SAP. (item 2.7 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferência de Bem Patrimonial do Centro de Custo da GMI.O – 4710 pendente de aprovação no sistema SAP. (item 2.8 da ata).	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.
08/2013 de 11/12/2013	Bens Patrimoniais	Transferências de Bens Patrimoniais do Centro de Custo da GSE.G – 6240 e 6241 pendentes de aprovação no sistema SAP. (item 2.9 da ata)	Realizar levantamento mais apurado das pendências com intuito de regularizar a não conformidade apontada pela Auditoria.

09/2013 de 30/12/2013	Processo de Contratação de Serviços	Não foram constatadas inconformidades que resultassem na elaboração de Planos de Ação pelas Unidades Organizacionais Auditadas.
--------------------------	---	---

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Descrição	Quantidade	Percentual (%)
Quantidade de recomendações propostas no exercício de 2013.	65	100%
(-) Quantidade de recomendações solucionadas no exercício de 2013.	39	60%
(=) Recomendações pendentes do exercício de 2013.	26	40%

Obs.: Das 26 recomendações pendentes informadas acima, 13 estavam dentro dos prazos para resposta pelas Unidades Organizacionais.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A Auditoria Interna acompanha os prazos pactuados para implementação do Plano de Ação, proposto pela Unidade auditada para corrigir as não conformidades, levantadas durante a execução dos trabalhos.

Para este acompanhamento, a Auditoria Interna emite trimestralmente o documento denominado “Síntese dos Relatórios de Auditoria”, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, agrupados por Relatório de Auditoria, que contém as seguintes informações:

- Não conformidades observadas, extraídas do Relatório de Auditoria, descritas de forma resumida;
- Planos de Ação propostos para regularização dessas não conformidades;
- Prazos de implementação;
- Status em que se encontram as recomendações.

O documento Síntese dos Relatórios de Auditoria é encaminhado à Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

O documento Síntese dos Relatórios é encaminhado aos diretores que realizam junto às suas unidades o monitoramento com relação ao cumprimento dos prazos de implementação.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

A certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações ocorre quando encaminhamos os relatórios de encerramento dos trabalhos de auditoria e o documento “Síntese dos Relatórios de Auditoria” atualizado aos respectivos Diretores que acusam o recebimento dos mesmos.

No exercício de 2013 não houve casos em que a alta gerência decidiu não implementar as recomendações propostas pela auditoria interna.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

No exercício de 2013 não houve casos em que a alta gerência decidiu não implementar as recomendações propostas pela auditoria interna.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1. – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR.	Situação em relação às exigências da Lei n.º 8.730/93	Exercício 2013
Diretores, Conselheiros Fiscal / Administração	Obrigados a entregar a DBR	14
	Entregaram a DBR	14
	Não cumpriram a obrigação	00
Cargos de Confiança Inclusive Art. 37	Obrigados a entregar a DBR	265
	Entregaram a DBR	223
	Não cumpriram a obrigação	42
Empregados	Obrigados a entregar a DBR	2.317
	Entregaram a DBR	1.432
	Não cumpriram a obrigação	885

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela Eletrobras Eletronuclear em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; A Gerência responsável pelo recebimento das DBR's, divulga Informativos de Recursos Humanos solicitando a entrega da documentação e envia e-mail às Diretorias com a relação dos empregados que não cumpriram a referida obrigação.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR; A Unidade interna responsável pelo recebimento das DBR's é a GAP.A – Gerência de Administração de Pessoal.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento; A entrada do documento é protocolada e lançada em planilha de Excel.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá; O recebimento tanto das DBR's quanto das Autorizações de acesso, é feito por papel. As DBR's são entregues em envelope lacrado.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida; Não é feito nenhum tipo de análise, uma vez que os envelopes são entregues lacrados para arquivo.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. As DBR's são arquivadas em cofre, localizado na SH.A – Superintendência de Recursos Humanos.

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
n/a	-	-	-	-	-	-	-	1

* Especificar razões

a) a quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas;

R: Não aplicável

b) a quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012;

R: No âmbito da Diretoria Executiva não houve.

c) a quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

R: 01 (uma) conforme Circular Geral n.º 028/13, de 02/05/13.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DEN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

10.1 Canais de Acesso do Cidadão com a Eletrobras Eletronuclear

10.1.1 Ouvidoria

Com a Instrução Normativa 12.03, de 11 de dezembro de 2007, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR formalizou a Ouvidoria como uma função vinculada a Presidência, estabeleceu diretrizes de funcionamento e ampliou sua atuação com a finalidade de aproximar a Diretoria Executiva do corpo funcional, dos prestadores de serviço e da comunidade. Em 03/07/2008, em sua 882ª. Reunião a Diretoria Executiva aprovou, com vigência a partir de 1º. de julho de 2008, a nomeação da Ouvidoria da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

Indicadores

Os principais indicadores de desempenho, utilizados pela Ouvidoria no período com destaque para Sistema Informatizado de Gestão, implantado no mês de setembro, sendo os dados dos meses anteriores apurados manualmente.

Análise Quantitativa

Durante o exercício de 2013 foram recebidas 292 manifestações, todas foram atendidas.

Origem da demanda

Assuntos mais frequentes, quanto a sua origem:

- Público Externo:

- Concurso Público;
- Credenciamento Médico;
- Comunicação Social.

- Público Interno:

- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura, vilas, etc.

TABELA A.10.1.1 – MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS PELA OUVIDORIA DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – EXERCÍCIO DE 2013

Assunto	Quantidade
Administração (Infra Estrutura, Contratos, Vilas, Transporte)	64
Comunicação Social / Imprensa	19
Concurso Público / Pedido de Emprego e Estágio	20
Construção / Novos Empreendimentos	5
Credenciamento Médico / Odontológico	33
Denúncia / Comissão de Ética	0
Gestão de Pessoas	60
Licitações / Fornecedores	8
Meio Ambiente	10
Operação das Usinas (Angra 1 e 2)	3
Patrocínio Cultural / Eventos	2
Programas de Visitas	13
Responsabilidade Social (Convênios)	2
Segurança (Física e Nuclear)	7
Outros	46
Total	292

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

10.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, *Lei nº 12.527*, que entrou em vigor no dia 15/05/2012, a Eletrobras Eletronuclear estabeleceu uma seção em seu site, <http://www.eletronuclear.gov.br/Acessoainformação.aspx>, que facilita o acesso e aumenta o grau de informações que a empresa disponibiliza à sociedade. Além disso, criou links com o site correspondente da Controladoria Geral Da União, CGU, <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov>.

Além de acessar os dados disponibilizados no site da empresa, o cidadão passou a ter acesso a informações complementares pelo Sistema Eletrônico do SIC, e-Sic, pelo e-mail sic@eletronuclear.gov.br e no posto de atendimento (balcão) do SIC, localizado no Centro de Informações de Itaorna:

- **Sistema Eletrônico e-Sic:** centraliza os pedidos de informação, funcionando como porta de entrada a fim de organizar e facilitar o processo, tanto para o cidadão quanto para a administração pública. O sistema possibilita a Controladoria Geral da União acompanhar, em tempo real, sua execução e produzir estatísticas sobre as solicitações de informações e correspondentes atendimentos.
- **E-mail da Eletronuclear:** sic@eletronuclear.gov.br: e-mail exclusivo de acesso ao SIC da Eletronuclear quando os outros meios não estão acessíveis ao cidadão.
- **Posto de atendimento (Balcão):** Posto de atendimento pessoal no Centro de Informações da CNAEA, quilômetro 522 da Rodovia Rio-Santos, onde é disponibilizado formulário padrão para a requisição de informação.

- **Outros:** Como recursos alternativos, o cidadão tem a possibilidade de fazer sua solicitação via outros meios, incluindo correio e telefone.

De acordo com as Circulares Gerais da Eletrobras Eletronuclear, CGE nº 014/12 e CGE nº 048/12, as respostas às solicitações foram elaboradas em coordenação com a Ouvidoria e submetidas ao parecer da Procuradoria ou Consultoria Jurídica, Auditoria Interna e Assistência da Presidência da empresa. Excetuou-se desta regra as respostas que já estavam disponíveis ao público de alguma forma, por exemplo: internet, publicações, respondidas anteriormente pela ouvidoria, etc.

A tabela abaixo cobre as manifestações, respostas e recursos recebidos pela Eletronuclear durante o exercício de 2013.

TABELA A 10.1.2 – MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Formas de Acesso	<i>e-Sic</i>	<i>sic@eletronuclear.gov.br</i>	<i>Posto de Atendimento (balcão)</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Pedidos					
Total	46	21	0	0	67
Atendidos no prazo	46	21	0	0	67
Fora do prazo	0	0	0	0	0
Pendentes	0	0	0	0	0
Total de Recursos	5	0	0	0	5

Fonte: CS.P

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

As demandas realizadas junto à Ouvidoria são acompanhadas por uma pergunta sobre o grau de satisfação percebido pelo demandante. A tabela abaixo indica esse índice ao longo do exercício.

TABELA A.10.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013

Manifestações	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Efetuadas	22	19	28	32	16	48	13	27	17	33	19	18
Atendidas	22	19	28	32	16	46	13	27	17	33	19	18
Satisfação (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	95,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

10.3 Demonstração dos Resultados de Eventuais Pesquisas de Opinião Feita em 2013

A Eletrobras Eletronuclear participou, juntamente com sua controladora, da Pesquisa de Clima Organizacional das Empresas Eletrobras, referente ao ano de 2013.

Por meio dos dados obtidos, foi criado um plano de ação unificado para o Sistema Eletrobras com objetivo de melhorar alguns pontos das empresas. A Eletronuclear, por meio da Gerência de Desenvolvimento e Capacitação (GDC.A), vai elaborar o seu próprio plano de melhorias.

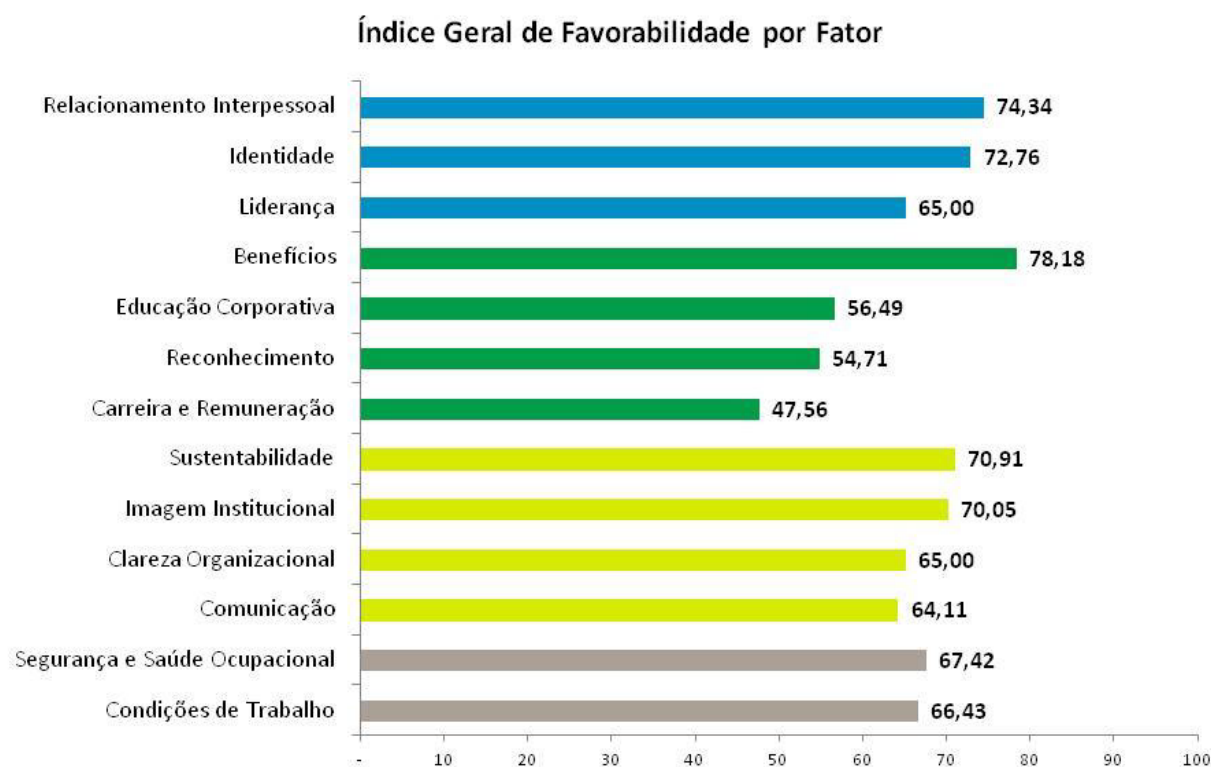
O modelo do clima organizacional foi dividido em quatro dimensões: Motivação, Gestão de Pessoas, Filosofia da Gestão e Ambiente de Trabalho. Sendo que para cada uma dessas dimensões, existe um conjunto de fatores pesquisados.

No total, 46% dos empregados da Eletronuclear responderam ao questionário da pesquisa.

A dimensão com maior índice de favorabilidade da empresa é a Filosofia de Gestão, com 69,44% de aprovação.

Porém, foi o fator Benefícios – que compõe a dimensão Gestão de Pessoas – que teve o maior índice de aprovação: 78,43%. Nele, foram avaliados se os benefícios oferecidos pela Eletronuclear atendem às necessidades do colaborador; se os benefícios são importantes para a permanência do profissional na empresa; e se o plano de saúde oferecido atende às necessidades do empregado.

A Eletronuclear teve como resultado geral um índice de favorabilidade de 66,65%.



11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.

11.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/76

“As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encontram-se no Anexo 1”.

11.2 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.2.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

“A Composição Acionária do Capital Social da Eletrobras Eletronuclear é parte integrante das Notas Explicativas e encontra-se no Anexo 1”.

11.3 Parecer da Auditoria Independente

“O Parecer da Auditoria Independente encontra-se no Anexo 1”.

PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

12 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.

12.1 Publicidade Legal

A Publicidade Legal é feita pela EBC – Empresa Brasileira de Comunicação através do contrato n.º GCC.A/CT – 260/2007. A Eletrobras Eletronuclear no exercício de 2013 efetuou pagamentos no valor de R\$1.176.086,94.

Fonte: Gerência de Controle Contratual – GCO.A

12.2 Publicidade e Patrocínio

Publicidade Institucional – R\$ 1.860.105,67

Publicidade de Utilidade Pública – R\$ 93.835,95

Patrocínios Culturais e Esportivos – R\$ 1.23.450,00

Vigência do contrato com a Agência 3 Comunicação Integrada S.A:

Período de vigência: 10/04/2012 a 09/04/2014

Valor do contrato: R\$ 2.700.000,00

12.3 Patrocínios Culturais e Esportivos

A tabela abaixo apresenta os valores e beneficiários de patrocínio culturais e esportivos realizados em 2013.

TABELA B.12.3 – PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS

EVENTO	DATA	BENEFICIÁRIO	VALOR (R\$)
Festa da Paz	07/06 a 09/06	Proson Eventos	200.000,00
Dança Paraty	13/06 a 16/06	Terra Molhada Eventos e Promoções	150.000,00
11ª Festa Literária Internacional de Paraty	03/07 a 07/07	Associação Casa Azul	350.000,00
III Feira Literária Raul Pompéia	12/07 e 13/07	Associação Cultural Raul Pompéia	120.000,00
XXXIV Regata do Colégio Naval	17/08	Sociedade Acadêmica Greenhalgh	30.000,00
VIII Semana Cultural Maestro Galloway	22/08 a 25/08	Ateneu Angrense de Letras e Artes	53.450,00
XLV NAE – Amizade Através do Esporte	20/09 a 27/09	Sociedade Acadêmica Greenhalgh	20.000,00
XVII Encontro Nacional de Teatro de Rua de Angra dos Reis	21/11 a 30/11	Grupo Teatral Cutucurim	200.000,00
TOTAL			1.123.450,00

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

Nota: As concessões de patrocínio pela Eletrobras Eletronuclear são realizadas dentro das diretrizes previstas na Política de Patrocínios do Sistema Eletrobras.

13 PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, DE 15/05/2013.

13.1 Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas

A Eletrobrás Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS e FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA.

I) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

1. Nome

- Fundação Real Grandeza – FRG
- NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social

2. Razão Social

- Fundação Real Grandeza
- Instituto de Seguridade – NUCLEOS

3. CNPJ

- FRG – CNPJ 34269803/0001-68
- NUCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30

4. Demonstrativo Anual, contendo:

- a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
- b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
- c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
- d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;
“Vide tabela a seguir”

TABELA B.13.1 – VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Núcleos		FRG		Nucleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.576	1.821.376,45	722	1.348.505,55	1.115.638,13	833.682,31	5.119.202,44
Fevereiro	1.580	1.833.615,55	722	1.354.729,08	1.183.760,85	844.220,45	5.216.325,93
Março	1.578	1.963.075,44	720	885.522,95	1.258.088,26	885.522,95	4.992.209,60
Abril	1.570	1.614.933,87	720	799.389,65	1.058.427,54	799.389,65	4.272.140,71
Mai	1.571	1.559.728,71	720	769.183,65	1.024.898,50	769.183,65	4.122.994,51
Junho	1.569	1.779.058,93	719	846.813,43	1.184.831,82	846.813,43	4.657.517,61
Julho	1.561	1.668.717,44	719	778.148,81	1.063.745,25	778.148,81	4.288.760,31
Agosto	1.562	1.918.924,45	726	963.709,77	1.199.662,79	963.709,77	5.046.006,78
Setembro	1.566	1.766.511,58	726	870.709,86	1.115.632,42	870.709,86	4.623.563,72
Outubro	1.559	1.674.302,59	717	830.121,97	1.084.488,70	830.121,97	4.419.035,23
Novembro	1.569	1.772.221,81	716	810.371,43	1.074.035,47	810.371,43	4.467.000,14
Dezembro	1.560	1.865.363,44	715	862.841,22	1.127.765,19	862.841,22	4.718.811,07
13º Salário	1.560	1.819.023,50	715	842.890,01	1.100.042,23	842.890,01	4.604.845,75
Total	-	23.056.853,76	-	11.962.937,38	14.591.017,15	10.937.605,51	60.548.413,80
Valor Total da Patrocinadora				35.019.791,14			
Valor Total dos Participantes				25.528.622,66			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal - GAPA

- e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
“Sem ocorrência”
 - f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
“Vide anexos 2 e 3”
 - g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;
“Vide anexos 2 e 3”
 - h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 2.792/2009, do Conselho Monetário Nacional;
“Vide anexos 2 e 3”
5. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;
“Vide anexos 2 e 3”
6. Conclusões do último estudo atuarial;
“Vide anexos 2 e 3”

II - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

A Eletrobras Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS e Fundação Real Grandeza – FRG. A cada período de 2 (dois) anos, realizamos auditoria em uma das entidades.

Em 23 de agosto de 2013, emitimos o Relatório de Auditoria nº 10/2013, resultado do trabalho realizado no Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS, quanto ao cumprimento de seus normativos internos e das obrigações legais regidas pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS.

As principais constatações, bem como, as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas estão apresentadas no quadro inserido na Parte A, item 9.3, letra b, do Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15/05/2013.

14 ENCERRAMENTO

Sem mais a relatar, encerramos assim o Relatório de Gestão da Eletronuclear relativo ao exercício 2013, colocando-nos à disposição dos Órgãos de Controle para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, de maio de 2014.

Othon Luiz Pinheiro da Silva
Diretor – Presidente

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 1

Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

PÁGINA EM BRANCO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
A T I V O	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	6.917	131.354
Títulos e valores mobiliários	5b	33.190	513.492
Clientes	6	107.608	475.524
Impostos e contribuições sociais	7	70.425	81.977
Estoque de combustível nuclear	8	343.730	360.751
Almoxarifado	9	129.133	64.925
Outros	10	39.165	63.872
		730.168	1.691.895
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	11	281.006	230.670
Clientes	6	-	400.212
Estoque de combustível nuclear	8	507.488	481.495
Cauções e depósitos vinculados	12	45.650	39.726
Outros	10	22.875	17.021
		857.019	1.169.124
Imobilizado	14	9.263.371	8.413.775
Intangível	15	48.344	34.330
		10.168.734	9.617.229
TOTAL DO ATIVO		10.898.902	11.309.124

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	206.545	443.648
Financiamentos e empréstimos	17	263.324	53.590
Impostos e contribuições sociais	18	67.363	111.267
Obrigações estimadas	19	76.878	68.001
Encargos setoriais	20	49.857	3.664
Benefícios pós-emprego	21	7.955	7.736
Outros		60.565	56.771
		732.487	744.677
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	91.728	546.854
Financiamentos e empréstimos	17	2.964.709	2.395.394
Provisões para riscos	22	95.004	67.359
Benefícios pós-emprego	21	44.135	214.078
Obrigações para desmobilização de ativos	23	1.136.342	988.490
Outros		-	852
		4.331.918	4.213.027
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	6.607.258	6.607.258
Prejuízos acumulados		(758.527)	(69.992)
Outros resultados abrangentes		(14.234)	(185.846)
		5.834.497	6.351.420
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.898.902	11.309.124
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)			

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)**

	NOTA	2013	2012
Receita Operacional Líquida	25	1.717.999	2.360.036
Custo Operacional	26	(1.427.480)	(1.847.161)
Lucro Operacional Bruto		290.519	512.875
Despesas Operacionais	27	(881.159)	(389.083)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		(590.640)	123.792
Resultado Financeiro	28	(72.576)	(32.420)
Resultado antes dos Impostos		(663.216)	91.372
Imposto de renda e contribuição social	29	(25.319)	(71.631)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		(688.535)	19.741
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(688.535)	19.741
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(0,0264)	0,0008

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(em milhares de reais)

	NOTA	2013	2012
Lucro/prejuízo do exercício		(688.535)	19.741
Outros resultados abrangentes			
Ganho (Perda) em benefícios pós-emprego	21	171.612	(198.938)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego		-	4.451
		<u>171.612</u>	<u>(194.487)</u>
Resultado abrangente do período		(516.923)	(174.746)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6.607.258	(89.733)	8.641	6.526.166
Lucro líquido do exercício	-	19.741	-	19.741
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(198.938)	(198.938)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	-	-	4.451	4.451
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.607.258	(69.992)	(185.846)	6.351.420
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.607.258	(69.992)	(185.846)	6.351.420
Prejuízo líquido do exercício	-	(688.535)	-	(688.535)
Ganho em benefícios pós-emprego	-	-	171.612	171.612
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.607.258	(758.527)	(14.234)	5.834.497
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)				

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013	2012
Lucro/prejuízo antes dos impostos	(663.216)	91.372
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	335.488	256.608
Baixas e outros ajustes de imobilizado	1.172	(651)
Impairment do Imobilizado	532.509	-
Amortização do intangível	9.116	7.565
Baixas e outros ajustes de intangível	-	(129)
Baixas e atualização de depósito judicial	(2.551)	-
Consumo de matéria-prima e material do estoque	346.401	352.301
Variações monetárias e cambiais - financiamentos e empréstimos	-	4.543
Variações monetárias e cambiais - fornec. , perda transmissão e dif. de tarifa	31.966	12.634
Encargos - financiamentos e empréstimos	37.108	38.707
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(28.799)	(27.939)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	49.853	19.812
Participação nos lucros e resultados	-	(10.459)
Provisão de férias	6.745	3.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.229	92.496
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	49.227	22.438
Ajuste a valor presente de contas a receber distribuidoras	(32.446)	32.446
Ajuste a valor presente de contas a pagar FURNAS diferencial	29.445	(29.445)
Provisões para risco	21.791	18.026
Reserva Global de Reversão	49.523	47.871
Outros ajustes	-	51.297
	777.561	982.500
Varição - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	800.574	(517.369)
Estoques	(419.581)	(401.388)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	37.221	(75.243)
Fundo para desmobilização de ativos	-	(39.505)
Cauções e depósitos vinculados	(3.373)	(4.821)
Outras variações nos ativos operacionais	26.097	(48.898)
	440.938	(1.087.224)
Varição - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	(753.640)	790.493
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(43.904)	(6.472)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	2.132	2.308
Participação nos lucros e resultados	-	10.406
Benefícios pós-emprego	-	158.292
Obrigação para desmobilização de ativos	-	557.340
Outros resultados abrangentes	-	(194.487)
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(47.965)	(37.313)
Pagamento de IR e CSLL	(50.988)	(133.766)
Pagamento de PLR	(42.691)	(44.644)
Outras variações nos passivos operacionais	43.155	77.181
	(893.901)	1.179.338
Recursos provenientes das atividades operacionais	324.598	1.074.614
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	739.969	735.000
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(59.116)	(87.398)
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(75.558)	(69.623)
Adiantamento pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(5.619)	-
Recursos provenientes das atividades de financiamentos e empréstimos	599.676	577.979
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.512.129)	(1.394.020)
Aquisição de ativo intangível	(17.776)	(9.888)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(409.908)	(241.763)
Resgate de títulos e valores mobiliários	891.102	-
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(1.048.711)	(1.645.671)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(124.437)	6.922
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131.354	124.432
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.917	131.354
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(124.437)	6.922

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012		
(em milhares de reais)		
	2013	2012
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	1.941.689	2.536.387
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	1.471.494	720.956
Provisão para devedores duvidosos	(4.229)	(92.496)
	3.408.954	3.164.847
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	290.626	227.979
Serviços de terceiros - usina Angra 3	430.177	523.643
Materiais	47.611	42.629
Materiais - usina Angra 3	824.603	15.961
Combustível para produção de energia	298.790	309.672
Energia Elétrica comprada	-	581.431
Encargos da rede de transmissão	53.807	58.157
Seguros das usinas Angra 1 e 2	9.479	7.747
Luz, telefone, água e esgoto	12.096	13.054
Outros custos operacionais	10.618	8.233
Juros/Encargos sobre capitais de terceiros - usina Angra 3	112.948	73.899
Seguros de instalações e equipamentos - usina Angra 3	-	(219)
Perda de valores ativos (Impairment) - usina Angra 3	532.509	-
Outros custos - usina Angra 3	5.572	5.607
	2.628.836	1.867.793
VALOR ADICIONADO BRUTO	780.118	1.297.054
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(344.604)	(263.393)
	435.514	1.033.661
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	125.928	128.704
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	561.442	1.162.365
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	483.704	439.590
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	98.194	102.065
Impostos, taxas e contribuições	370.899	349.454
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	198.504	161.124
- Aluguéis	26.494	21.539
- Outras	72.182	68.852
Remuneração de capitais próprios		
- Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(688.535)	19.741
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	561.442	1.162.365
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO
		INICIAL	ATUAL	
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção

A energia elétrica gerada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2012, foi fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 21 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.407/2012, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2018, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

Também, em 3 de dezembro de 2013, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.663/2013, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2014 a 2019, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de Março de 2014.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, estando certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores, como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da administração (6,80% em substituição a 4,98%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 51 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2013 foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN., pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

A outra parcela da conta de clientes, em dezembro de 2012, correspondente ao diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, homologado pelo art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, foi estornada em 2013 de acordo com o parágrafo 4º deste art. 2º que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.585, de 13 de

agosto de 2013, no qual foi facultado a celebração de acordo entre Eletronuclear e Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS visando a cessão à Furnas do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

3.8 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados, no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa Aneel Nº 474 de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa Aneel Nº 529 de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 52.966 em 2013.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela ANEEL e de acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas, em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa. Tais julgamentos podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.14 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.15 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.16 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.17 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual, incluído na mesma classe de obrigações, seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores: como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

3.20 - Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.21 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.22 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

3.23 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.24 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

Com o auxílio da empresa de consultoria contratada pela controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos. Os principais fatores considerados nesse levantamento são monitorados permanentemente, a saber:

a) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14(item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo, os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos regulador-fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;

- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO₂ - incapacidade de reduzir o volume de CO₂ emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

b) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do real, em relação ao euro, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 1.304 no patrimônio líquido da Companhia.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica em 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

• Risco de liquidez

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,00, e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,31.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
- Empréstimos	115.554	113.033	534.658	4.329.010
- Fornecedores (iii)	443.648	229.857	316.997	-
TOTAL	559.202	342.890	851.655	4.329.010
Em 31 de dezembro de 2013 (i)				
- Empréstimos	321.498	127.574	807.321	5.141.576
- Fornecedores (iii)	206.545	45.864	45.864	-
TOTAL	528.043	173.438	853.185	5.141.576

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	3.228.033	2.448.984
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(6.917)	(131.354)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(33.190)	(513.492)
Dívida líquida	3.187.926	1.804.138
Total do patrimônio líquido	5.834.497	6.351.420
Total do capital total	9.022.423	8.155.558
Índice de alavancagem financeira - %	35	22

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2013
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	107.608	-	107.608
- Caixa e equivalentes de caixa	-	6.917	6.917
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	33.190	33.190
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	281.006	281.006
Em 31 de dezembro de 2013	107.608	321.113	428.721

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2012			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Dólar comercial futuro (i)	-	852	852
- Contas a receber de clientes	875.736	-	875.736
- Caixa e equivalentes de caixa	-	131.354	131.354
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	513.492	513.492
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	229.818	229.818
Em 31 de dezembro de 2012	875.736	875.516	1.751.252

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos nos níveis 1 e 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação, conforme quadro a seguir:

ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	131.354	-	131.354
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	513.492	-	513.492
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	229.818	-	229.818
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	852	852
Total de ativos em 31/12/2012	874.664	852	875.516
Caixa e equivalentes de caixa	6.917	-	6.917
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	33.190	-	33.190
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	281.006	-	281.006
Total de ativos em 31/12/2013	321.113	-	321.113

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, em Extra mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	6.917	2.377
Aplicações financeiras	-	128.977
SALDO	6.917	131.354

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras:		
Recursos BNDES para usina Angra 3	12.937	220.570
Recursos ELETROBRAS / RGR para usina Angra 3	-	292.922
Recursos C.E.F para usina Angra 3	20.253	-
TOTAL	33.190	513.492

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio negativo	Diferencial RH 1.406/2012	TOTAL
Ativo circulante	267.487	-	208.037	475.524
Ativo não circulante	-		400.212	400.212
31/12/2012	267.487		608.249	875.736
Ativo circulante	218.280	(110.672)	-	107.608
Ativo não circulante	-		-	-
31/12/2013	218.280	(110.672)	-	107.608

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. No exercício de 2013 não houve qualquer registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) Em 2013, foi estornado um contas a receber no valor de R\$ 640.695 referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009 efetuado em dezembro de 2012; bem como os respectivos ajustes a valor presente e um passivo de Contribuições do PASEP e COFINS. Essa operação está respaldada pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, com base no artigo 4º, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial.
- c) O desvio negativo de R\$ 110.672 provisionados em dezembro de 2013 é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2013. Ela será devolvida para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2014.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2013	31/12/2012
IRRF sobre aplicações financeiras	2.731	117
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	107	2.378
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	89	1.982
Saldo de antecipações de IRPJ	18.913	40.155
Saldo de antecipações de CSLL	6.756	14.374
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	14.649	13.681
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	9.766	9.121
Créditos fiscais Pasep e Cofins	17.174	-
Outros	240	169
TOTAL	70.425	81.977

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo circulante	-	360.751	-	360.751
Ativo não circulante	143.116	109.153	229.226	481.495
TOTAL EM 31/12/2012	143.116	469.904	229.226	842.246
Ativo circulante	-	343.730	-	343.730
Ativo não circulante	85.025	216.856	205.607	507.488
TOTAL EM 31/12/2013	85.025	560.586	205.607	851.218

NOTA 9 - ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo diário das usinas no curto prazo, assim como os adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 129.133 (R\$ 64.925 em 31 de dezembro de 2012).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios de seguros	1.576	8.063	-	-
Partes relacionadas	9.860	13.806	-	-
Antecipação de Encargos ELETROBRAS	5.619	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.255	7.435	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	5.854	-
DNIT - Ressarcimento de despesa	-	10.108	-	-
CONFAB - multa contratual	-	5.336	-	-
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	9.960	9.683	-	-
Devedores diversos	5.754	5.300	1.289	1.289
TOTAL	39.165	63.872	22.875	17.021

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente a ELETROBRAS estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2013 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 8.016, conforme correspondência ELETROBRAS CTA-DFT 481/2013 de 23/01/2013.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Conta-corrente	10	16
Operações compromissadas	-	-
Letra Financeira do Tesouro	280.986	230.648
Ajuste Mercado Futuro:		
- Swap	-	-
- Dólar Comercial Futuro	-	(852)
- Outros	10	6
Subtotal	281.006	229.818
Dólar Comercial Futuro	-	852
TOTAL	281.006	230.670

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2013, foi nulo (R\$ 852 em 31 de dezembro de 2012).

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2013, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$ 28.799 (Nota 28), (R\$ 27.939 em 2012), em função da variação cambial do dólar norte-americano em relação ao real, ocorrida nos períodos.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	48.640	39.322
Quotas de 2008 a 2013	169.658	156.587
Total de quotas recolhidas	218.298	195.909
Ganhos líquidos auferidos acumulados	62.708	33.909
Patrimônio líquido do fundo	281.006	229.818
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	852
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	281.006	230.670

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	13.129	11.199
Contingências cíveis	98	3.411
Contingências tributárias	18.309	18.307
	31.536	32.917
Outros depósitos	769	723
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	13.345	6.086
TOTAL	45.650	39.726

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2012	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2013
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Depósitos judiciais	32.917	(4.708)	3.327	31.536
Outros depósitos	723	-	46	769
Atualização monetária s/depósitos judiciais	6.086	-	7.259	13.345
TOTAL	39.726	(4.708)	10.632	45.650

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.395.269 (R\$ 1.428.625 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.594.613 (R\$ 1.627.498 em 31 de dezembro de 2012).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa em função de vários fatores, a saber:

- Não há histórico consistente de rentabilidade;
- Instituição em fevereiro de 2014 do Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012. O período das adesões será entre março e abril de 2014 e dos desembolsos, por conta dos desligamentos, de agosto de 2014 a dezembro de 2015. Tão logo as adesões ao PSPE sejam finalizadas há de se reconhecer contabilmente seus efeitos, conforme legislação societária; o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2014 e 2015.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados nas Notas 18 e 29.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO Angras 1 e 2	3,3	8.852.816	(3.369.641)	5.483.175	5.533.469
		8.852.816	(3.369.641)	5.483.175	5.533.469
EM CURSO Angras 1, 2 e 3 Impairment Angra 3		4.312.775	-	4.312.775	2.880.400
		(532.509)	-	(532.509)	-
		3.780.266	-	3.780.266	2.880.400
TOTAL BRUTO		12.633.082	(3.369.641)	9.263.441	8.413.869
Obrigações especiais	3,3	(237)	167	(70)	(94)
VALOR LÍQUIDO		12.632.845	(3.369.474)	9.263.371	8.413.775

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2013 - R\$ MIL								
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES / DEPRECIAÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIAÇÃO CAPITALIZADA	IMPAIRMENT ANGRA 3	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS*	SALDO EM 31/12/2013
Em curso	2.880.400	1.512.129	113.365	841	(532.509)	(193.197)	(763)	3.780.266
Em serviço: custo	8.567.566	-	-	-	-	193.197	92.053	8.852.816
depreciação	(3.034.097)	(335.512)	-	(841)	-	-	809	(3.369.641)
Total em serviço	5.533.469	(335.512)	-	(841)	-	193.197	92.862	5.483.175
TOTAL BRUTO	8.413.869	1.176.617	113.365	-	(532.509)	-	92.099	9.263.441
Obrigações especiais	(94)	-	-	-	-	-	-	(94)
depreciação	-	24	-	-	-	-	-	24
TOTAL	8.413.775	1.176.641	113.365	-	(532.509)	-	92.099	9.263.371

*O valor de R\$ 92.099 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.625 (Ajuste desmobilização), R\$ 5.354 (valor transferido do imobilizado para o intangível) e R\$ 1.172 (baixas e outros).

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2012 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	2.174.374	1.317.819	75.550	651	(687.561)	(433)	2.880.400
Em serviço: custo	7.896.945	-	-	-	687.561	(16.940)	8.567.566
depreciação	(2.785.236)	(255.981)	-	(651)	-	7.771	(3.034.097)
Total em serviço	5.111.709	(255.981)	-	(651)	687.561	(9.169)	5.533.469
TOTAL BRUTO	7.286.083	1.061.838	75.550	-	-	(9.602)	8.413.869
Obrigações especiais	(118)	-	-	-	-	-	(118)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	7.285.965	1.061.862	75.550	-	-	(9.602)	8.413.775

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,80% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital; para a Usina Angra 3 devido suas características especiais de financiamento a taxa de desconto utilizada foi a de 5,60%

c.3) A taxa de crescimento não inclui inflação.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas na Usina Angra 3, os testes apontaram para "*impairment*" no valor de R\$ 532.509, provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança – RPS, a cada 10 anos.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação, unificada, nº 1217/2014 para as Usinas de Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 4,98% ao ano para 6,80% ao ano, sobre o Passivo para Desmobilização das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado a débito no Passivo Não Circulante de R\$ 184.863, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 6,80% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 1º de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda

não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 1º de dezembro de 2015 para 1º de julho de 2016.

Em abril de 2013, com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 se dará em maio de 2018.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Os entraves regulatórios no processo de licenciamento de segurança nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que a despeito da Licença de Construção promulgada em março de 2010, requer emissões gradativas de “Autorizações para Concretagem de Elementos Estruturais”. Até dezembro de 2013, foram emitidas 44 autorizações, no entanto, em ritmo e quantidade aquém das necessidades para o fiel cumprimento das sequências lógicas do cronograma.
- As dificuldades para a efetivação do novo arranjo financeiro para suportar a aquisição de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), porém ainda pendente do equacionamento das contra garantias comerciais estabelecidas pelo próprio contrato.
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital.
- A efetivação dos contratos com a AREVA, que depende da eficácia do aludido contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.
- Grandes interferências no processo licitatório dos serviços de montagem eletromecânica, oriundas de recursos e impugnações interpostas, por participantes da concorrência, na esfera judicial e no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2012	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS*	SALDO 31/12/2013
Em curso	14.006	17.776	(11.446)	-	174	121	20.631
Em serviço - custo	66.182	-	11.446	-	-	5.442	83.070
amortização	(45.858)	-	-	(9.116)	(174)	(209)	(55.357)
Total em serviço	20.324	-	11.446	(9.116)	(174)	5.233	27.713
TOTAL LÍQUIDO	34.330	17.776	-	(9.116)	-	5.354	48.344

*Os valores na coluna OUTROS refere-se a transferência do Imobilizado para o Intangível.

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2012 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2011	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2012
Em curso	9.022	9.760	(4.905)	-	129	-	14.006
Em serviço - custo	61.277	-	4.905	-	-	-	66.182
amortização	(38.293)	-	-	(7.436)	(129)	-	(45.858)
Total em serviço	22.984	-	4.905	(7.436)	(129)	-	20.324
TOTAL LÍQUIDO	32.006	9.760	-	(7.436)	-	-	34.330

NOTA 16 - FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está inserida nessa rubrica a provisão do valor de R\$ 137.592 (R\$ 244.882 em 31 de dezembro de 2012), a ser pago a FURNAS por meio do Contrato de Confissão de Dívida para pagamento em 36 parcelas. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:

- 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.
- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.

Abaixo, quadro com a composição dos efeitos no exercício:

DEVOLUÇÃO DE TARIFAS E DIFERENÇA NAS PERDAS	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Movimentação do Passivo circulante - Fornecedores	(15.357)
Movimentação do Passivo não circulante - Fornecedores	(91.933)
TOTAL DOS EFEITOS NO PASSIVO	(107.290)
Efeitos da RH ANEEL 1585/13 - Diferença de tarifas 2010, 2011 e 2012:	
Estorno de parte da provisão de devolução tarifa (Nota 25)	54.012
Variação monetária sobre a provisão líquida da devolução de tarifa (Nota 28)	(20.190)
Subtotal	33.822
Faturamento da diferença de perdas na transmissão de energia de 2005 a 2012	
Provisão de faturamento (Nota 25)	54.129
Variação Monetária sobre a provisão de faturamento (Nota 28)	19.339
Subtotal	73.468
TOTAL DOS EFEITOS NO RESULTADO	107.290

- c) Em 2013, foi estornada de fornecedores a provisão do valor de R\$ 581.431 referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, efetuada em dezembro de 2012; bem como os respectivos ajustes a valor presente. Esta operação está respaldada pelo parágrafo 4º, do art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

Abaixo, quadro com a composição dos efeitos no exercício:

BAIXA DO DIFERENCIAL FURNAS X DISTRIBUIDORAS	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Movimentação do Ativo circulante - Clientes	208.037
Movimentação do Ativo não circulante - Clientes	400.212
TOTAL DOS EFEITOS NO ATIVO	608.249
Movimentação do Passivo circulante - Fornecedores	(188.793)
Movimentação do Passivo circulante - PASEP/COFINS	(59.264)
Movimentação do Passivo não circulante - Fornecedores	(363.193)
TOTAL DOS EFEITOS NO PASSIVO	(611.250)
TOTAL DOS EFEITOS NO ATIVO E PASSIVO	(3.001)
Ajuste a valor presente	3.001
TOTAL DOS EFEITOS NO RESULTADO (Nota 28)	3.001

- d) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2013				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	45.864	45.864
Fornecedores - nacional	36.452	-	107.366	143.818
Fornecedores - exterior	11.002	2.040	3.821	16.863
TOTAL CIRCULANTE	47.454	2.040	157.051	206.545
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	91.728	91.728
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	91.728	91.728
TOTAL EM 31/12/2013	47.454	2.040	248.779	298.273

FORNECEDORES EM 31/12/2012				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	61.221	61.221
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	188.793	188.793
Fornecedores - nacional	57.829	-	72.112	129.941
Fornecedores - exterior	18.539	493	44.661	63.693
TOTAL CIRCULANTE	76.368	493	366.787	443.648
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	183.661	183.661
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	363.193	363.193
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	546.854	546.854
TOTAL EM 31/12/2012	76.368	493	913.641	990.502

NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR para os contratos de financiamentos de Angra 1 e 2, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256, destinados à implantação da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 1.766.000 até 31 de dezembro de 2013.

A garantia do contrato do BNDES está consignada mediante uma cessão fiduciária do faturamento da venda de energia da ELETRONUCLEAR.

Encontra-se em fase de juntamento de documentos e assinaturas, o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal - CEF para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, no montante de R\$ 3,8 bilhões. Enquanto não se tem toda a documentação pronta do contrato e sua assinatura, foi fornecido pelas partes o contrato de Empréstimo Ponte nº 0418.626-06/2013 com garantia da ELETROBRAS, no valor de R\$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 200.000 até 31 de dezembro de 2013.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	31/12/2013				31/12/2012			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
		C.PRAZO	L.PRAZO			C.PRAZO	L.PRAZO	
ANGRAS 1 e 2:								
ELETROBRAS	-	56.843	434.721	491.564	2.790	44.133	455.414	502.337
ANGRA 3:								
ELETROBRAS	-	-	594.250	594.250	2.724	-	594.250	596.974
BNDES	5.288	-	1.935.738	1.941.026	3.943	-	1.345.730	1.349.673
CEF	895	200.298	-	201.193	-	-	-	-
TOTAL GERAL	6.183	257.141	2.964.709	3.228.033	9.457	44.133	2.395.394	2.448.984

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.590	2.395.394	2.448.984
Ingressos	200.000	539.969	739.969
Encargos - resultado	37.108	-	37.108
Encargos - investimento	136.646	-	136.646
Transferência para o circulante	72.124	(72.124)	-
Incorporação de encargos ao principal	(101.470)	101.470	-
Amortização	(134.674)	-	(134.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	263.324	2.964.709	3.228.033

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	53.397
2014	263.132	40.968
2015	56.650	40.968
2016	73.578	58.226
2017	93.331	105.105
2018	113.546	120.754
2019	120.133	127.097
Após 2019	2.507.663	1.902.469
TOTAIS	3.228.033	2.448.984

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Pasep e Cofins - diferidos	3.347	13.111
Pasep e Cofins	4.796	51.055
Pasep e Cofins - parcelamento	-	9.413
Taxas de importação	2.797	1.874
Cosirf	5.197	2.117
CIDE s/serviços no exterior	16.148	2.125
IRRF - Folha de pagamento	15.164	13.772
INSS	11.926	11.459
FGTS	3.937	3.550
ISS sobre importação e outros	3.922	2.293
Outros	129	498
SUBTOTAL	67.363	111.267
IR e CSLL diferidos	-	-
TOTAL	67.363	111.267

A companhia constitui IRPJ e CSSL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2013, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 318.835 (R\$ 128.445 em 2012), contabilizados no Ativo Circulante e não houve registro contábil. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 332, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2013				31/12/2012			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	752.452	67.720	188.114	255.834	798.675	71.881	199.669	271.550
Provisão para participações de empregados	(48.134)	(4.332)	(12.034)	(16.366)	(44.497)	(4.005)	(11.124)	(15.129)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	195.116	17.560	48.779	66.339	206.494	18.584	51.624	70.208
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(23.796)	(2.142)	(5.949)	(8.091)	(17.551)	(1.580)	(4.388)	(5.967)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	15.427	1.388	3.857	5.245	17.451	1.571	4.363	5.933
Outros ajustes CPC	(79.156)	(7.124)	(19.789)	(26.913)	(3.001)	(270)	(750)	(1.020)
Baixa despesas administrativas	(225.844)	(20.326)	(56.461)	(76.787)	(236.591)	(21.293)	(59.148)	(80.441)
Impairment	(532.509)	(47.926)	(133.127)	(181.053)	-	-	-	-
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(57.841)	(5.206)	(14.460)	(19.666)	(45.096)	(4.059)	(11.274)	(15.333)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(45.560)	(4.100)	(11.390)	(15.490)	(22.279)	(2.005)	(5.570)	(7.575)
Provisão para benefícios pós emprego	3.423	308	856	1.164	1.498	135	375	509
Provisão para devedores duvidosos	(96.899)	(8.721)	(24.225)	(32.946)	(92.670)	(8.340)	(23.168)	(31.508)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	4.202	378	1.051	1.429	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(93.670)	(8.430)	(23.418)	(31.848)	(67.840)	(6.106)	(16.960)	(23.066)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Subtotal	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.996)	(191.934)	(17.274)	(47.984)	(65.258)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.996)	(191.934)	(17.274)	(47.984)	(65.258)
(-)Ativo Diferido	923.518	83.118	230.879	313.996	191.934	17.274	47.984	65.258
Outros resultados abrangentes	14.234	1.281	3.559	4.840	185.846	16.726	46.462	63.188
(-) Outros resultados abrangentes	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)	(185.846)	(16.726)	(46.462)	(63.188)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2012, os cálculos do IRPJ e CSLL diferidos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela ELETRONUCLEAR em conformidade com o CPC 32 - Art 24.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei

comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia esta avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que esta em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de férias e gratificação de férias	49.855	44.960
Encargos sociais sobre provisão de férias	27.023	23.041
TOTAL	76.878	68.001

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
RGR	49.158	2.887
Taxa de fiscalização da Aneel	699	777
TOTAL	49.857	3.664

Na revisão tarifária de 2013, a RGR não foi considerada na receita de venda da Eletronuclear, pois havia o entendimento naquela época que a partir de 2013 a empresa não pagaria mais tal custo. Entretanto, a Procuradoria da ANEEL, mediante Parecer nº 598/2013-PGE/ANEEL, concluiu que “a Eletronuclear é agente devedor da RGR e que esse custo deve ser incluído na tarifa da concessionária”.

Sendo assim, na definição da receita de venda associada à energia de Angra 1 e 2 para o ano de 2014 também foi incluída a parcela relativa à RGR de 2013.

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.920 (R\$ 3.716 - 31 de dezembro de 2012) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2013		2012	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	737	1.597	732	1.621
1.2. Idade Média	54,96	44,74	54,1	43,5
1.3 Salário Médio em R\$	11.420,98	8.188,56	10.191,28	7.396,00
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	318	158	310	156
2.2. Idade Média	63,31	68,33	62,2	67,8
2.3. Benefício Médio em R\$	6.189,68	5.035,60	6.008,13	4.957,69
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	57	62	51	57
3.2. Benefício Médio em R\$	1.940,75	3.157,43	1.764,52	3.006,51
População Total	1.112	1.817	1.093	1.834

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2013, monta R\$ 17.651 (R\$ 24.374 - 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$ 8.612 estão classificados no passivo circulante (R\$ 7.736 - 31 de dezembro de 2012) e R\$ 9.039 no passivo não circulante (R\$ 16.638 - 31 de dezembro de 2012).

a.2) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo as contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contatuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 66 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2011. Todas as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2013 foram quitadas contra crédito da ELETRONUCLEAR, referentes a contribuições que foram pagas após a data de efetivação da dívida.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2013, monta R\$ 11.191, classificados no passivo não circulante.

a.3) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	7.736
2014	8.612	8.077
2015	20.230	8.561
TOTAL	28.842	24.374

b) Outros benefícios pós-emprego – Seguro-saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

c) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

c.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas				
	2013		2012	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,04%	12,03%	8,49%	8,51%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,40%	6,39%	3,43%	3,45%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	7,41%	6,99%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	5,30%	4,89%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	5,30%	4,89%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,04%	12,03%	8,49%	8,51%
Hipóteses Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ (129.052) (R\$ 307.524 em 2012) e do plano Nucleos foi de R\$ (69.812) (R\$ 142.502 em 2012).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

c.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2013				2012			
	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total
	Real Grandeza	Núcleos			Real Grandeza	Núcleos		
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.100.961	712.156	23.881	1.836.998	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.105.056)	(723.703)	-	(1.828.759)	(1.219.609)	(777.086)	-	(1.996.695)
Passivo(Ativo) Líquido	(4.095)	(11.547)	23.881	8.239	54.281	151.136	16.397	221.814
Efeito da restrição sobre o ativo	4.095	11.547	-	15.642	-	-	-	-
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	28.842	-	-	-	23.601	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	28.842	-	23.881	52.723	54.281	151.136	16.397	221.814
Custo do serviço corrente	8.881	20.825	1.367	31.073	13.864	18.713	-	32.577
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	4.516	12.605	-	17.121	(19.503)	(4.603)	1.846	(22.260)
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	13.397	33.430	1.367	48.194	(5.639)	14.110	1.846	10.317

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Custo de serviços corrente líquido	27.315	32.941	-	60.256
Custo de juros	108.107	78.863	1.367	188.337
Benefícios pagos	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(283.819)</i>	<i>(311.325)</i>	<i>6.605</i>	<i>(588.539)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(464.973)	(383.946)	(10.129)	(859.048)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	181.154	72.621	16.734	270.509
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.100.961	712.156	23.880	1.836.997
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Receita de Juros	103.590	66.259	-	169.849
Contribuições patronais	20.595	20.857	489	41.941
Contribuições de participantes do plano	18.434	12.116	-	30.550
Benefícios pagos / adiantados	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(232.642)</i>	<i>(136.070)</i>	<i>-</i>	<i>(368.712)</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(232.642)	(136.070)	-	(368.712)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.105.054	723.703	-	1.828.757

Descrição	2012			
	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total
	Real Grandeza	Nucleos		
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	756.238	626.671	17.920	1.400.829
Custo de serviços corrente líquido	15.769	24.847	-	40.616
Custo de juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Benefícios pagos/adiantados	(38.403)	(17.678)	(578)	(56.659)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>467.085</i>	<i>235.664</i>	<i>(2.791)</i>	<i>699.958</i>
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	914.644	620.330	-	1.534.974
Receita de Juros	92.704	63.321	-	156.025
Contribuições patronais	18.851	19.486	578	38.915
Contribuições de participantes do plano	16.992	12.446	-	29.438
Benefícios pagos / adiantados	(38.403)	(17.678)	(578)	(56.659)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>214.821</i>	<i>79.181</i>	<i>-</i>	<i>294.002</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	214.821	79.181	-	294.002
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.219.609	777.086	-	1.996.695

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2013		2012	
	Plano BD	Plano BD	Plano BD	Plano BD
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
Disponível	-	3	-	-
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	-	135.669	-	-
Investimento em Renda Fixa	825.004	441.870	3.273	12.547
Investimento em Renda Variável	245.786	94.099	1.148.883	728.784
Investimentos Estruturados	17.780	33.461	-	-
Outros recebíveis	-	6.015	-	-
Investimentos Imobiliários	38.863	16.077	39.817	19.314
Empréstimos e Financiamentos	28.647	4.465	29.070	5.074
Outros	(3.815)	65	(1.434)	11.367
(-) Recursos a receber - patrocinador	(22.634)	-	-	-
(-) Exigíveis Previdenciais	-	(3.161)	-	-
(-) Exigíveis Contingencial	(13.726)	(2.227)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(5.627)	(459)	-	-
(-) Fundo Administrativo	(5.224)	(2.174)	-	-
Total dos Ativos Garantidos	1.105.054	723.703	1.219.609	777.086

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

c.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2013	31.12.2012
Programa Previdenciário Real Grandeza	118.040	132.547
Programa Previdenciário Nucleos	(110.838)	52.872
Programa de seguro	(3.614)	(3.614)
Programa de Saúde	10.646	4.041
Total	14.234	185.846

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	464.973	383.947	10.129	859.049
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(181.154)	(72.621)	(16.734)	(270.509)
Retorno sobre ativos do plano	(232.643)	(136.070)	-	(368.713)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(4.095)			(4.095)
Ajustes saldo da dívida	(32.574)	(11.546)	-	(44.120)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	14.507	163.710	(6.605)	171.612

Descritivo	2012			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	467.085	235.664	2.791	705.540
Retorno sobre ativos do plano	(229.907)	(85.494)	-	(315.401)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(182.006)	-	-	(182.006)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	55.172	150.170	2.791	208.133

d) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 43.650 (Plano Real Grandeza R\$ 21.687 e Nucleos R\$ 21.963) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Nucleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Real Grandeza

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Benefícios de aposentadoria	65.962	77.912	244.648	2.281.114	2.669.636

Nucleos

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Benefícios de aposentadoria	35.095	38.345	129.010	1.978.917	2.181.367

e) Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 28.262 (aumento de R\$ 29.586).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 15.267 (redução de R\$ 15.891).

Plano de Benefício Definido Nucleos

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 22.178 (aumento de R\$ 23.405).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 9.016 (redução de R\$ 9.381).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 4.402 (redução de R\$ 3.705).

NOTA 22 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	22.403	7.230	9.667	4.982
Planos Bresser, Collor, etc.	4.681	1.957	4.491	2.393
Outras	2.180	643	2.127	561
Atualização	9.166	-	-	-
	54.162	9.830	32.017	7.936
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Federais	799	80	8.461	80
INSS	14.248	17.892	10.386	17.892
Atualização	573	-	-	-
	15.620	17.972	18.847	17.972
CÍVEIS				
Outros	3.828	58	9.169	3.397
Atualização	2.278	-	-	-
	6.106	58	9.169	3.397
AMBIENTAL				
Contecioso	3.500	-	7.326	-
Atualização	15.616	-	-	-
	19.116	-	7.326	-
TOTAL	95.004	27.860	67.359	29.305

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

O aumento na provisão relativa às diferenças de remunerações em R\$ 12.736 refere-se em sua maior parte a atualização dos valores provisionados das 03 (três) ações movidas pelo Sindicato dos Profissionais Técnicos Industriais por conta de reivindicações de

concessão integral do intervalo intrajornada, reflexos e honorários sindicais para um total de R\$ 13.330.

Em dezembro de 2013 foi contabilizada a provisão da atualização dos valores históricos das ações.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 165.106 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 79.044 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 7.894 de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.084 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 97.479 de ações tributárias (R\$ 67.949 em 31 de dezembro de 2012) e outros de natureza cível no valor de R\$ 59.733 (R\$ 3.011 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504. A ELETROBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, somam R\$ 10.117 (R\$ 6.093 - 31 de dezembro de 2012), referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2012	MOVIMENTAÇÃO			SALDO EM 31/12/2013
		ATUALIZAÇÃO	BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	32.017	9.166	(2.335)	15.314	54.162
Tributárias	18.847	573	(8.212)	4.412	15.620
Cíveis	9.169	2.278	(5.405)	64	6.106
Ambiental	7.326	15.616	(3.826)	-	19.116
TOTAL	67.359	27.633	(19.778)	19.790	95.004

NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS
a) Descomissionamento
a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No presente exercício foi realizado estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 654.194.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.136.342 (R\$ 988.490 em 31 de dezembro de 2012).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 6,80% ao ano.

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112^a), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 225.900 (Base DEZ/2012).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 542.700 (Base DEZ/2012), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(483.187)	454.988	285.487
ANGRA 2	1.151.338	(952.132)	199.206	185.007
TOTAL	2.089.513	(1.435.319)	654.194	470.494
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	381.954	(140.956)	240.998	258.916
ANGRA 2	382.196	(141.046)	241.150	259.080
TOTAL	764.150	(282.002)	482.148	517.996
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.320.129	(624.143)	695.986	544.403
ANGRA 2	1.533.534	(1.093.178)	440.356	444.087
TOTAL	2.853.663	(1.717.321)	1.136.342	988.490

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	1.833.361	2.120.138
Devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12 e RH 1585/13	54.012	(224.906)
Diferença perdas na transmissão - Furnas	54.129	-
Diferencial distribuidoras - RH 1406/12	-	640.695
Outros Serviços	233	513
Impostos sobre vendas		
PASEP	(30.953)	(22.891)
COFINS	(142.580)	(105.550)
ISS	(12)	-
Outros	(668)	(92)
	(174.213)	(128.533)
Reserva global de reversão - RGR	(49.523)	(47.871)
TOTAL	1.717.999	2.360.036

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 13.456.225 MWh (14.715.295 MWh - 2012), corresponde a uma receita no exercício de 2013 de R\$ 1.833.361 (R\$ 2.120.138 - 2012).

a) Tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR em 2012

O valor da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR cobrada a FURNAS foi o seguinte:

- De 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 > R\$ 144,57 /MWh – Resolução 1406, de 21 de dezembro de 2012;

b) Nova regulamentação de comercialização em 2013

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser anual e rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

- Ajuste devolução de tarifa

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, alterou as tarifas da ELETRONUCLEAR nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que haviam sido estabelecidas pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012. Com isso, a provisão de devolução de faturamento a FURNAS, contabilizada em dezembro 2012 no valor de R\$ 224.906, passou para R\$ R\$ 170.894, representando uma redução de R\$ 54.012.

- Diferença perdas na transmissão

Nos faturamentos realizados a FURNAS no período de 2005 a 2012, foram deduzidas perdas de energia estimadas em 3%. De acordo com cláusulas contratuais, as perdas a serem consideradas, são aquelas medidas pela CCEE, realizadas em fase posterior ao faturamento.

A apuração dessas diferenças foi realizada, recentemente, pela Assessoria de Comercialização da ELETRONUCLEAR em comum acordo com a área correspondente de FURNAS. O montante apurado no valor de R\$ 54.129 foi contabilizado como complemento de faturamento a crédito da receita de energia em 2013.

c) Novo modo de apuração do PASEP e do COFINS

Com a mudança ocorrida no processo de faturamento de venda de energia elétrica a ELETRONUCLEAR teve o seu modo de apuração do PASEP e COFINS alterado do método cumulativo para não cumulativo representando uma mudança na alíquota de 3,65% para 9,25% bem como passamos a nos beneficiar dos créditos fiscais relativos aos insumos utilizados no processo de geração de energia elétrica.

NOTA 26 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	439.244	411.719
Material	46.546	41.991
Serviços de terceiros	220.376	160.220
Depreciação e amortização	332.824	252.547
Encargos de uso da rede de transmissão	53.807	58.157
Combustível para produção de energia elétrica	298.790	309.672
Diferencial de furnas - RH 1406/12(*)	-	581.431
Aluguéis	9.350	6.485
Outros	26.543	24.939
TOTAL	1.427.480	1.847.161

A variação nos custos de pessoal, material, serviços de terceiros e combustível nuclear foi ocasionada pelas paradas em 2013 de Angra 1 e 2 e em 2012 somente teve a parada de Angra 2. Na parada da Usina Angra 1 de 2013, além da troca de elementos de combustível nuclear, foi executada a substituição da tampa do vaso do reator, aumentando os custos tradicionais das paradas.

Em 2013 foi feito um ajuste na depreciação de Angra 1 no valor de R\$ 52.966 em conformidade com o CPC 27.

(*) Esse diferencial, previsto no artigo 12 da Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, provisionado em dezembro de 2012 será pago diretamente a FURNAS pelas distribuidoras conforme descrito na Nota 16.c.

NOTA 27 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	92.158	92.172
Material	1.065	638
Serviços de terceiros	70.250	67.759
Depreciação e amortização	11.780	10.846
Aluguéis	17.144	15.055
Provisão p/contingenciais e atuariais - (a)	69.985	37.838
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - (b)	4.229	92.496
Outras provisões - (c)	582.900	50.825
Outras	31.648	21.454
TOTAL	881.159	389.083

- a) Provisão contingências e atuariais** – O aumento dessa rubrica foi, na sua maior parte, em decorrência dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 48.194, sendo o déficit do NUCLEOS R\$ 33.430 e da Fundação Real Grandeza R\$ 14.764. Quanto as contingências judiciais, foi contabilizada a provisão da atualização dos valores históricos das ações.
- b) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa** – A variação negativa desse item foi em decorrência da provisão em 2012 do valor de R\$ 91.710 relativo ao contas a receber de FURNAS conforme descrito no balanço de 2012.
- c) Outras provisões** – O aumento dessa rubrica foi em decorrência da provisão do impairment de Angra 3 no valor de R\$ 532.509.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	32.446	-
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	-	29.445
Aplicações financeiras	6.033	18.793
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	-	10.688
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	21.966	33.840
Variaç.monetária - perdas de transmissão e diferença de tarifa	19.339	-
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	28.799	27.939
Outras	17.345	7.999
	125.928	128.704
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(37.108)	(38.707)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(49.227)	(22.438)
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	-	(32.446)
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	(29.445)	-
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	-	(15.231)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(53.081)	(26.498)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(20.190)	(19.976)
Outras	(9.453)	(5.828)
	(198.504)	(161.124)
TOTAL	(72.576)	(32.420)

NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO
a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Corrente	(18.413)	(58.177)	(6.906)	(21.061)	(25.319)	(79.238)
Diferido	-	5.593	-	2.014	-	7.607
TOTAL	(18.413)	(52.584)	(6.906)	(19.047)	(25.319)	(71.631)

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos períodos findos em 2013 e 2012, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(663.216)	91.372	(663.216)	91.372
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	49.227	54.884	49.227	54.884
Provisão para participações dos empregado	48.134	44.497	48.134	44.497
Impairment Angra 3	532.509	-	532.509	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	40.910	36.613	40.910	36.613
Provisão atuarial benefício pós-emprego	49.853	20.000	49.853	20.000
Provisão para Devedores Duvidosos	4.229	92.496	4.229	92.496
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	23.281	19.572	23.281	19.572
Provisão para contingências	47.097	25.626	47.097	25.626
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	108.547	35.080	108.547	35.080
Outras	1.901	3.277	333	1.392
	905.688	332.045	904.120	330.160
Exclusões				
Provisão atuarial - resultados abrangentes	51.776	45.761	51.776	45.761
Pagamento de PLR	42.691	-	42.691	-
Reversão provisão de PLR	1.806	-	1.806	-
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	3.001	29.445	3.001	29.445
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências	21.267	1.272	21.267	1.272
Outras	-	13	-	13
	131.288	87.238	131.288	87.238
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	111.184	336.179	109.616	334.294
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	33.355	100.853	32.885	100.288
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	77.829	235.326	76.731	234.006
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	18.413	58.177	6.906	21.061
TOTAL	18.413	58.177	6.906	21.061

c) Imposto de renda diferido e contribuição social diferido – efeito no resultado

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2012	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Receita financeira capitalizada no imobilizado	2.707	244	679	923
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(824.115)	(74.170)	(206.029)	(280.199)
Depreciação s/estoque transferido para o Imobilizado	32.351	2.912	8.088	11.000
Imobilizado do descomissionamento	(18.418)	(1.658)	(4.605)	(6.263)
Baixa de despesas da administração central	247.338	22.260	61.835	84.095
Provisão para benefício pós-emprego	24.261	2.183	6.065	8.248
Ajuste CPC - Baixa despesas administrativas	689.197	62.028	172.299	234.327
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(217.932)	(19.614)	(54.483)	(74.097)
Provisão para desvalorização de título	1.532	138	383	521
Provisão para devedores duvidosos	173	16	43	59
Provisão para atualização depósitos judiciais	(4.202)	(378)	(1.051)	(1.429)
Provisão encargos Fundação Real Grandeza	(8.342)	(751)	(2.086)	(2.837)
Provisão para contingências judiciais	43.485	3.913	10.872	14.785
Sub-total	(31.965)	(2.877)	(7.990)	(10.867)
Reversão de Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	9.589	863	2.397	3.260
Total em 31 de dezembro de 2012	(22.376)	(2.014)	(5.593)	(7.607)

Os valores de CSLL e IRPJ Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se aos estornos das Provisões Passivas de 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013, os cálculos dos referidos impostos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela Eletronuclear, em conformidade com o CPC 32 artigo 24.

NOTA 30 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	29.314	38.365
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(23.281)	(19.572)
Efeito na receita financeira	6.033	18.793
Encargos financeiros contabilizados no resultado	173.754	133.829
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(136.646)	(95.122)
Efeito na despesa financeira	37.108	38.707
Efeito líquido no resultado	(31.075)	(19.914)

NOTA 31 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL											
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2013										31/12/2012
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Ativo											
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	395	1.455	1.277	1.323	4.450	267.487
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.154
Fundo descomissionamento	281.006	-	-	-	-	-	-	-	-	281.006	230.670
Outras contas a receber	4.959	26.481	6	-	-	-	-	-	-	31.446	13.806
Passivo											
Fornecedores	-	(1.135)	(85)	(122)	(46)	-	-	-	-	(1.388)	(1.844)
Fornecedores - Provisão	-	(432)	(306)	(396)	(164)	-	-	-	-	(1.298)	(2.005)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(137.592)	-	-	-	-	-	-	-	(137.592)	(244.882)
Diferencial FURNAS RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(551.986)
Financiamentos captados	(1.085.814)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.085.814)	(1.099.311)
Saldo Líquido	(799.849)	(112.678)	(385)	(518)	(210)	395	1.455	1.277	1.323	(909.190)	(1.360.911)
TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2013										31/12/2012
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Receita											
Venda de energia	-	-	-	-	-	4.741	17.457	15.323	15.871	53.392	2.120.138
Devolução tarifa de energia RH 1406/12 e 1585/13	-	54.012	-	-	-	-	-	-	-	54.012	(224.906)
Diferença perdas transmissão RH 1585/13	-	54.129	-	-	-	-	-	-	-	54.129	-
Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.603
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12 E 1585/13	-	-	-	-	-	12	795	642	-	1.449	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	581.431	-	-	-	-	-	-	-	581.431	-
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.445
Variação monet. - Perdas de transmissão RH 1585/13	-	19.339	-	-	-	-	-	-	-	19.339	-
Remuneração do fundo financeiro	28.799	-	-	-	-	-	-	-	-	28.799	27.939
Despesa											
RGR	(49.523)	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.523)	(47.871)
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	(231)	(15.704)	(12.668)	-	(28.603)	-
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.449)
Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(581.431)
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12 E 1585/13	-	(29.445)	-	-	-	-	-	-	-	(29.445)	-
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(20.190)	-	-	-	-	-	-	-	(20.190)	(19.976)
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.072)	(3.468)	(4.253)	(1.908)	-	-	-	-	(14.701)	(24.035)
Encargos financeiros	(37.108)	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.108)	(38.707)
Cessão de funcionários	-	(178)	-	-	(25)	-	-	-	-	(203)	(163)
Auditoria externa	(815)	-	-	-	-	-	-	-	-	(815)	(817)
Saldo Líquido	(58.647)	654.026	(3.468)	(4.253)	(1.933)	4.522	2.548	3.297	15.871	611.963	1.266.770

- a) O valor de R\$ 581.431 registrado contra FURNAS, refere-se à reversão da provisão referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, efetuada em dezembro de 2012. Esta operação está respaldada pelo parágrafo 4º, do art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

Em sentido inverso, foi revertido a débito do resultado, a provisão de faturamento líquido contra às concessionárias de serviço público de distribuição de energia, cuja a cobrança passa a ser realizada diretamente por FURNAS, conforme descrito acima.

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 32 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	49.523	47.871
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	81	82
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	587	-
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	8.736	8.986
TOTAL	58.927	56.939

NOTA 33 – SEGUROS – não auditada

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 16.361.238 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	28/02/2014	3.015.639	11.381
- Danos materiais		2.168.900	6.405
- Responsabilidade civil		846.739	4.976
Riscos de Engenharia	01/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	926.524	1.255
TOTAL		16.361.238	183.682

NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, foram de R\$ 43.765,81 e R\$ 2.387,24 (R\$ 42.181,14 e R\$ 2.225,03 – dezembro de 2012), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 34.883,31 (R\$ 32.726,63 – dezembro de 2012).

Nos exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	3.086	2.389
Encargos Sociais	860	808
Benefícios	224	689
Participação nos Lucros e Resultados (*)	292	239
TOTAL	4.462	4.125

(*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

NOTA 35 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2013. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

35.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.672, de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2, e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.663, de 3 de dezembro de 2013, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2014 a 2019. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a receita da geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos de 2013 a 2019.

Na receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014 está incluso o valor de R\$ 61.393 relativo a revisão da receita do ano de 2013 solicitada pela ELETRONUCLEAR.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2014	2015 / 2016	2017 / 2018	2019
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	55.384	110.769	110.769	55.384
Ampla Energia e Serviços S.A.	61.126	122.251	122.251	61.126
Bandeirante Energia S.A	63.700	127.399	127.399	63.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A	7.075	14.149	14.149	7.075
CEB Distribuição S.A.	37.914	75.827	75.827	37.914
Celesc Distribuição S.A.	109.761	219.523	219.523	109.761
CELG Distribuição S.A.	69.560	139.121	139.121	69.560
CEMIG Distribuição S.A	167.612	335.223	335.223	167.612
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	17.725	35.451	35.451	17.725
Centrais Elétricas do Pará S.A.	43.681	87.362	87.362	43.681
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	37.350	74.699	74.699	37.350
Companhia de Eletricidade do Acre	5.295	10.590	10.590	5.295
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	101.958	203.916	203.916	101.958
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	10.546	21.093	21.093	10.546
Companhia Energética de Alagoas	19.496	38.993	38.993	19.496
Companhia Energética de Pernambuco	68.926	137.852	137.852	68.926
Companhia Energética do Ceará	58.514	117.028	117.028	58.514
Companhia Energética do Maranhão	31.786	63.571	63.571	31.786
Companhia Energética do Piauí	17.114	34.229	34.229	17.114
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	28.156	56.312	56.312	28.156
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	53.201	106.403	106.403	53.201
Companhia Jaguarí de Energia	2.966	5.931	5.931	2.966
Companhia Luz e Força Mococa	1.404	2.808	2.808	1.404
Companhia Luz e Força Santa Cruz	5.989	11.979	11.979	5.989
Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.593	7.187	7.187	3.593
COPEL Distribuição S.A.	159.405	318.810	318.810	159.405
Companhia Leste Paulista de Energia	1.823	3.646	3.646	1.823
Companhia Paulista de Força e Luz	141.221	282.442	282.442	141.221
Companhia Piratininga de Força e Luz	61.907	123.814	123.814	61.907
Companhia Sul Paulista de Energia	2.476	4.952	4.952	2.476
DME Distribuição S.A. - DMED	2.683	5.365	5.365	2.683
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	82.179	164.358	164.358	82.179
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	254.117	508.234	508.234	254.117
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	5.517	11.034	11.034	5.517
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.581	9.162	9.162	4.581
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	25.641	51.282	51.282	25.641
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	4.311	8.622	8.622	4.311
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	7.434	14.868	14.868	7.434
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	23.073	46.146	46.146	23.073
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	17.143	34.286	34.286	17.143
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	41.570	83.140	83.140	41.570
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	1.477	2.954	2.954	1.477
Light Serviços de Eletricidade S.A.	135.165	270.329	270.329	135.165
Rio Grande Energia S.A.	51.052	102.103	102.103	51.052
TOTAL	2.102.608	4.205.216	4.205.216	2.102.608

35.2 – Combustível nuclear - não auditada

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	214.842
2015	279.166
2016	233.203
Após 2016	6.232.631
TOTAIS	6.959.842

35.3 – Compromissos socioambientais – não auditada

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	18.416
2015	71.505
2016	84.283
Após 2016	133.570
TOTAIS	307.774

35.4 – Aquisições de bens e serviços – não auditada

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	1.039.603
2015	1.990.837
2016	2.483.842
APÓS 2016	1.704.245
TOTAL	7.218.527

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES


A Companhia instituiu em fevereiro de 2014 o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e o início dos desembolsos por conta dos desligamentos para agosto de 2014, de acordo com o fluxo financeiro de caixa da Companhia para o 2º semestre de 2014. Na forma da legislação societária, tão logo as adesões ao PSPE sejam finalizadas há de se reconhecer contabilmente seus efeitos como um todo, o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2014 e possivelmente 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, compreendendo as peças: Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, levantadas em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Com base no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 24 de março de 2014, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.


Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Presidente


Eduardo De Carolis
Conselheiro


Bruno Westin Prado Soares Leal
Conselheiro

Eletronuclear
S.A. - Eletronuclear
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2013



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Eletronuclear S.A. - Eletronuclear

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletronuclear S.A. - Eletronuclear (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Eletronuclear S.A. - Eletronuclear

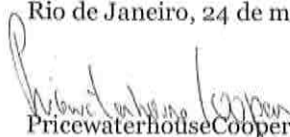
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletronuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Outros assuntos - informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092503/O-1

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 2

Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.

PÁGINA EM BRANCO

Relatório dos Auditores Independentes

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

 **REAL GRANDEZA**
Fundação de Previdência e Assistência Social

CONTEÚDO

1.	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2013	3-4
2.	Demonstrações Contábeis:	
	Balanço Patrimonial (Consolidado)	
2.1.	Ativo	5
	Passivo	6
2.2.	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	7
2.3.	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	8
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano BD	9
2.4.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano BD	10
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano BD	11
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano CD	12
2.5.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano CD	13
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano CD	14
3.	Notas Explicativas às demonstra�es contábeis	15-50



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2014.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador – CRCRJ – 046.114/O

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.13	31.12.12
DISPONÍVEL	4	1.976	1.037
REALIZÁVEL		11.236.989	12.092.984
Gestão Previdencial	5	255.231	306.366
Gestão Administrativa	6	5.527	5.452
Investimentos	7	10.976.231	11.781.166
Créditos Privados e Depósitos		32.767	30.322
Ações		5.124	11.857
Fundos de Investimento		10.268.288	11.061.468
Investimentos Imobiliários		362.653	368.897
Empréstimos		307.289	308.512
Depósitos Judiciais/Recursais		110	110
PERMANENTE		2.678	3.345
Imobilizado		2.114	2.300
Diferido		564	1.045
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	110.991	131.895
TOTAL DO ATIVO		11.352.634	12.229.261

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.13	31.12.12
EXIGÍVEL OPERACIONAL		41.807	38.193
Gestão Previdencial	9.1	29.197	31.610
Gestão Administrativa	9.2	6.212	6.444
Investimentos	9.3	6.398	139
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		128.445	135.750
Gestão Previdencial	10.1	104.859	113.093
Gestão Administrativa	10.2	2.433	1.994
Investimentos	10.3	21.153	20.663
PATRIMÔNIO SOCIAL		11.071.391	11.923.423
Patrimônio de Cobertura do Plano		10.955.787	11.798.004
Provisões Matemáticas	11.2	10.550.576	9.414.330
Benefícios Concedidos		6.549.918	5.353.919
Benefícios a Conceder		4.000.658	4.060.411
Equilíbrio técnico		405.211	2.383.674
Superavit Técnico Acumulado		405.211	2.383.674
Fundos	11.4	115.604	125.419
Fundos Administrativos		66.167	62.854
Fundos de investimentos		49.437	62.565
GESTÃO ASSISTENCIAL	12	110.991	131.895
TOTAL DO PASSIVO		11.352.634	12.229.261

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	(%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	12.038.287	10.032.841	19,99
1. Adições	448.105	2.681.023	(83,29)
Contribuições previdenciais	230.368	286.648	(19,63)
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	-	2.159.033	(100,00)
Reversão de contingências – Gestão previdencial	8.234	7.823	5,25
Receitas administrativas	58.509	54.510	7,34
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	2.848	4.633	(38,53)
Constituição de Fundos de Investimentos	-	13.185	(100,00)
Receitas assistenciais	148.146	155.191	(4,54)
2. Destinações	(1.320.600)	(675.577)	95,48
Benefícios	(584.916)	(477.202)	22,57
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	(495.903)	-	
Despesas administrativas	(57.605)	(53.896)	6,88
Constituição de contingências – Gestão Administrativa	(439)	(1.324)	(66,84)
Reversão de Fundos de Investimentos	(13.128)	-	
Despesas assistenciais	(168.609)	(143.155)	17,78
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(872.495)	2.005.446	(143,51)
Provisões matemáticas	1.136.246	1.088.343	4,40
Deficit / Superavit técnico do exercício	(1.978.463)	887.959	(322,81)
Fundos administrativos	3.313	3.923	(15,55)
Fundos dos investimentos	(13.128)	13.185	(199,57)
Gestão assistencial	(20.463)	12.036	(270,01)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3) (*)	11.165.792	12.038.287	(7,25)

(*) Inclui o patrimônio social da gestão assistencial no valor de R\$94.402 e R\$114.864 conforme Nota Explicativa item 12.

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31.12.13	31.12.12	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	62.854	58.931	6,66
1. Custeio da gestão administrativa	61.357	59.143	3,74
1.1. Receitas	61.357	59.143	3,74
Custeio administrativo da gestão previdencial	39.122	37.503	4,32
Taxa de administração de empréstimos	594	581	2,24
Resultado positivo dos investimentos	2.848	4.633	(38,53)
Reembolso da gestão assistencial (*)	18.793	16.426	14,41
2. Despesas administrativas	(58.044)	(55.220)	5,11
2.1. Administração previdencial	(23.318)	(25.923)	(10,05)
Pessoal e encargos	(15.636)	(15.985)	(2,18)
Treinamentos/congressos e seminários	(81)	(67)	20,90
Viagens e estadias	(73)	(77)	(5,19)
Serviços de terceiros	(2.048)	(2.835)	(27,76)
Despesas gerais	(4.707)	(5.166)	(8,89)
Depreciações e amortizações	(334)	(469)	(28,78)
Contingências	(439)	(1.324)	(66,84)
2.2. Administração dos investimentos	(16.095)	(13.014)	23,67
Pessoal e encargos	(12.005)	(9.252)	29,76
Treinamentos/congressos e seminários	(80)	(41)	95,12
Viagens e estadias	(70)	(64)	9,38
Serviços de terceiros	(1.013)	(938)	8,00
Despesas gerais	(2.666)	(2.457)	8,51
Depreciações e amortizações	(261)	(262)	(0,38)
2.3. Administração assistencial (*)	(18.631)	(16.283)	14,42
3. Sobra da gestão administrativa (1-2)	3.313	3.923	(15,55)
4. Constituição do fundo administrativo (3)	3.313	3.923	(15,55)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 4)	66.167	62.854	5,27

(*) A diferença entre o Reembolso da Gestão Assistencial e as despesas da Administração Assistencial, refere-se a parcela das despesas de Administração dos Investimentos custeada pelo Plano Assistencial como demonstrado na Nota Explicativa item 13.2.

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO BD

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.13	31.12.12	
1. Ativos	10.764.929	11.661.681	(7,69)
Disponível	1.581	878	80,07
Recebível	297.451	348.078	(14,54)
Investimentos	10.465.897	11.312.725	(7,49)
Créditos privados e depósitos	32.767	30.322	8,06
Ações	4.553	10.776	(57,75)
Fundos de Investimento	9.802.436	10.633.299	(7,81)
Investimentos Imobiliários	362.653	368.897	(1,69)
Empréstimos	263.378	269.321	(2,21)
Depósitos Judiciais / Recursais	110	110	-
2. Obrigações	166.126	170.458	(2,54)
Operacional	40.127	36.715	9,29
Contingencial	125.999	133.743	(5,79)
3. Fundos não previdenciais	99.607	111.283	(10,49)
Fundos Administrativos	51.650	49.986	3,33
Fundos dos Investimentos	47.957	61.297	(21,76)
4. Ativo líquido (1-2-3)	10.499.196	11.379.940	(7,74)
Provisões Matemáticas	10.091.707	8.996.266	12,18
Superavit Técnico	407.489	2.383.674	(82,91)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.13	31.12.12	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	11.379.940	9.520.407	19,53
1. Adições	213.858	2.368.549	(90,97)
Contribuições Previdenciais	205.624	268.411	(23,39)
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	-	2.092.315	(100,00)
Reversão de contingências – Gestão previdencial	8.234	7.823	5,25
2. Destinações	(1.094.602)	(509.016)	115,04
Benefícios	(581.518)	(474.267)	22,61
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	(477.203)	-	
Custeio Administrativo	(35.881)	(34.749)	3,26
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	(880.744)	1.859.533	(147,36)
Provisões Matemáticas	1.095.441	971.574	12,75
Deficit / Superavit Técnico do Exercício	(1.976.185)	887.959	(322,55)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	10.499.196	11.379.940	(7,74)
C) Fundos não previdenciais	99.607	111.283	(10,49)
Fundos Administrativos	51.650	49.986	3,33
Fundos dos Investimentos	47.957	61.297	(21,76)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	10.713.279	11.611.696	(7,74)
1. Provisões Matemáticas	10.091.707	8.996.267	12,18
1.1. Benefícios concedidos	6.534.657	5.346.950	22,21
Benefício Definido	6.534.657	5.346.950	22,21
1.2. Benefício a conceder	3.557.050	3.649.317	(2,53)
Benefício Definido	3.557.050	3.649.317	(2,53)
2. Equilíbrio Técnico	407.489	2.383.674	(82,91)
2.1. Resultados Realizados	407.489	2.383.674	(82,91)
<i>Superavit Técnico Acumulado</i>	407.489	2.383.674	(82,91)
Reserva de Contingência	407.489	2.249.067	(81,88)
Reserva para revisão do plano	-	134.607	(100,00)
3. Fundos	47.957	61.297	(21,76)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.957	61.297	(21,76)
4. Exigível Operacional	40.127	36.715	9,29
4.1. Gestão Previdencial	33.810	36.610	(7,65)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.317	105	5.916,19
5. Exigível Contingencial	125.999	133.743	(5,79)
5.1. Gestão Previdencial	104.859	113.093	(7,28)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	21.140	20.650	2,37

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO CD

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.13	31.12.12	
1. Ativos	473.245	432.706	9,37
Disponível	163	104	56,73
Recebível	23.954	21.171	13,15
Investimento	449.128	411.431	9,16
Ações	571	1.081	(47,18)
Fundos de Investimento	404.646	371.159	9,02
Empréstimos	43.911	39.191	12,04
2. Obrigações	657	506	29,84
Operacional	657	506	29,84
3. Fundos não Previdenciais	15.997	14.136	13,16
Fundos Administrativos	14.517	12.868	12,81
Fundos dos Investimentos	1.480	1.268	16,72
4. Ativo líquido (1-2-3)	456.591	418.064	9,22
Provisões Matemáticas	458.869	418.064	9,76
Deficit Técnico	(2.278)	-	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO CD**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	(%)
A) Ativo líquido – Início do Exercício	418.064	301.295	38,76
1. Adições	63.865	122.458	(47,85)
Contribuições Previdenciais	63.865	55.739	14,58
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	-	66.719	(100,00)
2. Destinações	(25.338)	(5.689)	345,39
Benefícios	(3.398)	(2.935)	15,78
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	(18.700)	-	
Custeio Administrativo	(3.240)	(2.754)	17,65
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	38.527	116.769	(67,01)
Provisões Matemáticas	40.805	116.769	(65,05)
Déficit Técnico do exercício	(2.278)	-	
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	456.591	418.064	9,22
C) Fundos não previdenciais	15.997	14.136	13,16
Fundos Administrativos	14.517	12.868	12,81
Fundos dos Investimentos	1.480	1.268	16,72

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.13	31.12.12	
PROVISÕES TÉCNICAS	458.728	419.838	9,26
1. Provisões Matemáticas	458.869	418.064	9,76
1.1. Benefícios concedidos	15.261	6.970	118,95
Contribuição Definida	4.512	1.659	171,97
Benefício Definido	10.749	5.311	102,39
1.2. Benefício a conceder	443.608	411.094	7,91
Contribuição Definida	426.404	394.513	8,08
Saldo de contas - Parcela patrocinadora	184.158	169.731	8,50
Saldo de contas - Parcela participantes	242.246	224.782	7,77
Benefício Definido	17.204	16.581	3,76
2. Equilíbrio Técnico	(2.278)	-	
2.1. Resultados Realizados	(2.278)	-	
<i>Deficit</i> técnico acumulado	(2.278)	-	
3. Fundos	1.480	1.268	16,72
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.480	1.268	16,72
4. Exigível Operacional	657	506	29,84
4.1. Gestão Previdencial	576	472	22,03
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	81	34	138,24

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza.

A Fundação não possui fins lucrativos e tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, sob sua administração

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido (BD), instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida (CD), o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC. Com destaque para a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa em virtude do ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

A estrutura da planificação contábil tem por objetivo segregar as atividades exercidas pela Fundação, visando à autonomia patrimonial entre os planos, abrangendo as contas patrimoniais e de resultados em gestão previdencial, administrativa e assistencial, além do fluxo dos investimentos, este, comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações contábeis referentes ao segmento de gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica registrados na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração Superavit ou Deficit

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Investimentos

b.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As aplicações em renda fixa são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição desses títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias;

- Títulos para negociação - com a finalidade de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.
- Títulos mantidos até o vencimento – mantidos na carteira até o vencimento, mediante o parecer técnico pertinente a capacidade de pagamento dos planos.

b.2 Ações

As ações de companhias abertas estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.

b.3 Fundos de Investimentos

Registrados pelo valor efetivo na aquisição de cotas, e de eventuais pagamentos de taxas e emolumentos. O montante representativo são representados por valor unitário das cotas, mensalmente até o encerramento do exercício.

b.4 Investimentos Imobiliários

Reconhecidos pelo valor de custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, em conformidade com o normativo do órgão regulador.

A depreciação é calculada por método linear à taxa de 2% a.a ou às taxas correspondente ao tempo vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação. Os ajustes positivos ou negativos são contabilizados no resultado.

b.5 Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.

A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Para os empréstimos com três prestações em atraso consecutivas ou não, a provisão para perdas é constituída em 100% dos valores vencidos e a vencer, uma vez que está previsto no regulamento a suspensão do empréstimo e a execução imediata da dívida.

c. Imobilizado e diferido

O imobilizado está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil. Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses. Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.

d. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial externa, revisado pelo atuário interno. As hipóteses e premissas atuariais são aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

e. Fundos

- **Administrativo** – formado pelo resultado entre receitas e despesas administrativas, acrescido ou deduzido do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências.
- **Investimentos** – formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal, acrescido ou deduzido do fluxo dos investimentos.

4. DISPONÍVEL

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	2	2
Bancos	1.968	1.034
Vinculado	<u>6</u>	<u>1</u>
Total (R\$ mil)	<u>1.976</u>	<u>1.037</u>

O disponível vinculado representa o valor da liquidação de cobrança, ainda não creditado pelo banco na conta corrente.

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

Realizável – gestão previdencial	Plano	2013	2012
Contribuições do mês	BD/CD	29.109	28.814
Contribuições contratadas		<u>207.767</u>	<u>255.850</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	176.015	231.592
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	31.752	24.258
Outros valores a receber	BD	54	42
Depósitos Judiciais	BD	18.301	21.660
Total (R\$ mil)		<u>255.231</u>	<u>306.366</u>

Para atendimento de seu objetivo básico, a Real Grandeza recebe recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

5.1 Benefício definido

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC por meio da Portaria nº3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- Participantes e assistidos*

<u>Parcelas do salário real de contribuição</u>	<u>Taxa (%)</u>
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

- *Patrocinadoras*

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

Por determinação da então Secretaria de Previdência Complementar, através do relatório de Fiscalização nº006/2007/ESRJ, os percentuais acima foram convertidos em contratos financeiros no montante de R\$79.929 mil, conforme indicado no parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., cabendo a patrocinadora Furnas a importância de R\$61.458 mil e a Eletronuclear a importância de R\$18.471 mil, sendo os valores referenciados a 31.12.2010.

- *Custo suplementar de provisões matemáticas*

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado déficit apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como "Provisões matemáticas a constituir", por recomendação do atuário responsável.

Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

- *Fechamento do plano de benefício definido*

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem considerá-lo saldado.

5.2 Contribuição definida

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC, por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- (a)** Contribuição básica de 2% sobre o salário de contribuição;
- (b)** Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0%, sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- (c)** Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição, até o limite de 10%; e
- (d)** Contribuição extraordinária, efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR, nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- (a)** Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,23% até março de 2012, alterada para 0,29% até março de 2013 e a partir de abril de 2013 para 0,67%);
- (b)** Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 11,11% até março de 2012, alterada para 9,93% até março de 2013 e a partir de abril de 2013 para 10,51%); e
- (c)** Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a)** 9,4%; e
- b)** soma, para o período de 12 meses anteriores ao mês em questão, da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

5.3 Contribuições contratadas

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do déficit remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123 mil, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2004.

Em 01 de outubro de 2012, a patrocinadora, Furnas, em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, assinou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$61.458 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$876 mil, a preço de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza e Eletronuclear assinaram o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$18.471 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$263 mil, a preços de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados.

Os valores repassados pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, a título de contribuições eternas de janeiro de 2011 até o mês anterior ao da assinatura dos contratos foram atualizados nos moldes dos contratos e compensados contra as prestações do mesmo período. Este encontro de contas resultou em saldo credor a favor de Furnas no valor de R\$13.979 mil, e para Eletronuclear de R\$ 6.001 mil, os quais estão sendo compensados mensalmente contras às prestações dos contratos.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. Plano de Benefício Definido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	177.880	217.656
Parcelas do período	(66.712)	(62.685)
Atualização	17.653	22.909
Saldo Final	128.821	177.880
<i>Deficit Técnico - Contrato em 01/10/2012</i>		
Saldo Inicial	53.712	61.458
Parcelas do período	(12.168)	(21.402)
Atualização	5.650	13.656
Saldo Final	47.194	53.712

Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A. Plano de Benefício Definido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	24.258	29.681
Parcelas do período	(9.097)	(8.547)
Atualização	2.407	3.124
Saldo Final	17.568	24.258
<i>Deficit Técnico - Contrato em 07/02/2013</i>		
Saldo Inicial	18.471	-
Parcelas do período	(10.089)	-
Atualização	5.802	-
Saldo Final	14.184	-

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

Realizável Gestão administrativa	2013	2012
CONTAS A RECEBER	2.867	2.795
Responsabilidade de empregados	198	144
Outros recursos a receber	2.669	2.651
Contas a receber de patrocinadoras	23	4
Imposto de renda a compensar	9	11
Valores a receber do assistencial	2.619	2.619
Outros Valores a Receber	18	17
DESPESAS ANTECIPADAS	9	13
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.651	2.644
Depósito judicial Ações Trabalhista	1.945	1.938
Depósito judicial PIS	99	99
Depósito judicial Cofins	607	607
Total (R\$ mil)	5.527	5.452

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS E COFINS referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e COFINS nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Em observância ao item 21 "K" do anexo "A" da Instrução SPC nº34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com a denominação – "Outros".

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS**7.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimentos	Em 2013			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	32.767			32.767
Companhias abertas imobiliários	32.767			32.767
Ações	4.553	571		5.124
Companhias abertas	4.553	571		5.124
Fundos de investimento	9.802.436	404.646	61.206	10.268.288
Multimercado	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861
Participações	132.678	1.749		134.427
Imobiliário	30.525	6.475		37.000
Investimentos imobiliários	362.653			362.653
Edificações de uso próprio	31.844			31.844
Edificações locadas às patrocinadoras	304.474			304.474
Edificações locadas a terceiros	22.996			22.996
Alugueis a receber	3.339			3.339
Empréstimos e financiamento	263.378	43.911		307.289
Depósitos Judiciais	110			110
Total (R\$ mil)	10.465.897	449.128	61.206	10.976.231

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Investimentos				Em 2012
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	30.322			30.322
Companhias abertas	30.322			30.322
Certificados de recebíveis imobiliários	30.322			30.322
Ações	10.776	1.081		11.857
Companhias abertas	10.776	1.081		11.857
Fundos de investimento	10.633.299	371.159	57.010	11.061.468
Multimercado	10.506.719	362.920	57.010	10.926.649
Participações	89.059	280		89.339
Imobiliário	37.521	7.959		45.480
Investimentos imobiliários	368.897			368.897
Edificações de uso próprio	32.399			32.399
Edificações locadas às patrocinadoras	310.127			310.127
Edificações locadas a terceiros	23.171			23.171
Alugueis a Receber	3.200			3.200
Empréstimos e financiamento	269.321	39.191		308.512
Depósitos Judiciais	110			110
Total (R\$ mil)	11.312.725	411.431	57.010	11.781.166

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Composição patrimonial dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

	2013			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	7.365.881	277.402	55.479	7.698.762
Notas do Tesouro Nacional	6.675.546	253.717	49.815	6.979.078
Títulos de Dívida Agrária	2.704	30		2.734
Letras Financeiras	522.954	16.858	5.664	545.476
Debêntures não Conversíveis	164.677	6.797		171.474
Fundos de Investimentos	25.884	2.588		28.472
Cotas de Fundo de Direito Creditório	25.884	2.588		28.472
Renda Variável	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Ações	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Outros Valores	6.476	325	14	6.815
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.473	324	13	6.810
Total (R\$ mil)	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861

	2012			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	8.249.754	251.359	51.724	8.552.837
Letras do Tesouro Nacional	382.230	96.197	46.515	524.942
Notas do Tesouro Nacional	7.190.627	133.917		7.324.544
Títulos de Dívida Agrária	3.975	43		4.018
Letras Financeiras	482.077	13.280	5.209	500.566
Debêntures não Conversíveis	190.845	7.922		198.767
Fundos de Investimentos	25.855	2.585	-	28.440
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios	25.855	2.585	-	28.440
Renda Variável	2.224.826	108.622	5.271	2.338.719
Ações	2.224.826	108.622	5.271	2.338.719
Outros Valores	6.284	354	15	6.653
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.281	353	14	6.648
Total (R\$ mil)	10.506.719	362.920	57.010	10.926.649

7.2 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores demonstramos a seguir os títulos classificados por categorias: "para negociação" e "mantidos até o vencimento", detalhados por tipo e prazo.

Plano de Benefício Definido	2.013	
	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Carteira Própria	35.012	32.767
Certificado de Recebíveis Imobiliários	35.012	32.767
Fundos Exclusivos	5.254.283	5.283.195
Notas do Tesouro Nacional	4.569.058	4.592.860
Títulos da Dívida Agrária	2.674	2.704
Letras Financeiras	521.708	522.954
Debêntures não conversíveis	160.843	164.677
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	493.580	495.577
Entre 1 a 5 anos	390.965	391.559
A partir de 5 anos	4.404.750	4.428.826
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962
Títulos mantidos até o vencimento		
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	2.082.686	2.234.822
Notas do Tesouro Nacional	2.082.686	2.234.822
Por prazo de vencimento		
A partir de 5 anos	2.082.686	2.234.822

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	2.013	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	285.193	277.402
Notas do Tesouro Nacional	261.295	253.717
Títulos da Dívida Agrária	29	30
Letras Financeiras	17.075	16.858
Debêntures não conversíveis	6.794	6.797
Total da Carteira (R\$ mil)	285.193	277.402
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	48.924	48.994
Entre 1 a 5 anos	7.263	7.259
A partir de 5 anos	229.006	221.149
Total da Carteira (R\$ mil)	285.193	277.402

Plano de Gestão Administrativa	2.013	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza dos títulos		
Fundos Exclusivos	57.141	55.479
Letras Financeiras	5.656	5.664
Notas do Tesouro Nacional	51.485	49.815
Total da Carteira (R\$ mil)	57.141	55.479
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	31.823	31.823
Entre 1 a 5 anos	5.656	5.664
A partir de 5 anos	19.662	17.992
Total da Carteira (R\$ mil)	57.141	55.479

As aplicações em cotas do fundo de investimento em Direitos Creditórios representam um patrimônio de R\$28.472 mil (2013) e R\$28.440 mil (2012). Fundo de Participação representam um patrimônio de R\$134.427 mil (2013) e R\$89.339 mil (2012)

Fundo Imobiliário representam um patrimônio de R\$ 37.000 mil (2013) e R\$45.480 mil (2012).

Os títulos componentes deste patrimônio estão classificados em “para negociação”.

O valor financeiro do patrimônio é representado pelo valor unitário da cota na data do balanço.

7.3 PROVISÃO PARA PERDAS

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 121.180 mil (R\$ 131.810 mil em 2012), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

No exercício de 2010 foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho de 2010, no montante de R\$ 16.458 mil, e o segundo em janeiro de 2011 no valor de R\$ 29.623 mil.

Em 14 de janeiro de 2013, a Real Grandeza recebeu a importância de R\$10.630 mil referente ao terceiro rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$57.711, o que representa uma recuperação de 18,5% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575.

Existe ainda provisão no valor de R\$ 231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança de valores devidos.

Foi constituída provisão no valor de R\$3.271 mil (2013) e R\$4.167 mil (2012) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, assim segregados: Para o Plano BD R\$3.066 mil (2013) e R\$4.012 (2012) e para o Plano CD R\$205 mil (2013) e R\$155 mil (2012).

7.4 REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Em 2011, a Real Grandeza procedeu à reavaliação de todos os imóveis por intermédio dos avaliadores independentes, Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda e Câmara de Consultores Associados Ltda – CCA, atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O resultado positivo da reavaliação, R\$181.054 mil, foi registrado em dezembro de 2011, como receita do mercado imobiliário.

Localização dos Imóveis	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A – RJ	51.378	110.460	59.082
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B – RJ	32.788	63.114	30.326
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C – RJ	65.455	132.415	66.960
Rodovia Presidente Dutra, 238 – RJ	3.301	5.650	2.349
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 – Angra dos Reis	2.660	4.613	1.953
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 – SP	20.302	23.360	3.058
Rua Mena Barreto, 143 – RJ	15.674	33.000	17.326
Total (R\$ mil)	191.558	372.612	181.054

8. GESTÃO ASSISTENCIAL – ATIVO

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE	110.108	131.044
Disponível	317	158
Realizável	109.791	130.886
Aplicações	105.274	125.723
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.503	1.652
Títulos e Créditos a Receber	3.014	3.511
ATIVO NÃO CIRCULANTE	883	851
Realizável a Longo Prazo	883	851
Valores e Bens	883	851
TOTAL DO ATIVO	110.991	131.895

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL**9.1 GESTÃO PREVIDENCIAL**

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos, vide composição abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Benefícios a pagar	4.476	2.733
Retenções a Recolher	17.610	14.735
Recursos Antecipados	6.806	13.979
Outras exigibilidades	305	163
Total (R\$ mil)	<u>29.197</u>	<u>31.610</u>

Em Recursos Antecipados estão registrados os valores referentes às contribuições eternas repassadas pelas patrocinadoras, Furnas e Eletronuclear, de janeiro de 2011 até o mês anterior ao da assinatura dos contratos citados na nota explicativa 5.3.

9.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela EFPC com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a pagar	5.423	5.385
Retenções a Recolher	608	878
Outras exigibilidades	181	181
Total (R\$ mil)	<u>6.212</u>	<u>6.444</u>

9.3 INVESTIMENTOS

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos e financiamentos solicitados pelos participantes e não creditados.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Investimentos Imobiliários	5.906	1
Empréstimos e financiamentos	492	138
Total (R\$ mil)	<u>6.398</u>	<u>139</u>

Em 13/12/2013 foi recebido da Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda. a importância de R\$5.890 mil como sinal para compra do imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina nº 845 – São Paulo.

A conclusão do processo de venda está dependente da decisão do locatário atual quanto ao exercício ou não do direito de preferência na compra do referido imóvel.

10. CONTINGENCIAL**10.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL**

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora. Existem outras ações judiciais em que a Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente, diante de um determinado elenco de reclamantes. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Existe ainda, um terceiro segmento de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

E por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$104.859 mil (2013) e R\$113.093 mil (2012), refere-se a diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40;
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995;
- Diferenças salariais e revisões de benefícios diversos.

10.2 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A provisão constituída no montante de R\$2.433 mil (2013) e R\$1.994 mil (2012) refere-se em quase sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados, à exceção de uma ação por danos morais.

10.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$21.153 mil (2013) e R\$ 20.663 mil (2012), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF e a duas demandas judiciais com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro onde se discute os valores de IPTU:

- Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$9.098 mil (2013) e R\$8.910 mil (2012);
- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$3.687 mil (2013) e R\$3.561 mil (2012);
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$2.249 mil (2013) e de R\$2.203 mil (2012);
- Pelo não recolhimento da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$6.009 mil (2013) e R\$5.879 mil (2012)
- A provisão para o I P T U no valor de R\$ 110 mil refere-se a diferenças de impostos e a cobrança de valores passados onde se discute a prescrição, sendo R\$93 mil com a prefeitura do Rio de Janeiro e R\$ 17 mil com a de São Paulo.

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

10.4 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A Real Grandeza, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987. Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs.

Em 30 de junho de 2011 foi protocolada a petição de início da execução da ação em referência, onde a expectativa do valor a receber pela Real Grandeza montava em R\$81.078 mil, de acordo com o posicionamento dos patronos responsáveis pela execução da sentença, os Drs. Walter Silva, do escritório Figueiredo e Silva, Carlos Eduardo Martins do escritório Carlos Mafra de Laet Advogados e Fábio Kurtz, do escritório Siqueira Castro Advogados.

10.5. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em junho de 2006 a Real Grandeza impetrou Mandato de Segurança objetivando o reconhecimento do seu direito de não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS, nos moldes estipulados pelo artigo 3º da Lei nº 9.718/98, obtendo sentença e acórdão em sentido favorável.

Com o entendimento jurídico, à época, amplamente favorável e com base em parecer dos patronos da ação, a Real Grandeza reverteu às provisões contábeis referentes ao PIS e COFINS.

Ocorre que quando do julgamento das ações de duas instituições financeiras de cunho comercial, foi novamente levantada à discussão sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS das instituições financeiras. A decisão ainda está pendente de julgamento final pelo Plenário do STF e será definida por meio da sistemática da repercussão geral.

Em virtude desses processos, todas as ações movidas por instituições financeiras sobre o tema tiveram seu julgamento sobrestado, aguardando o posicionamento da Corte Suprema. E as entidades fechadas de previdência complementar estão sendo equiparadas as instituições financeiras pela maioria dos julgadores.

Portanto, o desafio atual nas demandas relativas ao PIS e COFINS está em demonstrar que não podemos ser equiparados a instituições financeiras para esse fim específico.

Cabe ressaltar que o panorama atual da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais é, na sua grande maioria, desfavorável à tese jurídica defendida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Tendo em vista o contexto atual, informamos abaixo o montante referente ao PIS e COFINS, em discussão e os encargos do período.

	De 2007 a 2013		
	Principal	Encargos	Total
PIS	2.005	532	2.537
COFINS	12.339	3.272	15.611

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

11.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos - totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras; e
- Benefícios a conceder - registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

11.2 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Plano de Benefício Definido	2013	2012
Benefícios concedidos	6.534.657	5.346.950
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	6.534.657	5.346.950
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	6.078.975	4.956.121
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	455.682	390.829
Benefícios a conceder	3.557.050	3.649.316
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	3.512.617	3.573.454
Valor atual dos benefícios futuros programados	3.709.653	3.816.224
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(98.518)	(124.992)
Valor atual das contribuições futuras dos part icipantes	(98.518)	(117.778)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	44.433	75.862
Valor atual dos benefícios futuros não programados	48.389	81.714
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(1.978)	(2.926)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(1.978)	(2.926)
Total (R\$ mil)	10.091.707	8.996.266

Plano de Contribuição Definida	2013	2012
Benefícios concedidos	15.261	6.970
Contribuição definida - saldo de contas	4.512	1.659
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	10.749	5.311
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	5.051	1.792
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	5.698	3.519
Benefícios a conceder	443.608	411.094
Contribuição definida	426.404	394.513
Saldo de contas - parcela patrocinadores	184.158	169.731
Saldo de contas - parcela participantes	242.246	224.782
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. programado	4	-
Valor atual dos benefícios futuros programados	4	-
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	17.200	16.581
Valor atual dos benefícios futuros não programados	30.299	34.501
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(13.099)	(17.920)
Total (R\$ mil)	458.869	418.064

11.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	2,00%	2,00%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	2,50%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%)	T-1 Service Table
Tábua de mortalidade geral	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Hipótese familiar dos participantes	90% casados e esposa 4 anos mais jovem	90% casados e esposa 4 anos mais jovem
Hipótese familiar dos assistidos	Família Informada	Família Informada
Hipótese de aposentadoria:		
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

Destacamos que na avaliação atuarial de 2013 ocorreram as seguintes alterações nas hipóteses atuariais:

Hipóteses atuariais	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,50%	5,75%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)	RP-2000 Geracional (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Wyatt-85 Class 1 (segregada por sexo)

A seguir demonstramos os efeitos destas alterações nas provisões matemáticas dos Planos de Benefícios:

Hipóteses atuariais	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	269.560	869
Tábua de mortalidade geral	168.775	5.727
Tábua de entrada em invalidez	(2.542)	(13.839)

Destacamos ainda que o crescimento real dos salários acima do esperado (2%) também gerou um acréscimo adicional de R\$ 10 milhões nas provisões matemáticas do Plano BD.

Método Atuarial – Crédito Unitário Projetado

Em 2013, o método de avaliação atuarial adotado para o Plano CD nos benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e o Benefício Mínimo foi alterado do método Agregado para o Crédito Unitário Projetado – PUC, passando a apresentar resultado no final do exercício.

11.4 FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo - tem o objetivo de garantir os recursos futuros para suprir os gastos com a estrutura administrativa.

	2013	2012
Fundo Administrativo	66.167	62.854

- Fundo dos Investimentos - destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante.

No exercício de 2013 foi realizado um trabalho de reavaliação da carteira de empréstimo, analisando a efetiva possibilidade de cobrança de dívidas antigas no Plano BD, o que ocasionou uma maior utilização do Fundo para quitação dos empréstimos considerados incobráveis.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano BD	2013	2012
Saldo Inicial do Exercício	61.297	48.561
Contribuições para Fundo	6.190	6.883
Utilizações por falecimento	(2.861)	(2.682)
Utilizações por quitação de dívidas	(13.549)	(3.336)
Fluxo de Investimento	(3.120)	11.871
Saldo Final do Exercício	47.957	61.297

Plano CD	2013	2012
Saldo Inicial do Exercício	1.268	819
Contribuições para Fundo	376	361
Utilizações por falecimento	(79)	(97)
Utilizações por quitação de dívidas	(4)	(19)
Fluxo de Investimento	(81)	204
Saldo Final do Exercício	1.480	1.268
Total - Plano BD e CD	49.437	62.565

12. GESTÃO ASSISTENCIAL – PASSIVO

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PASSIVO	2013	2012
PASSIVO CIRCULANTE	16.035	16.390
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13.301	13.210
Provisão de Eventos a Liquidar	912	1.318
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	12.389	11.892
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	53	487
Tributos e Contribuições a Recolher	33	23
Débitos Diversos	2.648	2.670
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	554	641
Exigível a Longo Prazo	554	641
Provisões	554	641
PATRIMÔNIO SOCIAL	94.402	114.864
Patrimônio Social	94.402	114.864
TOTAL DO PASSIVO	110.991	131.895

13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

13.1 BASE DE APURAÇÃO

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades. As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato. Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar. As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

13.2 ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(21.259)	(1.620)	(18.631)	(41.510)
Despesas comuns	(19.318)	(1.450)	(17.263)	(38.031)
Pessoal e encargos	(14.540)	(1.096)	(13.028)	(28.664)
Treinamentos/congressos	(75)	(6)	(92)	(173)
Viagens e estadias	(69)	(4)	(54)	(127)
Serviços de terceiros	(1.083)	(41)	(590)	(1.714)
Despesas gerais	(3.241)	(279)	(3.189)	(6.709)
Depreciação e amortização	(310)	(24)	(310)	(644)
Despesas específicas	(1.941)	(170)	(1.368)	(3.479)
Serviços de terceiros	(797)	(126)	(909)	(1.832)
Despesas gerais	(1.144)	(44)	(459)	(1.647)
Administração dos investimentos	(15.319)	(612)	(164)	(16.095)
Despesas comuns	(15.085)	(602)	(164)	(15.851)
Despesas específicas	(234)	(10)	-	(244)
Serviços de terceiros	(234)	(10)	-	(244)
Total (R\$ mil)	(36.578)	(2.232)	(18.795)	(57.605)

A diferença de R\$ 439 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo fundo administrativo até a conclusão dos processos.

13.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados tendo como base dezembro de 2013, foram R\$22.116,73 e R\$1.745,85, respectivamente. Esses valores incluem salário, adicional por tempo de serviço e gratificação de função conforme política salarial da entidade.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apresentamos abaixo o custo com a remuneração da administração, composta pelos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva e do quadro de Pessoal Próprio.

O custo de cessão representa os valores reembolsados às patrocinadoras pelos empregados cedidos que exercem cargos na diretoria executiva.

	2013	2012
Conselhos Deliberativo e Fiscal	1.143	1.251
Honorários	934	1.021
Encargos	209	230
Diretoria Executiva	4.250	3.687
Honorários	1.124	1.035
Custo de Cessão	2.864	2.409
Encargos	262	243
Pessoal Próprio	35.070	30.944
Remuneração	21.569	19.342
Encargos	13.501	11.602
Total (R\$ mil)	40.463	35.882

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de 51.650 mil (R\$49.986 mil em 2012) e R\$ 14.517 mil (R\$12.868 mil em 2012), os valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa, referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$ 5.183 mil (R\$5.443 mil em 2012) e o valor de R\$ 6 mil (R\$ 29 mil em 2012) a ser repassado pelo plano BD ao Plano CD.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

	2013					
	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo
				Débito	Crédito	Consolidado
Disponível	1.581	163	232	-	-	1.976
Realizável	10.763.348	473.082	71.915	-	71.356	11.236.989
Gestão Previdencial	245.801	9.436	-	-	6	255.231
Gestão Administrativa	51.650	14.518	10.709		71.350	5.527
Investimentos	10.465.897	449.128	61.206	-	-	10.976.231
Permanente	-	-	2.678	-	-	2.678
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Ativo	10.764.929	473.245	74.825	-	71.356	11.352.634
Exigível Operacional	40.127	657	6.212	5.189	-	41.807
Gestão Previdencial	33.810	576	-	5.189	-	29.197
Gestão Administrativa	-	-	6.212	-	-	6.212
Investimentos	6.317	81	-	-	-	6.398
Exigível Contingencial	125.999	-	2.446	-	-	128.445
Gestão Previdencial	104.859	-	-	-	-	104.859
Gestão Administrativa	-	-	2.433	-	-	2.433
Investimentos	21.140	-	13	-	-	21.153
Patrimônio Social	10.598.803	472.588	66.167	66.167	-	11.071.391
Patrimônio de Cobertura	10.499.196	456.591	-	-	-	10.955.787
Fundos	99.607	15.997	66.167	66.167	-	115.604
Administrativos	51.650	14.517	66.167	66.167		66.167
Investimentos	47.957	1.480	-	-	-	49.437
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Passivo	10.764.929	473.245	74.825	71.356	-	11.352.634

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

	2012					
	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo Consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	878	104	55	-	-	1.037
Realizável	11.660.803	432.602	67.905	-	68.326	12.092.984
Gestão Previdencial	298.092	8.303	-	-	29	306.366
Gestão Administrativa	49.986	12.868	10.895	-	68.297	5.452
Investimentos	11.312.725	411.431	57.010	-	-	11.781.166
Permanente	-	-	3.345	-	-	3.345
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	131.895
Total do Ativo	11.661.681	432.706	71.305	-	68.326	12.229.261
Exigível Operacional	36.715	506	6.444	5.472	-	38.193
Gestão Previdencial	36.610	472	-	5.472	-	31.610
Gestão Administrativa	-	-	6.444	-	-	6.444
Investimentos	105	34	-	-	-	139
Exigível Contingencial	133.743	-	2.007	-	-	135.750
Gestão Previdencial	113.093	-	-	-	-	113.093
Gestão Administrativa	-	-	1.994	-	-	1.994
Investimentos	20.650	-	13	-	-	20.663
Patrimônio Social	11.491.223	432.200	62.854	62.854	-	11.923.423
Patrimônio de Cobertura	11.379.940	418.064	-	-	-	11.798.004
Fundos	111.283	14.136	62.854	62.854	-	125.419
Administrativos	49.986	12.868	62.854	62.854	-	62.854
Investimentos	61.297	1.268	-	-	-	62.565
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	131.895
Total do Passivo	11.661.681	432.706	71.305	68.326	-	12.229.261

15. FISCALIZAÇÃO DA SPC

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames.

Seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

16. NOVO PLANO DE CUSTEIO

Levando-se em consideração as exigências no citado Relatório de Fiscalização, com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo aprovou em 23/11/2009, por meio da RC nº 001/172, um novo plano de custeio definido em regulamento, visando equacionar o equilíbrio financeiro-atuarial e outros aspectos identificados pelo grupo de trabalho designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano.

Este plano de custeio e a alteração regulamentar foram encaminhados as Patrocinadoras e ao DEST para análise e aprovação. As negociações para aprovação junto ao DEST estenderam-se até o exercício de 2011, mas não obtiveram êxito.

Em virtude da não aprovação pelo DEST do plano de custeio apresentado em 2009, a REAL GRANDEZA elaborou novo plano de custeio para o Plano BD com novas taxas de contribuição, preservando-se, entretanto, a busca pelo equacionamento do equilíbrio financeiro-atuarial e das questões legais e atuariais identificadas pelo grupo de trabalho designado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo, em 27/12/2011, através da RC nº 002/229 aprovou o novo plano de custeio do Plano BD onde as principais alterações são:

- Redução de contribuição para Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, visando eliminar o excesso de contribuição em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza.

A contratação acima foi concluída conforme Notas Explicativas nº5.3.

O novo plano está aprovado pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e também foi submetido à avaliação do DEST que apresentou algumas recomendações, as quais foram cumpridas através da RC 001/248. No entanto, ainda não pode ser implantado, pois nem todos os trâmites para aprovação junto a PREVIC foram concluídos.

Cabe ressaltar que se o plano de custeio proposto fosse aplicado de imediato, o impacto no resultado do plano BD seria de R\$ 718.089 mil, tendo em vista a redução das contribuições futuras.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

17.1 REDUÇÃO GRADUAL DA TAXA DE JUROS

Conforme previsto na Resolução CNPC nº9/2012 a taxa real juros utilizada para cálculo das provisões matemáticas deverá ser reduzida gradualmente para 4,5% a.a. até 2018. As estimativas atuais projetam uma necessidade de aumento das provisões matemáticas de aproximadamente R\$1.080 milhões, além dos 270 milhões incorporados na avaliação atuarial do exercício.

A resolução em questão permite a adoção de taxa real de juros superior aos limites estipulados, mas limitada a 6% a.a., desde que autorizada anualmente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com base em estudo que comprove a sua plena adequação e aderência.

Portanto, o valor real do impacto nas provisões matemáticas será calculado à medida que as reduções da taxa real de juros forem aplicadas como previsto na legislação.

17.2. DEFICIT TÉCNICO DO PLANO CD

Como previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, não será necessário elaborar, de imediato, plano de equacionamento de deficit, tendo em vista que o deficit técnico apurado no exercício é inferior a 10% das provisões matemáticas, no entanto a Real Grandeza deverá formalizar estudos que demonstrem que o fluxo financeiro do plano seja suficiente para honrar os compromissos do período.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

ARISTIDES LEITE FRANÇA

Diretor Presidente
CPF: 308.775.557-53

WILSON NEVES DOS SANTOS

Diretor de Administração e Finanças
CPF: 225.017.467-91

ROBERTO DE CARVALHO PANISSET

Diretor de Seguridade
CPF: 263.050.707-68

EDUARDO HENRIQUE GARCIA

Diretor de Investimentos
CPF: 815.247.496-72

HORÁCIO DE OLIVEIRA

Diretor - Ouvidor
CPF: 108.869.157-91

CONTADOR RESPONSÁVEL

MARCOS AURÉLIO NAVES MARTINS

Contador – CRC 75077-O/6-RJ
CPF: 617.721.007-49

ANEXO 3

Demonstrações Contábeis do Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

PÁGINA EM BRANCO

**NUCLEOS - Instituto
de Seguridade Social**
Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2013 e
relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Opinião

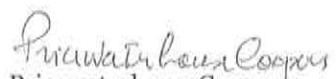
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

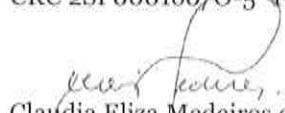
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Os exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio social	Nota	2013	2012
Disponível	4	3.823	81	Exigível operacional	9	3.397	1.124
Realizável		1.884.997	1.979.451	Gestão previdencial		2.062	192
Gestão previdencial	5	343.705	335.184	Gestão administrativa		1.291	882
Gestão administrativa	6	211	165	Investimentos		44	50
Investimentos	7	1.541.081	1.644.102	Exigível contingencial	10	5.886	7.456
Créditos privados e depósitos		21.562	26.464	Gestão previdencial		446	2.351
Fundos de investimento		1.443.718	1.542.934	Gestão administrativa		164	152
Investimentos imobiliários		41.307	40.738	Investimentos		5.276	4.953
Empréstimos		11.491	10.702	Patrimônio social		1.880.365	1.971.549
Depósitos judiciais/recursais		7.548	7.116	Patrimônio de cobertura do plano	11	1.865.479	1.845.494
Outros realizáveis		15.455	16.148	Provisões matemáticas		2.138.925	1.845.494
Permanente	8	828	597	Benefícios concedidos		478.368	424.424
Imobilizado		708	494	Benefícios a conceder		1.705.474	1.471.443
Intangível		100	55	(-) Provisões matemáticas a constituir		(44.917)	(50.373)
Diferido		20	48	Equilíbrio técnico		(273.446)	
				Resultados realizados		(273.446)	
				(-) Déficit técnico acumulado		(273.446)	
				Fundos	12	14.886	126.055
				Fundos previdenciais		8.122	119.392
				Fundos administrativos		5.585	5.508
				Fundos dos investimentos		1.179	1.155
Total do ativo		<u>1.889.648</u>	<u>1.980.129</u>	Total do passivo e patrimônio social		<u>1.889.648</u>	<u>1.980.129</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração da mutação do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Patrimônio social - início do exercício	<u>1.971.549</u>	<u>1.579.103</u>	<u>24,85</u>
1 Adições	<u>245.256</u>	<u>547.955</u>	<u>(55,24)</u>
Contribuições previdenciais	230.863	196.177	17,68
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial		338.503	(100,00)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	1.972		100,00
Receitas administrativas	12.397	12.068	2,73
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa		894	(100,00)
Constituição de fundos de investimento	24	313	(92,33)
2 Destinações	<u>(336.440)</u>	<u>(155.509)</u>	<u>116,35</u>
Benefícios	(173.425)	(143.001)	21,28
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(150.695)		100,00
Constituição de contingências - Gestão previdencial		(1.089)	(100,00)
Despesas administrativas	(12.176)	(11.385)	6,95
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(135)		100,00
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(9)	(34)	(73,53)
3 Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social (1+2)	<u>(91.184)</u>	<u>392.446</u>	<u>(123,23)</u>
Provisões matemáticas	293.431	271.198	8,20
Déficit técnico do exercício	(273.446)		(100,00)
Fundos previdenciais	(111.270)	119.392	(193,20)
Fundos administrativos	77	1.543	(95,01)
Fundos dos investimentos	24	313	(92,33)
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	<u>1.880.365</u>	<u>1.971.549</u>	<u>(4,62)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Fundo administrativo do exercício anterior	<u>5.508</u>	<u>3.965</u>	<u>38,92</u>
1 Custeio da gestão administrativa	<u>12.397</u>	<u>12.962</u>	<u>(4,36)</u>
1.1 Receitas	<u>12.397</u>	<u>12.962</u>	<u>(4,36)</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	11.129	10.504	5,95
Custeio administrativo dos investimentos	1.116	1.402	(20,40)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	65	88	(26,14)
Receitas diretas	25	52	(51,92)
Resultado positivo dos investimentos		894	(100,00)
Outras receitas	62	22	181,82
2 Despesas administrativas	<u>12.185</u>	<u>11.419</u>	<u>6,71</u>
2.1 Administração previdencial	<u>6.369</u>	<u>6.821</u>	<u>(6,83)</u>
Pessoal e encargos	3.806	4.093	(7,01)
Treinamentos/congressos e seminários	68	80	(15,00)
Viagens e estadias	86	90	(4,44)
Serviços de terceiros	1.073	959	11,89
Despesas gerais	1.231	1.497	(17,77)
Depreciações e amortizações	96	68	41,18
Contingências	9	34	(73,53)
2.2 Administração dos investimentos	<u>5.816</u>	<u>4.598</u>	<u>26,49</u>
Pessoal e encargos	3.513	2.716	29,34
Treinamentos/congressos e seminários	64	53	20,75
Viagens e estadias	79	59	33,90
Serviços de terceiros	935	731	27,91
Despesas gerais	1.137	994	14,39
Depreciações e amortizações	88	45	95,56
3 Resultado negativo dos investimentos	<u>135</u>		<u>100,00</u>
4 Sobra da gestão administrativa (1-2-3)	<u>77</u>	<u>1.543</u>	<u>(95,01)</u>
5 Constituição do fundo administrativo (4)	<u>77</u>	<u>1.543</u>	<u>(95,01)</u>
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	<u>5.585</u>	<u>5.508</u>	<u>1,40</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração do ativo líquido
do plano de benefício definido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
1 Ativos	<u>1.888.193</u>	<u>1.979.095</u>	<u>(4,59)</u>
Disponível	3.847	75	4989,33
Recebível	349.290	340.692	2,52
Investimento	<u>1.535.086</u>	<u>1.638.328</u>	<u>(6,30)</u>
Créditos privados e depósitos	21.562	26.464	(18,52)
Fundos de investimento	1.437.723	1.537.160	(6,47)
Investimentos imobiliários	41.307	40.738	1,40
Empréstimos	11.491	10.702	7,37
Depósitos judiciais/recursais	7.548	7.116	6,07
Outros realizáveis	15.455	16.148	(4,29)
2 Obrigações	<u>7.828</u>	<u>7.546</u>	<u>3,74</u>
Operacional	2.106	242	770,25
Contingencial	5.722	7.304	(21,66)
3 Fundos não previdenciais	<u>6.764</u>	<u>6.663</u>	<u>1,52</u>
Fundos administrativos	5.585	5.508	1,40
Fundos dos investimentos	1.179	1.155	2,08
4 Resultados a realizar			<u>0,00</u>
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	<u>1.873.601</u>	<u>1.964.886</u>	<u>(4,65)</u>
Provisões matemáticas	2.138.925	1.845.494	15,90
Déficit técnico	(273.446)		(100,00)
Fundos previdenciais	8.122	119.392	(93,20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração da mutação do ativo líquido do plano de benefício definido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Ativo líquido - início do exercício	1.964.886	1.574.296	24,81
1 Adições	<u>243.964</u>	<u>545.184</u>	<u>(55,25)</u>
Contribuições previdenciais	241.992	206.681	17,08
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial		338.503	(100,00)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	1.972		100,00
2 Destinações	<u>(335.249)</u>	<u>(154.594)</u>	<u>116,86</u>
Benefícios	(173.425)	(143.001)	21,28
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(150.695)		100,00
Constituição de contingências - Gestão previdencial		(1.089)	(100,00)
Custeio administrativo	(11.129)	(10.504)	5,95
3 Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido (1+2)	<u>(91.285)</u>	<u>390.590</u>	<u>(123,37)</u>
Provisões matemáticas	293.431	271.198	8,20
Fundos previdenciais	(111.270)	119.392	(193,20)
Déficit técnico do exercício	(273.446)		(100,00)
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	<u>1.873.601</u>	<u>1.964.886</u>	<u>(4,65)</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>6.764</u>	<u>6.663</u>	<u>1,52</u>
Fundos administrativos	5.585	5.508	1,40
Fundos dos investimentos	1.179	1.155	2,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração das provisões técnicas
do plano de benefício definido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	<u>1.882.608</u>	<u>1.973.587</u>	<u>(4,61)</u>
1 Provisões matemáticas	<u>2.138.925</u>	<u>1.845.494</u>	<u>15,90</u>
1.1 Benefícios concedidos	<u>478.368</u>	<u>424.424</u>	<u>12,71</u>
Benefício definido	<u>478.368</u>	<u>424.424</u>	<u>12,71</u>
1.2 Benefícios a conceder	<u>1.705.474</u>	<u>1.471.443</u>	<u>15,90</u>
Benefício definido	<u>1.705.474</u>	<u>1.471.443</u>	<u>15,90</u>
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(44.917)</u>	<u>(50.373)</u>	<u>(10,83)</u>
(-) Serviço passado	<u>(44.917)</u>	<u>(50.373)</u>	<u>(10,83)</u>
(-) Patrocinadores	<u>(44.917)</u>	<u>(50.373)</u>	<u>(10,83)</u>
2 Equilíbrio técnico	<u>(273.446)</u>		<u>(100,00)</u>
2.1 Resultados realizados	<u>(273.446)</u>		<u>(100,00)</u>
(-) Déficit técnico acumulado	<u>(273.446)</u>		<u>(100,00)</u>
3 Fundos	<u>9.301</u>	<u>120.547</u>	<u>(92,28)</u>
3.1 Fundos previdenciais	<u>8.122</u>	<u>119.392</u>	<u>(93,20)</u>
3.2 Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	<u>1.179</u>	<u>1.155</u>	<u>2,08</u>
4 Exigível operacional	<u>2.106</u>	<u>242</u>	<u>770,25</u>
4.1 Gestão previdencial	<u>2.062</u>	<u>192</u>	<u>973,96</u>
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	<u>44</u>	<u>50</u>	<u>(12,00)</u>
5 Exigível contingencial	<u>5.722</u>	<u>7.304</u>	<u>(21,66)</u>
5.1 Gestão previdencial	<u>446</u>	<u>2.351</u>	<u>(81,03)</u>
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	<u>5.276</u>	<u>4.953</u>	<u>6,52</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("NUCLEOS", "Instituto" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

O NUCLEOS administra o Plano Básico de Benefícios - PBB (CNPB nº 19.790.022-74), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, conta com 3.678 participantes ativos (3.628 em 2012) e 1.047 assistidos (1.002 em 2012).

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pela PREVIC. Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos da Entidade, que devem estar em consonância com a legislação em vigor, com o estatuto social e o regulamento do plano de benefícios a que os participantes estão vinculados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), principalmente, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013, publicada no Diário Oficial da União de 30/08/2013, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de benefícios - DOAP foi substituída pela Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT. As provisões técnicas representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de fevereiro de 2014.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 Resultado das operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 Gestão previdencial - Realizável

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso, contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço. A atualização das contribuições em atraso em discussão judicial foram totalmente provisionadas para perda.

3.3 Gestão administrativa - Realizável

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4 Investimentos - Realizável

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e de renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

3.5 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do NUCLEOS classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

3.6 Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7 Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

3.9 Patrimônio social

(a) Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

(b) Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

3.10 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos das disponibilidades em 31 de dezembro de 2013, no total de R\$ 3.823 (R\$ 81 em 2012), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5 Gestão previdencial

A composição dos valores a receber da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuições normais do mês (i)	5.375	4.623
Contribuições extraordinárias do mês (i)	1.076	1.024
Contribuições em atraso (ii)		
Contribuições contratadas (iii)	336.347	328.281
Depósitos judiciais e recursais (iv)	808	1.140
Outros realizáveis (v)	<u>99</u>	<u>116</u>
	<u>343.705</u>	<u>335.184</u>

(i) Referem-se às contribuições normais e extraordinárias relativas ao mês de dezembro de 2013, que foram regularmente recebidas em janeiro de 2014.

(ii) Contribuições em atraso

Registra as contribuições não recolhidas e não contratadas pela patrocinadora NUCLEP relativas aos períodos a seguir descritos. Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na no item (iii) letra (d) desta Nota. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuições devidas até agosto/1988	14.346	12.707
(-) Provisão para perda	(14.346)	(12.707)
Contribuições devidas de janeiro/1995 a dezembro/2000	28.641	25.369
(-) Provisão para perda	<u>(28.641)</u>	<u>(25.369)</u>
	<u> </u>	<u> </u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(iii) Contribuições contratadas

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e NUCLEP, firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, (Termo de Transação), além das contribuições em atraso, objeto do contrato firmado com a NUCLEP em 31 de dezembro de 1994, em que o montante da dívida encontra-se em discussão na esfera judicial. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
INB - contrato de maio/2006 (a)	156.253	152.938
NUCLEP - contrato de novembro/2007 (b)	180.094	175.343
NUCLEP - dívida em discussão judicial (c) e (d)	569.502	448.209
(-) Provisão para perda	<u>(569.502)</u>	<u>(448.209)</u>
	<u>336.347</u>	<u>328.281</u>

(a) Patrocinadora INB

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada, existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de transação, será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	152.938	145.394
Parcelas pagas	(14.148)	(9.754)
Atualização	<u>17.463</u>	<u>17.298</u>
Saldo no final do exercício	<u>156.253</u>	<u>152.938</u>

(b) Patrocinadora NUCLEP - contrato de novembro de 2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora NUCLEP e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição parcial da dívida previdencial e assistencial, no valor de R\$ 120.111, atualizada até outubro de 2007, oriunda da ação de cobrança movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001). Pelos termos do acordo, a dívida será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	175.343	167.595
Parcelas pagas	(15.251)	(12.380)
Atualização	<u>20.002</u>	<u>20.128</u>
Saldo no final do exercício	<u>180.094</u>	<u>175.343</u>

(c) Patrocinadora NUCLEP - dívida em discussão judicial

Refere-se ao saldo da dívida em discussão judicial, objeto da Ação de Cobrança (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP, como segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 146.514 (R\$ 115.309 em 2012).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 422.988 (R\$ 332.900 em 2012).

(d) Cobrança judicial - dívidas da gestão previdencial

Em dezembro de 2002, a Entidade ajuizou Ação de Cobrança contra a NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), para o recebimento de contribuições em atraso, contratadas e não contratadas, devidas pela referida patrocinadora.

Em julho de 2007, por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento do montante de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006.

Em novembro de 2007, em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP. O valor parcial equacionado, em 31 de outubro de 2007, montava a R\$ 120.111.

Em julho de 2011, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela NUCLEP, para reduzir a condenação imposta na decisão proferida em julho de 2007. De acordo com essa decisão a dívida ficaria reduzida à importância de R\$ 120.111, valor atualizado em 31 de outubro de 2007 e objeto do equacionamento parcial firmado pelas partes, conforme Termo de Transação, homologado judicialmente.

Em maio de 2012, pretendendo a reforma do acórdão proferido em julho de 2011, no julgamento da apelação, o NUCLEOS interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 2012, o NUCLEOS interpôs Agravos de Instrumento contra a decisão que inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário. O Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi autuado sob o nº 222312, distribuído à Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, e aguarda julgamento, ficando a remessa do Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário ao STF condicionada ao julgamento do primeiro recurso.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A dívida total em discussão na ação de cobrança tratada nesta Nota, pendente de decisão judicial, engloba as contribuições descritas nos itens (ii) e (iii) letra (c) desta Nota, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro, monta:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuições devidas até agosto de 1988	14.346	12.707
Contribuições devidas após agosto de 1988	<u>28.641</u>	<u>25.369</u>
Subtotal - Contribuições em atraso	<u>42.987</u>	<u>38.076</u>
Contribuições contratadas (Previdencial)	146.514	115.309
Contribuições contratadas (Assistencial)	<u>422.988</u>	<u>332.900</u>
Subtotal - Contribuições contratadas	<u>569.502</u>	<u>448.209</u>
	<u>612.489</u>	<u>486.285</u>

(iv) Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 808 (R\$ 1.140 em 2012).

(v) Outros realizáveis

Correspondem principalmente aos valores pendentes a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS, por conta de convênio com o INSS encerrado em 2009. O saldo da rubrica "outros realizáveis", em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 99 (R\$ 116 em 2012).

6 Gestão administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes, os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa e o saldo do almoxarifado. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber	73	79
Despesas antecipadas	58	20
Depósitos judiciais/recursais	<u>80</u>	<u>66</u>
	<u>211</u>	<u>165</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

7 Investimentos

A composição dos investimentos, posição consolidada, em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos privados e depósitos		
Certificados de depósito bancário - CDB	5.528	5.100
Debêntures não conversíveis	<u>16.034</u>	<u>21.364</u>
Total de créditos privados e depósitos	<u>21.562</u>	<u>26.464</u>
Fundos de investimento		
Fundos de investimento renda fixa	501.861	826.410
Fundos de investimento multimercado	662.140	466.524
Fundos de investimento em ações	250.577	220.128
Fundos de investimento em participações	<u>29.140</u>	<u>29.872</u>
Total dos fundos de investimento	<u>1.443.718</u>	<u>1.542.934</u>
Investimentos imobiliários		
Terrenos, edificações e valores a receber	41.103	40.230
Direitos em alienação de investimento imobiliário	<u>204</u>	<u>508</u>
Total de investimentos imobiliários	<u>41.307</u>	<u>40.738</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	<u>11.491</u>	<u>10.702</u>
Depósitos judiciais e recursais	<u>7.548</u>	<u>7.116</u>
Outros realizáveis	<u>15.455</u>	<u>16.148</u>
Total dos investimentos	<u>1.541.081</u>	<u>1.644.102</u>

(a) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados como:

(i) Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	2013		2012	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos privados				
Debêntures não conversíveis				
Triunfo Participações (TRFP)			6.108	6.108
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	4.361	4.361	4.201	4.201
Sanesalto Saneamento	11.673	11.673	11.055	11.055
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	35.140		29.635	
(-) Provisão para perda (ULBRA)	(35.140)		(29.635)	
Textil Renaux (TXRX)	15.216		15.111	
(-) Provisão para perda (TXRX)	(15.216)		(15.111)	
	<u>16.034</u>	<u>16.034</u>	<u>21.364</u>	<u>21.364</u>

Por faixa de vencimento:

	2013	2012
Até 360 dias	4.361	6.108
Entre 361 dias e 1.080 dias		4.201
A partir de 1.081 dias	<u>11.673</u>	<u>11.055</u>
	<u>16.034</u>	<u>21.364</u>

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados ao valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Em 2013 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira da Entidade, bem como a carteira de seus fundos exclusivos.

As debêntures de emissão da Triunfo Participações (TRFP) foram resgatadas no vencimento, em 02 de janeiro de 2013, no montante de R\$ 6.112.

O pagamento da parcela da amortização das debêntures de emissão da Sanesalto prevista para 2013, no valor de R\$ 707, correspondente a 5% do valor nominal do título atualizado, foi prorrogado para 24/03/2014, conforme aprovado pela maioria dos debenturistas, na Décima Quinta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 24/01/2014, com o voto contrário do NUCLEOS.

(ii) Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Itaú Unibanco Fundo de Investimento em Ações, Nucleos V - BTG Pactual ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo e Nucleos VII - Vinci Partners Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado na data do balanço.

Os fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	Valor de mercado	
	2013	2012
Créditos privados e depósitos		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.528	5.100
Fundos de investimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.080	8.341
Letras do Tesouro Nacional - LTN	47.387	
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - Série B	744.665	979.178
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - Série C	85.490	103.748
Operação compromissada	55.593	35.833
Debêntures	71.107	78.526
Ações	137.907	154.837
Letras financeiras subordinadas	100.496	92.111
Cotas de fundos de investimento em ações	106.193	59.937
Cotas de fundos de investimento multimercado	56.841	
Cotas de fundos de investimento renda fixa	253	235
Outros/Direitos e obrigações dos fundos	(2.434)	316
Subtotal	1.414.578	1.513.062
Cotas de fundos de investimento em participações		
CRT FIP (a)	23.240	23.948
Energia PCH FIP (b)	5.900	5.924
Total de cotas	29.140	29.872
Total de fundos de investimento	1.443.718	1.542.934
Total de títulos para negociação	1.449.246	1.548.034

- (a) Representa a aplicação efetuada no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP. Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do NUCLEOS é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

O NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas desse CRT FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação não houve interessados.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

- (b) Representa a participação do NUCLEOS, aproximadamente 1%, no fundo de investimento em participações, denominado Energia PCH FIP. A carteira desse fundo é composta, principalmente, por adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. (42,21%) e por ações da referida empresa (53,28%).

(b) Provisão para perdas

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perda, referente à totalidade do investimento em debêntures de emissão da empresa Têxtil Renaux. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 15.216 (R\$ 15.111 em 2012). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda a decisão do processo.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento em debêntures de emissão da empresa ULBRA. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 35.140 (R\$ 29.635 em 2012). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela ULBRA na escritura de emissão de debêntures, e aguarda a decisão do processo.

(c) Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos e deduzidos da depreciação, exceto terrenos. A composição da carteira de imóveis em 31 de dezembro é como segue:

	Data da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em 2013	Valor contábil em 2012
Imóvel					
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	05/2013	11.048	11.985	11.959	11.063
Rua Victor Civita, 66 - Barra	12/2011	3.633	5.415	5.337	5.376
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011		11.940	11.591	11.637
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011		12.000	11.861	11.807
Aluguéis e outros valores a receber				355	347
Direitos em alienação				204	508
				<u>41.307</u>	<u>40.738</u>

As avaliações foram realizadas pelas empresas Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09, e Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

Com a reavaliação do imóvel situado na Praia do Flamengo nº 200, em maio de 2013, foi contabilizado no resultado dos investimentos imobiliários o valor de R\$ 937, referente ao ganho de reavaliação (resultado positivo).

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber monta a R\$ 204 (R\$ 508 em 2012).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(d) Empréstimos

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010.

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Principal e encargos contratuais	12.798	12.163
(-) Provisão para perda	<u>(1.307)</u>	<u>(1.461)</u>
	<u>11.491</u>	<u>10.702</u>

A Entidade adotou todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos.

(e) Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos aos investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 7.548 (R\$ 7.116 em 2012).

(f) Outros realizáveis

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RET	34	34
IOF a recuperar	4.414	5.107
BACEN	6.069	6.069
INSS	<u>4.938</u>	<u>4.938</u>
	<u>15.455</u>	<u>16.148</u>

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que poderão ser utilizados para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

IOF a recuperar - Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007. As parcelas anuais, devidas até o fechamento do balanço, foram recebidas regularmente.

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o BACEN (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8 Permanente

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos e 10% para aparelhos de som e imagem.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

	<u>2012</u>	<u>Depreciação/ amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2013</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	78	(18)	7	(1)	66
Computadores e periféricos	416	(110)	378	(45)	639
Aparelhos de som e imagem			3		3
Total do imobilizado	<u>494</u>	<u>(128)</u>	<u>388</u>	<u>(46)</u>	<u>708</u>
Intangível	<u>55</u>	<u>(28)</u>	<u>73</u>		<u>100</u>
Diferido	<u>48</u>	<u>(28)</u>			<u>20</u>
Total do ativo permanente	<u>597</u>	<u>(184)</u>	<u>461</u>	<u>(46)</u>	<u>828</u>

9 Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição em 31 de dezembro é como segue:

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	42	1
Retenções a recolher	229	191
Recursos antecipados	29	
Obrigações contratadas (a)	1.757	
Outras exigibilidades	<u>5</u>	
	<u>2.062</u>	<u>192</u>
Gestão administrativa		
Contas a pagar	723	595
Retenções a recolher	389	287
Outras exigibilidades	<u>179</u>	
	<u>1.291</u>	<u>882</u>
Investimentos	<u>44</u>	<u>50</u>
Total do exigível operacional	<u>3.397</u>	<u>1.124</u>

- (a) Registra o saldo pendente de compensação e/ou devolução referente ao valor excedente de contribuições normais aportadas pelas patrocinadoras, em comparação com a contribuição normal dos participantes do Plano Básico de Benefícios, na vigência do Plano de Custeio de 2013. O saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 1.757, sendo: INB R\$ 690, Eletronuclear R\$ 864 e NUCLEP R\$ 203. Vide item (c) da Nota 13.

10 Exigível contingencial

(a) Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos escritórios que patrocinam as ações judiciais em que a Entidade é parte. A composição das provisões para contingências, em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisões para contingências		
Gestão previdencial	446	2.351
Gestão administrativa	164	152
Investimentos	<u>5.276</u>	<u>4.953</u>
	<u>5.886</u>	<u>7.456</u>

O valor estimado e não contabilizado envolvido nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pelos escritórios que patrocinam essas ações, monta, em 31 de dezembro de 2013, a R\$ 1.464 (R\$ 3.075 em 2012).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(b) Contingências ativas

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização. A ação movida pela ABRAPP (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado, em novembro de 2010, decisão favorável ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o NUCLEOS efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela ABRAPP. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela PREVIC, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP promoveu a execução da sentença. Após citada, a União Federal opôs embargos à execução e ingressou com Ação Rescisória (processo nº 2012.02.01.000858-3) com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela ABRAPP no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela ABRAPP e aguarda-se o julgamento da Ação.

11 Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2013, a R\$ 1.865.479 (R\$ 1.845.494 em 2012), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade (Plano Básico de Benefícios - PBB).

(a) Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>478.368</u>	<u>424.424</u>
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.636.411	1.411.190
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>69.063</u>	<u>60.253</u>
Total de benefícios a conceder	<u>1.705.474</u>	<u>1.471.443</u>
(-) Provisões matemáticas a constituir		
(-) Serviço passado - patrocinadoras	<u>(44.917)</u>	<u>(50.373)</u>
Total das provisões matemáticas	<u>2.138.925</u>	<u>1.845.494</u>

(i) Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

(ii) Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

(iii) Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(iv) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2013 e 2012 estão resumidas a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa real de juros	5,75% ao ano	6% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Pensionistas	Composição real	Composição real
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Filhos (quantidade)	2	2

(b) Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultados realizados		
Até o exercício anterior		
No exercício atual	(273.446)	
Déficit técnico acumulado	<u>(273.446)</u>	

Será elaborado plano de equacionamento de déficit para o reequilíbrio do Plano, nos termos da legislação aplicável, caso a situação deficitária se mantenha.

O resultado realizado em cada exercício é apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gestão previdencial		
Adições		
Contribuições previdenciais	73.325	69.071
Remuneração das contribuições em atraso	4.911	4.383
Provenientes de contribuições contratadas	158.758	133.227
Outras adições	4.998	
Total das adições	<u>241.992</u>	<u>206.681</u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gestão previdencial		
Deduções		
Benefícios de prestação continuada	(42.511)	(37.287)

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Institutos	(330)	(242)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(126.204)	(105.180)
Outras deduções	(4.380)	(292)
Total das deduções	(173.425)	(143.001)
Reversão (constituição) de contingências	1.972	(1.089)
Custeio administrativo previdencial	(11.129)	(10.504)
Resultado dos investimentos do PBB	(150.695)	338.503
Constituição de provisões matemáticas	(293.431)	(271.198)
Reversão (constituição) de fundo previdencial	111.270	(119.392)
Déficit do exercício	(273.446)	

O resultado da gestão administrativa em cada exercício é apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gestão administrativa		
Receitas		
Custeio administrativo previdencial	11.129	10.504
Custeio administrativo dos investimentos	1.116	1.402
Taxa de administração de empréstimos	65	88
Receitas diretas/outras receitas	87	74
Total das receitas	<u>12.397</u>	<u>12.068</u>
Despesas		
Pessoal e encargos	(7.319)	(6.809)
Treinamentos/congressos e seminários	(132)	(133)
Viagens e estadias	(165)	(149)
Serviços de terceiros	(2.008)	(1.690)
Despesas gerais	(2.368)	(2.491)
Depreciação/amortização	(184)	(113)
Total das despesas	<u>(12.176)</u>	<u>(11.385)</u>
Constituição de contingências	(9)	(34)
Resultado dos investimentos do PGA	(135)	894
Constituição de fundo administrativo	<u>77</u>	<u>1.543</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

O resultado dos investimentos em cada exercício é apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Investimentos		
Rendas/variações líquidas		
Créditos privados e depósitos	2.759	3.847
Fundos de investimento	(159.553)	327.678
Investimentos imobiliários	4.760	3.141
Empréstimos a participantes	1.858	109
Outros investimentos/obrigações	<u>443</u>	<u>381</u>
Total das rendas/variações líquidas	<u>(149.733)</u>	<u>335.156</u>
Reversão de contingências	<u>108</u>	<u>6.044</u>
Custeio administrativo dos investimentos	<u>(1.181)</u>	<u>(1.490)</u>
Constituição de fundos dos investimentos	<u>(24)</u>	<u>(313)</u>
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	<u>(150.830)</u>	<u>339.397</u>

12 Fundos

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundos previdenciais	8.122	119.392
Fundos administrativos	5.585	5.508
Fundos dos investimentos	<u>1.179</u>	<u>1.155</u>
	<u>14.886</u>	<u>126.055</u>

(i) Fundo previdencial

O fundo previdencial está previsto em nota técnica atuarial e foi constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício de 2012. Os recursos do fundo destinam-se à correção de desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das provisões matemáticas. O fundo é atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios. Em dezembro de 2013, foi utilizado o montante de R\$ 100.022, para a cobertura do aumento nas provisões matemáticas decorrente da redução da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial (de 6% para 5,75% ao ano).

(ii) Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possui recursos aplicados.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(iii) Fundos de investimento

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos, e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13 Equivalência financeira entre a contribuição normal das patrocinadoras e dos participantes

No plano de custeio, aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, são estabelecidas as contribuições normais dos participantes e das patrocinadoras, com base nos resultados da avaliação atuarial.

As contribuições normais dos participantes são calculadas mensalmente observando faixas salariais. Em contrapartida, a contribuição normal das patrocinadoras é calculada aplicando-se a taxa estabelecida no plano de custeio sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do NUCLEOS.

Assim sendo, ao longo do ano, a aplicação do percentual de contribuição atribuído às patrocinadoras no plano de custeio, sobre a folha mensal de salários, pode não corresponder aos montantes das contribuições mensais dos participantes. Dessa forma, para se respeitar a equivalência financeira contributiva, se faz necessária a realização de ajustes periódicos.

A seguir é apresentado o resultado dos ajustes efetuados nos exercícios contábeis de 2012 e 2013, para a preservação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes.

(a) Plano de Custeio de 2011 (vigência no período de janeiro de 2011 a março de 2012)

Em conformidade com o Plano de Custeio de 2011, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, o resultado da comparação entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes ativos, na vigência do referido plano de custeio (período de janeiro de 2011 a março de 2012) está demonstrado no quadro a seguir:

	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal do participante ativo (2)	Insuficiência (1-2)
Patrocinadora			
INB	3.147	3.813	(666)
Eletronuclear	6.691	8.120	(1.429)
NUCLEP	2.634	3.509	(875)
NUCLEOS	78	89	(11)
Total	12.550	15.531	(2.981)

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A insuficiência de contribuições apurada na vigência do Plano de Custeio de 2011 foi contabilizada em 2012. Em relação à cobrança às patrocinadoras, os valores apurados foram compensados com o excedente de contribuições apurado na vigência do Plano de Custeio de 2012 (período de abril de 2012 a março de 2013).

(b) Plano de Custeio de 2012 (vigência no período de abril de 2012 a março de 2013)

Em consonância com o Plano de Custeio de 2012, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, o resultado da verificação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes ativos do Plano Básico de Benefícios - PBB está demonstrado no quadro a seguir:

	Contribuição normal de Patrocinadora (1)	Contribuição normal do participante ativo (2)	Excedente (1 - 2)
Patrocinadora			
INB	7.010	6.155	855
Eletronuclear	15.302	13.149	2.153
NUCLEP	6.340	6.311	29
NUCLEOS	180	142	38
Total	28.832	25.757	3.075

O saldo excedente de contribuições aportadas na vigência do Plano de Custeio de 2012, após a compensação com a insuficiência de contribuições apurada na vigência do Plano de Custeio de 2011, foi cobrado, devolvido ou compensado no decorrer do exercício de 2013.

(c) Plano de Custeio de 2013 (vigência no período de abril de 2013 a março de 2014)

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, ao final de cada trimestre de vigência do Plano de Custeio de 2013, é verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. Assim, na comparação das contribuições normais aportadas pelas patrocinadoras e participantes, desde o início de vigência do referido plano de custeio até o fechamento do balanço, ou seja, de 1º de abril a 31 de dezembro de 2013, foram apurados os seguintes valores (valor acumulado relativo aos trimestres encerrados em junho, setembro e dezembro), conforme quadro que segue:

Patrocinadora	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			Excedente (1 - 2)
		Ativos	Assistidos	Total (2)	
INB	6.330	4.942	698	5.640	690
Eletronuclear	13.399	10.275	479	10.754	2.645
NUCLEP	5.554	4.794	309	5.103	451
NUCLEOS	178	122	24	146	32
Total	25.461	20.133	1.510	21.643	3.818

O excedente de contribuições apurado no período foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. O saldo pendente de devolução ou compensação está demonstrado no Item (a) da Nota 9.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado

14 Custeio administrativo e rateio das despesas administrativas

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas, conforme definido no Regulamento PGA.

No exercício de 2013, o custeio administrativo, no valor de R\$ 12.310 (R\$ 11.994 em 2012), e as despesas administrativas, no valor de R\$ 12.176 (R\$ 11.385 em 2012), representam, respectivamente, 0,80% e 0,79% (0,73% e 0,70% em 2012) dos recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios em 31 de dezembro de 2013, cujo valor monta a R\$ 1.533.583 (R\$ 1.633.400 em 2012).

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

* * *

Norman Victor Walter Hime
Presidente
CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

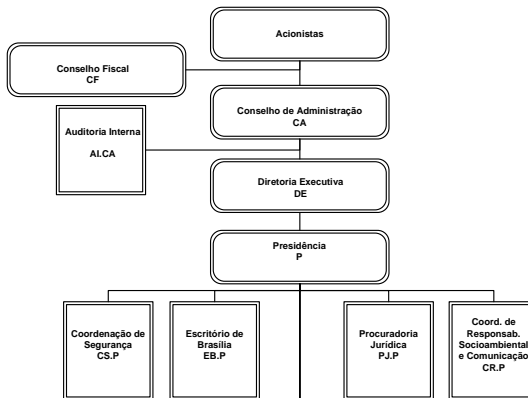
Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

ANEXO 4

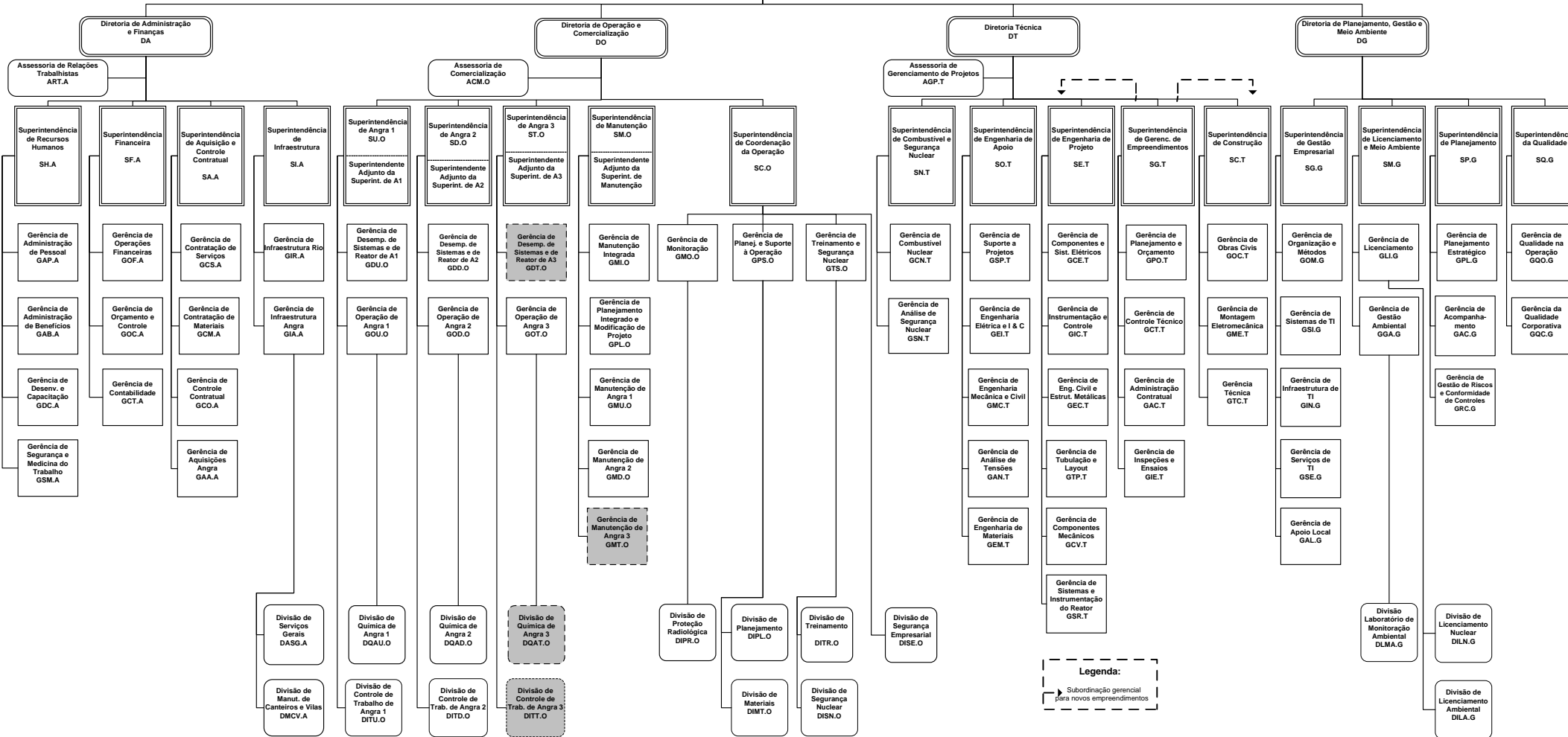
Organograma Geral

.

PÁGINA EM BRANCO



Unidades Organizacionais que irão compor a Operação de Angra 3, conforme CGE nº 044/12, de 06/08/2012.



Legenda:
 ↳ Subordinação gerencial para novos empreendimentos